



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Representação do Banco no Brasil, COF/CBR

CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REVISÃO DO PCR REALIZADA EM: 8 de Mayo de 2006

PCR DEL PROYECTO: Programa de Apoyo a las Reformas Sociales de Ceará – PROARES (BR-0177)
Presentado por: Ana Lúcia Dezolt (COF/CBR)

LOGRO DE LOS OBJETIVOS Y METAS/COMENTARIOS AL INFORME:

OBJETIVOS Y METAS

Pela leitura do PCR se entende que o Programa atingiu seus objetivos, destacando nesta oportunidade a importância do bom desenho da Operação que continua atual, inclusive como subsídio para a preparação da fase II do PROARES, ora em elaboração. No entanto identificou-se a dificuldade de inserção do tema no documento de PCR por este não contar com tópico específico sobre a adequação do desenho da Operação, dado que nos tópicos sobre o assunto o enfoque é sobre a medição do desempenho do projeto. Ressaltou-se a importância de dados objetivos para comprovar o alcance dos objetivos de desenvolvimento, para o qual foi demonstrado que as informações do PCR utilizaram toda a base de dados disponível, com a limitação da ausência de linha de base e dificuldades na implementação do sistema de monitoramento do Programa.

COMENTÁRIO AO PCR

O PCR corresponde ao esperado. No entanto, deverá ser ajustado conforme as recomendações indicadas abaixo.

Recomendações

1. Esquema Financiero. Revisar a redação do item sobre o assunto no tópico 2.3.2.6., esclarecendo melhor que o esquema financeiro proposto era incompatível com o fundo rotativo aprovado para a operação e dificultava a implementação de ações descentralizadas.
2. Seguimiento do Banco. Inserir no item 2.3.2.7 a contribuição do Banco para a sustentabilidade do Programa, com a incorporação das lições aprendidas na preparação da segunda fase do PROARES (BR-L1053).
3. Avaliação Final. No item 2.5.1 acrescentar maior detalhe de informações sobre a avaliação final do Programa.
4. TIR. No item 2.1.2.9 retirar o comentário sobre o tema, deixando apenas que o tema não se aplica o PROARES.
5. Regulamento Operativo. Inserir o porquê da eficiência do Regulamento Operativo. Destaca-se que no item 2.4.2, se menciona que: “O Regulamento Operativo do Projeto destaca-se pela clareza das definições e procedimentos estabelecidos, e apesar da complexidade de aplicação dos mesmos em seu conjunto, o RO serviu como instrumento de referência imprescindível, norteando o trabalho da UGP na execução do Programa”.
6. Comitê Executivo. Inserir o porquê do bom funcionamento do Comitê. Indicamos que além da menção no item 2.4.2 sobre o Comitê, a análise sobre sua eficiência para o Programa está abordada no item 2.2.4.1..

LECCIONES APRENDIDAS:

As Lições Aprendidas foram consideradas satisfatórias, destacando-se as principais para possível incorporação no Sistema do Banco:

- Importância de Regulamento Operativo claro e objetivo como ferramenta de orientação do Executor;
- Adequação do Esquema Financeiro do Programa, identificando a complexidade de operacionalização com sub-executores e, conseqüentemente, a definição do montante de fundo rotativo requerido;
- Ações de Fortalecimento Institucional devem ser claramente definidas enquanto temática e implementação, evitando situações de restrição orçamentária durante a execução;
- Sistema de Monitoramento e Avaliação estabelecido anteriormente ao início da execução.
- Programas de execução direta em setores sociais demandam maior tempo de amadurecimento pelos gestores e técnicos envolvidos, devendo ser adequadamente medido para o período de execução proposto e a demanda de treinamento adequado em todos os níveis de atuação.

PARTICIPANTES EN LA REUNIÓN:

Por COF/CBR: Waldemar Wirsig, Jorge Luis Lestani, Ana Lúcia Dezolt, Mônica Merlo, Rita Sório,
Por HQ: Juan Manuel Fariña, Pablo Roldán, Márcia Arieira, Tomás Engler, Tracy Betts, Sarah Howden,
Consultor CBR: Benard Darnel.

Aprovado: _____

Waldemar Wirsig
Representante



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Relatório Final de Projeto
Project Completion Report – PCR

**PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO ESTADO DO CEARÁ
EMPRÉSTIMO 955/OC-BR
PROJETO BR-0177**

Brasília, Fevereiro de 2006

ÍNDICE

Página

Resumo Executivo

Informação Geral

- 1.1 Objetivo de Desenvolvimento
- 1.2 Dados Básicos
- 1.3 Resumo de qualificações
- 1.4 Cronologia do Projeto
- 1.5 Documentos de referência

Memorando do Banco

- 2.1 Análise de resultados (produtos, efeitos e impactos)
 - 2.1.1 Produtos (*outputs*) obtidos
 - 2.1.2 Efeitos (*outcomes*) e impactos do projeto
 - 2.1.3 Análise da implementação
- 2.2.1 Medição do desempenho do projeto
- 2.2.2 Fatores que afetaram a implementação do projeto (segundo o ISDP)
- 2.2.3 Análise de fatores críticos para o êxito do projeto
- 2.2.4 Análise de gestão do projeto e lições aprendidas
- 2.3 Análise de sustentabilidade
 - 2.3.1 Fortalecimento Institucional/Organizacional
 - 2.3.2 Sustentabilidade do projeto
- 2.4 Desempenho do Órgão Executor
- 2.5 Bases para a avaliação *ex post*
- 2.6 Outras lições aprendidas e recomendações

Memorando do Executor

- 3.1 Memorando do Executor

Minutas do CRG

- 4.1 Minutas CRG (Ata do Comitê de Revisão Gerencial)

Anexos

- Anexo 1A Fonte de Financiamento
- Anexo 1B Calendários de Investimentos
- Anexo 1C Informação Financeira e Demonstrações Financeiras Auditadas
- Anexo 4 Ajuda Memória do Seminário de Término de Projeto

LISTA de ABREVIATURAS

CAD	Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial
CEE	Conselho Estadual de Educação, Estado do Ceará
CEI	Centro de Educação Infantil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EA	Executing Agency
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFA	Demonstrações Financeiros Auditados
FECOP	Fundo de Combate a Pobreza
FR	Fundo Rotativos
IEPs	Instituições Estaduais Participantes
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
NAEC	Núcleo de Arte, Educação e Cultura
OCs	Organizações Comunitárias
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCR	Project Completion Report
PSF	Programa de Saúde de Família
PPA	Plano Plurianual
PPMR/ISDP	Project Performance Monitoring Report
PPM	Plano Participativo Municipal
SAS	Secretaria da Ação Social, Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação, Estado do Ceará
SECULT	Secretaria de Cultura, Estado do Ceará
SEJUV	Secretaria de Esporte e Juventude, Estado do Ceará
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Estado do Ceará
SESA	Secretaria de Saúde, Estado do Ceará
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SIPMA	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
SOMA	Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente, Estado do Ceará
UGP	Unidade de Gestão de Projeto

EXECUTIVE SUMMARY

The Project

The objective of this Project was to contribute to the implementation and strengthening of the social development strategy of the State of Ceará through a program of policy, institutional and administrative reforms coupled with targeted social investments in early childhood development, primary education, primary health care and social assistance aimed at helping children and adolescents of the poorest segment of the population to develop and integrate as members of a family, school and community and to enhance their quality of life, health, education and prospects of a more promising future.

The USD 70 million Project counted with USD 42 million in IDB financing and USD 28 million in State and Municipal Government counterpart funding and consisted of two subprograms:

(i) Municipal Participatory Plans, (MPPs) Subprogram (USD 65.8 million); 24 MPPs intended to be implemented, based on a menu of social services and investments in accordance with the financial and administrative capacity of each municipality, as well as community needs identified and decided upon participatively to assist the physical, intellectual, social and emotional development of children and adolescents at risk.

(ii) Institutional Strengthening Subprogram (USD 1.8 million), a component aimed at improving the public sector's capacity to design, support and supervise decentralized, cross-sectoral interventions planned in coordination with civil society to assist children and adolescents at risk.

Implementation and Outputs:

The Project had an original five years implementation period; project execution was begun in May of 1997, but required an additional 3 ½ years for its completion. Main reasons for the delay include (i) federal elections in 1998 and 2002, municipal elections in 2000 and 2004, pre-election freeze on procurement and post-election administrative and personnel changes, (ii) doubling of the physical scope of the program, in 2000, to cover a total of 53 municipalities, made possible as a result of substantial exchange rate gains on the conversion of the loan resources, and (iii) the complexity of the Project in all its ramifications: hundreds of civil works and equipment procurement contracts executed on a decentralized basis by 53 municipalities; Revolving Fund limitations; municipal government budget constraints; large variations in the administrative capacity of participating municipal governments; variations between municipalities in terms of the existence of mature and well-structured civil society organization to effectively participate and contribute to the Program; EA/UGP transportation and communication logistical difficulties relating to supervision of decentralized project activities by participating municipalities, some of which are located hundreds of kilometers from the capital.

Despite these and other risk elements, many of which had been identified during project preparation, implementation of this operation was successful. The Project achieved and exceeded its original targets and more than doubled the original number of participating municipalities with investments in training, in new and improved services, infrastructure and equipment, for the most part, at a level practically similar to the original group of 24 municipalities, while total investments in the component of the expanded Project increased by only 2.4% from USD 67.4 million to 68.5 million. Except for shortcomings in the timely implementation of an effective system for the monitoring of project outcomes, the Project also achieved the intended targets under the institutional strengthening subprogram.

Notable factors contributing to the successful implementation of the Project and effective mitigation of the multiple risks inherent in this operation included Borrower commitment, a basically sound project design to address a compelling and widely recognized need, a workable intervention strategy, precise operating regulations, a functioning Project Executive Committee, a Project Executing Unit made up of qualified and committed professionals, and good Bank supervision throughout the entire execution period.

Thus, applying the PCR guide criteria for IP, implementation of the Project would need to be considered less than satisfactory only in terms of the additional time required for its execution; on the other hand, in terms of the quantity and quality of project outputs and the reasonableness of costs, the operation would merit a rating of “very satisfactory”.

Measurement and Project Outcomes

The Project was slow in implementing an intended project planning, monitoring and evaluation system – SIPMA. Measurement of project outcomes was hampered by a number of factors including a protracted period of State Government reorganization; lack of precise baseline data at the municipal level at the inception of each MPP; a still incipient and deficient monitoring and evaluation culture on the part of many municipalities; relatively high inter-and intra-municipal migration of families which, in the absence of effective controls, interferes in the usefulness of “before” and “after” measurement of results; imprecise use of indicators such as malnutrition in children, infant mortality rates, primary grade repetition, school drop-out rates, and grade distortion, as well as often apparently contradictory results induced by the Program itself, such as spurts in IM rates as a result of the reporting of infant deaths that previously went unreported but are now captured by the new or improved health services, or an increase in grade distortion at the primary levels caused by migration of students from other municipalities or schools within the same municipality and the return to school of children and adolescents who had already dropped out but were attracted back to study by the *Escola Viva*, *Polos de Atendimento*, and the well-organized and very popular leisure activities offered by the *Núcleos de Arte, Educação e Cultura* and *Quadras Poliesportivas*.

Notwithstanding these evaluation handicaps, it can be stated with reasonable confidence that the Project has not only exceeded its original planned outputs but is also achieving its intended development objectives. Moreover, the enthusiastic response with which the Program is being received in the participating municipalities and in particular among the target population suggests that future outcomes in the medium and longer term may well exceed the original as well as present, still more optimistic expectations. This conclusion is based upon eyewitness accounts of professionals involved in the program, outsiders visiting PROARES municipalities observing the use to full capacity of most of the new installations and services, annual independent audit reports, a mid-term evaluation conducted in 2002 involving a preliminary assessment of results in 18 of the original group of 24 municipalities, the review conducted for this PCR and the information gleaned from 175 participants of the End of Project Seminar.

Today, the Program attends annually some 1.3 million children, adolescents and adults with primary quality health and dental care that previously was non-existent or existed precariously, through some 213 fully equipped family health centers, staffed by teams of qualified doctors, dentists and family health workers, and reaching even into the remote rural areas of the participating municipalities.

Another component, the pre-school program, is now fully integrated into the State’s educational system of pedagogic planning and supervision, staffed with 1,400 teachers trained in childcare and pre-school education, but funded and administered by the participating municipalities; today, 171 such pre-school facilities attend over 14,000 toddlers and pre-school children of poor families with quality day care, education, health monitoring and referral as well as supervised daily nutrition.

For quite a number of years, the *Escola Viva* educational method has been operative in some other schools throughout Brazil to address the special educational needs of physically and/or mentally challenged children. The State of Ceará introduced the method to its public education system in 1995, on a pilot basis, in 141 schools in 18 municipalities of the interior of the State, however, not with the more limited objective of specialized education for handicapped children, but rather with the aim of establishing a new paradigm in bringing creativity to all classroom teaching in the State's primary school system. Under PROARES, *Escola Viva* pedagogy was expanded and consolidated, bringing qualified teachers, a new curriculum and creative teaching methods to several thousand classrooms in 308 municipal public schools in which learning, living and fun, sports activities, arts, music, science as well as all of the three Rs are combined in a classroom atmosphere conducive to learning. Schools, educators, families and communities are brought closer together; some 208,000 primary grade pupils enrolled in these schools are the direct beneficiaries of this new system; moreover, the success of this model under PROARES is contributing to the acceleration of diffusion of the system to other public schools throughout the State.

By project ending, 64 schooling help centers (*polos de atendimento*), set up under the Program, are annually providing guidance and orientation to 66,500 children and adolescents aged 7 to 17; some 121 fully equipped all-weather sports facilities, established by the program in the *escolas vivas* and *polos*, attend 178,000 children and youth every month with organized, extra-curricular sports-activities; 36 cultural centers that did not exist previously, provide leisure time activities and short-courses, attending some 259,200 children and adolescents annually. All municipalities are served by guidance counselors (*conselhos tutelares*). In the larger regional urban centers and Fortaleza, the Project established specialized centers to deal with child abuses and the prevention of violence as well as the establishment of ten half-way houses for children from troubled families, and 5 facilities to assist adolescents with schooling, counseling and professional training to prevent the recurrence of truancy and prepare them for future employment. All of these facilities are operative. In most cases the new facilities and services are already used to full capacity. Thus, as also confirmed by a wide consensus observed during the End of Project Seminar, the Project contributed to a significant reduction of the child and adolescent risk elements identified in the preparation of the respective MPPs and addressed by the respective interventions in each of the participating municipalities.

These are merely a few examples of the scope of the Program and its large potential to make a difference in the lives of thousands of children and adolescents benefited by it. Another eloquent testimony of the success of PROARES is the persistent clamor of other municipalities throughout the State for the same investments, Ceará's request of IDB financing for PROARES II, and the State Government's adoption of the PROARES model as it's principal strategy for social and educational development aimed at improving the quality of life of children, adolescents and families of the poorest segment of the State's population.

In conclusion, notwithstanding, the difficulty of precise measurement of project outcomes, the results observed to date and documented in this PCR, suggest that the Project has been and is being "effective" in achieving its higher development objectives.

Some of the Lessons learned from PROARES

- The Operating Regulations were well-designed and served as an indispensable tool to the successful implementation of this Project;
- The Revolving Fund limitations, even with subsequently approved adjustment, coupled with counterpart and accounting and justification difficulties on the part of some municipalities, was a negative factor in project execution, penalizing the more efficient municipalities with inordinate delays in the release of new funds; (the project generated 178 disbursement requests and tens of thousands of invoices and payments at the local level);

- The training component of the institutional strengthening sub-program lacked precise definition or a condition to establish its terms at the inception of the Program. This impeded a more systematic approach to the implementation of this important activity;
- Project monitoring and evaluation should be established up-front, be operative at the inception of the Project, and for purposes of measuring outcome, should establish indicators that do not overlap with, duplicate, or conflict with the data intervals of other systems, moreover, should establish indicators that are specific to each intervention and, to the extent possible, be free of interference by “contaminating” exogenous factors; (the use of beneficiary population samples and pre and post intervention measurement may be one of several alternatives; given the relative complexity of measurement of the results of social interventions and change, another alternative would be the use of a university or competent research organization to establish and, throughout the project, execute an appropriate evaluation mechanism, funds would need to be allocated for this purpose);
- The mid-term evaluation, conducted in 2002 by the Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos – IEPRO of the State University of Ceará, was effective in providing the first greater in-depths insight into the qualitative results of the Project, perceptions of the beneficiary population and participating professionals, as well as many issues still in need to be addressed. The results of this evaluation were substantially corroborated by the End of Project Seminar; (IEPRO was recently awarded a contract to also undertake an ex-post evaluation of PROARES);
- EA reporting should be more fully integrated and standardized to meet Bank information requirements, preferably as part of the project monitoring and evaluation system; the EA and the Bank should at all times have instant access to information on the status of physical and financial progress of the Project, down to the municipal level;
- A future project of this nature would benefit from a component of institutional strengthening at the municipal level related to the specific objectives and activities of the Project;
- Community participation has been an important element in the design of the Municipal Programs, however, given the large variations observed during this Project, between municipalities, in terms of the state of preparedness of community organizations for effective participation in the Program, this is an area in which program effectiveness could be enhanced by efforts aimed at strengthening such organizations; this should be treated as an indispensable element to contribute to future project sustainability, particularly in municipalities where community organizations are lacking, are weak or poorly organized.

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

(i) Contribuir para a implantação da estratégia de desenvolvimento social do Estado do Ceará, apoiando seu processo de reforma da gestão social, e

(ii) melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de risco pessoal e social através de sua integração à família, escola e comunidade, mediante ações que privilegiam e fortaleçam a intersectorialidade das políticas sociais, a participação comunitária, a descentralização governamental e a maximização do uso dos recursos públicos.

1.2 DADOS BÁSICOS DO PROJETO

NOME DO PROJETO:	Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará.
NÚMERO DO PROJETO:	BR-00177
TIPO DE PROJETO:	Investimento - Projeto Específico
PAÍS:	Brasil
MUTUÁRIO:	Estado do Ceará
DATA DA APROVAÇÃO:	16 de Outubro de 1996
DATA DO CONTRATO:	21 de Maio de 1997
ORGÃO EXECUTOR:	Secretaria de Trabalho e Ação Social - SAS

MONTANTE DO EMPRÉSTIMO:	USD	42.000.000
DESEMBOLSADO:		100%
CANCELADO:	USD	-0-
CUSTO TOTAL DO PROJETO:	USD	70.000.000
CUSTO ATUAL DO PROJETO:	USD	70.000.000

ESPECIALISTA NA SEDE:	Márcia Leite Arieira - marciaa
ESPECIALISTA COF/CBR:	Ana Lucia Dezolt – anapa
AUTOR DO MEMO DO BANCO:	Ana Lucia Dezolt, Especialista Setorial COF/CBR Benard Darnel, Consultor
AUTOR DO MEMO DO EXECUTOR:	Maria de Fátima Rabelo Gadelha

1.3 RESUMO DAS QUALIFICAÇÕES

1.3.1 Classificação do PCR

Pelo Banco	Qualific.	Pelo Mutuário/Executor	Qualific.
Efetividade no Desenvolvimento	ME	Efetividade no Desenvolvimento	E
Implementação do Projeto	(*)S	Implementação do Projeto	S
Desenvolvimento Institucional	R	Desenvolvimento Institucional	R
Sustentabilidade	P	Sustentabilidade	P
Desempenho do Executor	S	Desempenho do Banco	S

ME = Muito Efetivo; E = Efetivo; MS = Muito Satisfatório; S = Satisfatório

R = Relevante; PR = Pouco Relevante

P = Provável; MP = Muito Provável

(*) – Apesar de um atraso de execução, a implementação do Projeto é considerada satisfatória, o mesmo tendo alcançado e ultrapassado as metas previstas e que está alcançando os respectivos objetivos de desenvolvimento.

1.3.2 Classificação do ISDP

Classificação Histórico do ISDP																
MÊS ANO	DEC. 1997	JUN. 1998	DEC. 1998	JUN. 1999	DEC. 1999	JUN. 2000	DEC. 2000	JUN. 2001	DEC. 2001	JUN. 2002	DEC. 2002	JUN. 2003	DEC. 2003	JUN. 2004	DEC. 2004	JUN. 2005
IP	S	S	U	U	U	S	S	U	S	S	S	S	S	S	S	S
AS	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
DO	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

1.4 CRONOLOGIA DO PROJETO

- Aprovação: 16 de outubro de 1996
- Assinatura do Contrato: 21 de maio de 1997
- Elegibilidade: 23 de setembro de 1997
- Primeiro Desembolso, atual: 03 de novembro de 1997
- Desembolso Final, original: 21 de maio de 2002
- Desembolso Final, atual: 21 de novembro de 2005
- PCR 21 de fevereiro de 2006

1.5 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Anexos do PCR

1.6 CONEXÃO A BASE DE DADOS OPERACIONAIS

- LMS65
- Sistema OPUS
- Ficha do Projeto

2. MEMORANDO DO BANCO

2.1 ANALISE DE RESULTADOS (PRODUTOS, EFEITOS E IMPACTOS)

2.1.1. Produtos (*outputs*) obtidos. Descrição dos produtos do projeto por componente e análise dos fatores que afetaram sua execução.

2.1.1.1. Análise de indicadores de produto. Registre os indicadores dos produtos obtidos neste componente usando os mesmos indicadores de produto (*outputs*) importados do PPMR. Compare os indicadores nas colunas Alcançado e Planejado. Se existe uma diferença significativa entre eles, descreva brevemente os fatores da diferença.

SUBPROGRAMA DE PLANOS PARTICIPATIVOS MUNICIPAIS COMPONENTE 1	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Implantar 24 Planos Participativos Municipais - PPMs Captar as demandas municipais em PPMs, assegurando a participação comunitária no planejamento, implementação e consolidação de experiências exemplares que gerem benefícios para crianças e adolescentes em situações de risco pessoal e social, potencializando as ações dos municípios e das organizações da sociedade civil. Executar componentes do menu de experiências exemplares, e de experiências novas e experimentais, nas áreas de (i) desenvolvimento infantil, (ii) saúde preventiva, (iii) escolarização efetiva, (iv) reforço escolar, (v) recreação e cultura, (vi) prevenção de violência, (vii) proteção e reabilitação, e (viii) fortalecimento comunitário</p> <p>(i) Centros de Educação Infantil – CEIs</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar 40 Centros novos - Equipar 15 Centros existentes - Atender 11.000 crianças de 0 a 6 anos anualmente - Capacitar 600 multiplicadores - Capacitar 1.200 educadores de ensino pré-escolar - Estabelecer 2 Centros Pedagógicos <p>(ii) Saúde Preventiva Programa de Saúde de Família - PSF</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efetuar 20 diagnósticos, a territorialização e o planejamento para o sub-componente de Saúde de Família; - Formar e capacitar 20 equipes do PSF - Equipar 420 unidades do PSF - Atender 630.000 pessoas anualmente <p>(iii) Escolarização Efetiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar o conceito “Escola Viva” em 72 escolas e capacitar pessoas na aplicação do conceito - Atender anualmente 36.000 alunos do 1º grau - Capacitar 350 professores do Ciclo de Educação Básica - Implantar classes de aceleração e atender anualmente 10.500 alunos entre 11 e 17 anos 	<p>53 PPMS implantados e operando.</p> <p>(i) Centros de Educação Infantil – CEIs</p> <ul style="list-style-type: none"> - 121 novos CEI’s implantados - 21 CE’s existentes equipados - 14.200 crianças de 0-6 anos atendidas anualmente - 1.429 educadores infantis habilitados - 0 Centros Pedagógicos implantados <p>(ii) Saúde Preventiva Programa de Saúde de Família - PSF</p> <ul style="list-style-type: none"> - 42 Diagnósticos para o PSFs, a territorialização e o planejamento para os PSF realizados - 450 Equipes do PSF formadas e capacitadas - 213 Unidades do PSF equipadas* - 155 novas unidades PSF construídas - 1.269.600 pessoas atendidas com saúde preventiva Anualmente * Unidades existentes e as 155 novas <p>(iii) Escolarização Efetiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito Escola Viva implantada em 307 unidades escolares; - 638 pessoas capacitadas para implantar as práticas “Escola Viva”; - 207.975 alunos do 1º grau atendidos anualmente - 5.370 alunos de 11 a 17 anos atendidos anualmente em 179 classes de aceleração implantadas.

<p>(iv) Reforço Escolar, Recreação e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar 40 Pólos de Atendimento para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos - Capacitar anualmente 240 monitores de crianças e adolescentes anualmente - Atender anualmente 40.000 crianças e adolescentes <p>(v) Recreação e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar 3 Núcleos de Arte, Educação e Cultura - Atender anualmente 7500 jovens de 7 a 17 anos em cursos de curta duração. - Atender anualmente 60.000 jovens de 7 a 17 anos e suas famílias com atividades artísticas e culturais bem como acesso a bibliotecas comunitárias <p>(vi) Prevenção de Violência - S.O.S. Criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar 4 Centros de Referência S.O.S. Criança - Atender 2.400 denúncias anualmente - Acompanhar anualmente 1.200 casos de violência <p>(vii) Proteção e Reabilitação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar 6 Abrigos domiciliares - Atender anualmente 720 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos - Implantar 4 Unidades de Semi-liberdade - Atender anualmente 100 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas <p>(viii) Fortalecimento Comunitário</p> <p>Co-gestão pelas comunidades de políticas e serviços sociais, através o estabelecimento de conselhos municipais com ampla participação da sociedade civil, tendo como objetivo o fortalecimento das organizações comunitárias para fomentar uma participação ativa da população beneficiada nas atividades do Programa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 1.000 conselheiros municipais - Capacitar 12.000 líderes comunitários - Capacitar 100 educadores sociais - Capacitar 1.500 multiplicadores <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer 5 Centros de Cidadania - Emitir 24.000 certidões de nascimento/ano - Atender 15.000 pessoas com serviços jurídicos - Instalar 2 Centros públicos de documentação <p>Atividades Não Previstas Originalmente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complexo de Atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência. <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial – CAD 	<p>(iv) Reforço Escolar, Recreação e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - 64 Pólos de Atendimento implantados e funcionando atendendo crianças e adolescentes de 7 a 17 anos - Total de 168 monitores capacitados anualmente - 66.500 crianças e adolescentes atendidos anualmente - 121 Quadras poli-esportivas implantadas em escolas vivas e 57 quadras em Pólos de Atendimento, atendendo 178.000 aluno ao mês. <p>(v) Recreação e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - 36 Núcleos de Arte, Educação e Cultura implantados atendendo 259.200 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em cursos de curta duração. - 20 Bibliotecas implantadas junto aos Núcleos de Arte e Cultura e escolas. <p>(vi) Prevenção de Violência - S.O.S. Criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - 14 Centros de Referência S.O.S Criança implantados - 2.796 denúncias atendidas anualmente - 1.957 casos de violência acompanhados anualmente - 70 profissionais capacitados; <p>(vii) Proteção e Reabilitação</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10 Abrigos domiciliares implantados - 1,236 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos atendidos anualmente - 5 Unidades de Semi-liberdade implantados - 106 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas atendidos anualmente <p>(viii) Fortalecimento Comunitário</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60 organizações comunitárias consolidadas e capacitadas para co-gerenciamento das atividades dos PPMs - 375 conselheiros municipais capacitados - 4.179 dirigentes comunitárias capacitadas, anualmente - 435 educadores sociais capacitados (em média 54 anualmente) - 6.000 adolescentes capacitados anualmente no Projeto Amor a Vida <p>Não foram implantados visto que o governo do Estado realiza periodicamente ações de cidadania com a implantação do “Governo Itinerante”, além dos serviços prestados pelas Casas de Cidadania na capital e cidades do interior.</p> <p>Atividades Não Previstas Originalmente</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 Complexo de Atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência implantado; 2.407 crianças e adolescentes atendidos anualmente. - 01 Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial – CAD, implantado, atendendo 9.306 crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais, anualmente.
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Farmácia Viva - Fortalecimento de Conselhos Tutelares <p>Plano de Fortaleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construir, reformar e equipar 6 Unidades Sócio-Educativas de Internação - Repassar bolsas aprendizagem/mês para famílias do Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola - Implantar 2 Vilas Olímpicas - Implantar Quadras Poli-esportivas 	<ul style="list-style-type: none"> - 06 Farmácias “Viva” implantadas, atendendo toda população de baixa renda nos municípios beneficiados e áreas de vizinhança com produtos fitoterápicos produzidos sob controle de qualidade e segurança químico-farmacêutica. - 10 Conselhos Tutelares fortalecidos, e disponível para atender pais e filhos, em toda área do Proares, necessitando esse apoio de orientação escolar e pedagógico. <p>Plano de Fortaleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - 06 Unidades de Internação construídas/reformadas e equipadas; em média 745 adolescentes atendidos anualmente, inclusive os egressos. - 3.390 bolsas repassadas mensalmente, com acompanhamento familiar. - 2 Vilas Olímpicas implantadas - 14 Quadras poli-esportivas implantadas
---	--

ANALISE DO COMPONENTE 1 - PLANOS PARTICIPATIVOS MUNICIPAIS

1. As diferenças entre o PLANEJADO e o ALCANÇADO decorrem da ampliação das metas de 24 para 53 municípios no período entre 2000 e 2005, conforme negociado com o Banco em janeiro de 2000, viabilizada pela variação cambial ao longo dos anos de execução do Projeto, que proporcionou uma economia em dólares nos contratos firmados em moeda local.

2. Os Planos Participativos Municipais foram formados com base na análise de problemas dos municípios e respectivos indicadores sociais, contemplando-se assim ações descritas no Menu de Opções do Programa e ainda outras provenientes de características locais mas que se adequam perfeitamente nas áreas de intervenção priorizadas. Por exemplo, a capacitação dos conselhos tutelares adicionais aos conselhos da criança e do adolescente; a farmácia viva que complementa as ações dos Postos de Saúde, ressalta-se que a produção de remédios fitoterápicos atende a necessidade de todos os Postos de Saúde no Município de origem.

3. A implantação de 155 novos centros equipados de saúde do PSF, além de reformar as instalações e/ou adequar os equipamentos de 53 centros PSF existentes, justificou-se pela extrema necessidade e carência de atendimento na área de saúde, principalmente nas áreas rurais dos municípios do Estado e o vínculo direto do sub-componente PSF com os objetivos de desenvolvimento do Programa no que tange a saúde das famílias, crianças e adolescentes da população a ser beneficiada.

4. O Centro de Atendimento em Educação Especial foi aprovado em um município pólo que já realizava o atendimento às crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais provenientes de todo o Estado do Ceará. Dessa forma, o Programa aprovou o apoio parcial do financiamento deste Centro tendo em vista o público-alvo do mesmo.

5. Centros Pedagógicos – Não implantação - A Secretaria de Educação do Estado implantou nas macro-regiões do Estado os CREDEs – Centros Regional de Desenvolvimento da Educação que são responsáveis pela supervisão qualitativa e monitoramento das ações educacionais de responsabilidade do Estado nos municípios. Portanto, com esta implantação não houve necessidade de utilização de recursos do empréstimo pois a meta para todo o Estado do Ceará foi atendida com a existência de 21 CREDEs.

6. Os cinco Centros de Cidadania não foram implantadas visto que o governo do Estado realiza periodicamente ações de cidadania com a implantação do “Governo Itinerante” bem como mediante as Casas do Cidadão, na capital e em cidades pólos do interior, atendendo as demandas da população para emissão ou a substituição de documentos pessoais e para prestar outros serviços de informação.

**SUB-PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
COMPONENTE 2**

PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Fortalecimento Institucional</p> <p>Melhorar o funcionamento dos órgãos estatais e municipais através de capacitação, fortalecimento do Centro de Referência de Políticas Sociais da Criança e Adolescente, implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SIPMA), campanhas educativas, e fortalecimento da Secretaria de Trabalho e Ação social, com a finalidade de canalizar adequadamente as demandas comunitárias.</p> <p>(i) Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover um total de 78 Cursos de Capacitação - Promover 4 Seminários Nacionais e Internacionais - Programar 10 visitas a Programas Nacionais e Internacionais; <p>(ii) Centro de Referência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar uma sala de situação de criança e adolescente no Centro de Referência; - Realizar 15 Cursos - Realizar 20 Seminários - Realizar 8 estudos especiais <p>(iii) Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação - SIPMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e implantar o SIPMA; - Implantar 20 salas-meio municipais; - Implantar um sistema de Informática - Realizar avaliações de impacto 	<p>(i) Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - foram realizados 11 cursos de capacitação; Curso sobre Drogas – 100 pessoas capacitadas; Curso sobre Metodologia CEFE – 24 pessoas capacitadas; Curso sobre o Aperfeiçoamento do Atendimento à Crianças e Adolescentes – 80 pessoas capacitadas; Curso sobre Violência - 20 pessoas capacitadas; Curso sobre Educação Infantil – 80 pessoas capacitadas; Curso de Gestão Social – 40 pessoas capacitadas; Curso: Qualificação de Educadores Sociais – 80 pessoas capacitadas; Curso: Sexualidade Humana – 20 pessoas capacitadas; Curso: Enfrentamento à Exploração Sexual – 46 pessoas capacitadas; Curso: Avaliação e Planejamento das Ações do Núcleo de Enfrentamento à Violência – 32 pessoas capacitadas; Curso: Abordagem Sistêmica da Família – 44 pessoas capacitadas * vide acima ações de capacitação continuada nos PPMs para o fortalecimento comunitário e profissionais envolvidos. - Realização de 18 seminários locais para disseminação de estudos, pesquisas e debates de práticas inovadoras, a realização da EXPOPROARES em dezembro de 2003 com a participação de todos os municípios beneficiados, e o evento de premiação do melhores Planos Participativos do Programa. - foram realizadas 9 visitas a outros programas nacionais <p>(ii) Centro de Referência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma Sala de situação no Centro de Referência implantada - vide parágrafo anterior, dado que o Centro de Referência era parte integrante da Secretaria de Ação Social , atualmente na Secretaria de Inclusão Social, a medição dos cursos e seminários ministrados é a mesma. - 4 estudos especiais realizados <p>iii) Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação – SIPMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - SIPMA central e 19 salas-meio municipais implantadas; - Sistema de informática implantado - 76 pessoas capacitadas para operacionalizar o SIPMA - 01 Avaliação de impacto realizada (2002), - 01 Avaliação final prevista para 2006 – recursos extra-programa. - Avaliações específicas realizadas (Funcionamento dos SOS e Conselhos Tutelares; Centros de Educação Infantil; Núcleos de Arte, Educação e Cultura; medidas sócio-educativas e censo de crianças e adolescentes na rua)

<p>(iv) Campanhas Educativas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover 4 campanhas educativas - Lançar cartilhas educativas <p>(v) Fortalecimento da Secretaria do Trabalho e Ação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prover assistência técnica - Equipar e adequar as instalações 	<p>(iv) Campanhas Educativas</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Campanha Educativa sobre Sexualidade e Gravidez na Adolescência, realizada em Caucaia para 10.000 adolescentes, 23 Escolas e 04 Pólos de Atendimento, com continuidade do trabalho preventivo através do Projeto Amor a Vida. - Campanhas educativas nas escolas para o combate à drogadição, gravidez precoce, exploração sexual realizadas mediante distribuição de 3.300 Kit's de livros sobre Educação Infantil, 10.000 agendas do adolescente, 5.000 cartilhas "Como Identificar, Prevenir e Combater a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes", e 1.000 livros "Propostas Pedagógicas para Creche". - 19.300 cartilhas educativas lançadas <p>(v) Fortalecimento da Secretaria do Trabalho e Ação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram adquiridos equipamentos adequados para o seguimento do Programa e interlocução com as demais áreas técnicas da Secretaria.
<p>ANÁLISE DO COMPONENTE 2 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</p> <p>1. O Centro de Referência funcionou durante 04 anos com local de pesquisa para estudantes e profissionais das áreas sociais, contendo biblioteca sobre estudos específicos para a área social e espaços para grupos de discussão. Atualmente, o prédio tornou-se a Secretaria de Trabalho do Estado, e o trabalho de disseminação desses estudos foi englobado pela nova Secretaria de Inclusão Social. Como a adequação física deste Centro foi financiada pelo Banco, providenciou-se o estorno dos recursos investidos.</p> <p>2. A implantação do SIPMA pela Secretaria de Planejamento do Estado sofreu atraso nos primeiros anos do Programa, pois seu desenho ainda não estava finalizado, contando na época com a parceria do UNICEF durante 1 ano para total definição dos indicadores. Além disso, a reforma administrativa estadual e efeitos de descontinuidades administrativas municipais contribuíram para o atraso da implantação das salas-meio, bem como a ausência de uma cultura da informatização nos municípios. A partir de 2003, como responsabilidade direta da Secretaria de Ação Social, foi contratada a equipe técnica para alimentar o Sistema e capacitar os gestores. O Sistema encontra-se consolidado e a UGP iniciou a análise dos indicadores, principalmente nas áreas de saúde e educação que contam com sistemas integrados para o monitoramento.</p> <p>3. Não foram realizadas visitas/seminários relacionadas às experiências internacionais pelo fato de existirem experiências exitosas no Brasil para intercâmbio e aprendizado.</p> <p>4. Em paralelo à implantação das Unidades Sócio-Educativas de Internação, o Programa promoveu encontros de sensibilização e estudo entre o poder judiciário e executivo para a construção conjunta da proposta pedagógica de atendimento dos adolescentes e das diretrizes para o mesmo. O Ceará tornou-se o primeiro Estado a regulamentar o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecendo direitos e obrigações de cada uma das áreas envolvidas.</p>	

2.1.1.2. Identificação dos produtos alcançados. Levando em conta os indicadores de produto em diferentes componentes ao projeto, descreva sinteticamente os produtos-chaves (*key outputs*) obtidos pelo projeto.

Os produtos-chaves obtidos pelo Projeto foram, em resumo, os seguintes:

- 53 Planos Participativos Municipais implantados;
- 121 novos Centros de Educação Infantil implantados e 15 CEIs existentes equipados, todos operando;
- 1.429 educadores de ensino infantil habilitados;

- 450 Equipes do Programa Saúde da Família –UPSF formados e capacitados e 155 novos centros PSF construídos e um total de 213 unidades do PSF equipadas;
- Conceito de Escola Viva implantada em 308 Unidades Escolares;
- 64 Pólos de Reforço Escolar, Recreação e Cultura implantados e 168 monitores capacitados anualmente;
- 36 Núcleos de Arte, Educação e Cultura implantados, além de 121 quadras poli-esportivas e 20 bibliotecas;
- 14 Centros de Referência S.O.S. Criança implantados;
- 10 Abrigos implantados para crianças e adolescentes de 0 – 17 anos;
- 5 Unidades de Semi-liberdade implantados;
- 60 organizações comunitárias consolidadas e capacitadas a co-gerenciar as atividades dos PPMs;
- 1 Complexo de Atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual implantado e equipe técnica capacitada;
- 1 Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial implantado e equipe técnica capacitada;
- 6 Farmácias “Viva” implantadas;
- No âmbito do Plano Fortaleza, 6 Unidades Sócio-Educativas de Internação construídas e/ou reformadas e equipadas, 2 Vilas Olímpicas implantadas e 10 quadras poli-esportivas. Formação dos educadores sociais paralela à construção/adequação física dos equipamentos;
- Aquisição de um total de 173 veículos adquiridos para visitas domiciliares das equipes dos PSFs.

Fortalecimento Institucional

- 53 equipes das administrações municipais e técnicos das Secretarias do Estado, capacitados e aptas ao planejamento e monitoramento de ações sociais, mediante convênio com plano de treinamento anual com cada uma das Secretarias de Estado participantes;
- 1 Centro de Referência e 19 Salas-meio instalados;
- Um Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – SIPMA implantado;
- Adequação da infra-estrutura da SAS mediante aquisição de equipamentos necessários para o monitoramento do Programa e interlocução com as demais áreas técnicas.

Quadro I, População estimada segundo o IBGE para 2005 dos Municípios do PROARES, População de 0 a 19 anos de idade; Mês, Ano e Valor dos respectivos convênios; Produtos/Serviços implantados pelo Programa.

MUNICIPIO	POPULAÇÃO 2005 (Estimada IBGE)		PPM		SERVIÇOS PROARES										
	TOTAL	0- 19 ANOS	CONV MES/ ANO	VALOR R\$ 000	CEI	PSF	ESCO VIVA	ACE- LERA ÇÃO	POLO	NAC	QUA DRAS POLI	SOS	ABRI GOS	CONS TUT.	BIBLI OTEC
ACOIPIARA	45.810	19.709	06.02	801	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-
AQUIRAZ	69.345	31.011	05.01	3.195	2	2	5	-	2	-	3	-	-	-	-
ARATUBA	13.475	6.848	11.01	1.530	1	2	8	-	1	-	5	-	-	-	-
ARACATI	39.179	17.339	06.02	2.122	3	5	3	-	-	-	1	-	-	1	1
BARBALHA	52.421	24.054	19.99	1.290	1	1	2	-	1	1	1	1	-	-	-
BATURITÉ	31.431	14.141	06.02	1.223	1	1	3	-	1	-	1	-	-	-	-
BEBERIBE	45.816	20.658	06.99	4.822	6	9	13	-	4	1	8	1	-	-	-
BREJO SANTO	41.467	18.899	10.99	2.711	6	2	8	6	-	1	6	1	1	-	-
B. VIAGEM	51.802	24.206	06.02	1.091	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-
CANINDÉ	74.470	35.561	05.97	3.569	6	4	6	20	1	1	4	1	1	-	-
CAMOCIM	58.214	28.389	11.01	1.582	1	1	2	-	1	1	1	-	-	1	-
CAUCAIA	303.970	141.200	07.98	7.353	9	28	26	20	4	-	9	1	1	-	-
CRATEUS	73.556	30.292	07.98	2.891	7	3	13	25	-	1	2	1	-	-	1
CASCAREL	63.169	27.472	06.02	2.016	1	4	7	-	-	1	3	-	-	1	-
CRATO	113.495	49.059	07.98	4.500	4	3	10	35	3	1	2	1	1	-	-
CHOROZINHO	20.717	9.741	05.04	739	-	-	3	-	-	-	4	-	-	-	-
EUSEBIO	38.451	18.311	05.01	3.703	4	1	11	-	3	1	4	-	-	-	1
FORTALEZA	2.374.944	959.787	07.00	12.629	-	-	20	-	2	-	-	-	-	-	-
GUAIBUBA	21.339	10.209	05.01	4.406	2	3	9	-	2	1	4	-	-	-	2
HORIZONTE	43.507	20.062	10.99	3.026	3	2	4	-	1	1	5	-	-	-	1
IGUATU	91.861	37.065	06.99	2.784	4	4	9	-	-	1	2	1	-	-	1
ITAPIOCA	105.085	51.876	05.97	2.880	2	8	-	28	1	-	-	1	-	-	1
ITATINGA	33.224	15.593	03.01	1.790	1	1	9	-	2	1	6	-	-	-	1
ITAREMA	33.354	17.500	06.02	1.019	1	1	4	-	1	-	3	-	-	-	-
JIOCA	15.961	8.098	06.02	1.025	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-
J. DO NORTE	236.295	105.301	07.98	6.699	8	10	16	33	3	2	3	1	2	-	1
JAGUARUANA	32.126	14.359	06.02	1.071	2	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-
JAGUARIBE	36.721	16.040	06.02	1.226	-	1	-	-	2	-	-	-	-	1	-
JERICOACOARA	15.961	8.098	06.02	1.025	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-
LIM. DO NORTE	54.581	22.94	06.02	1.974	1	3	5	-	1	-	3	-	-	-	-
MARACANAÚ	193.879	89.171	07.98	7.297	-	7	6	12	3	1	7	1	1	-	-
MARANGUAPÉ	98.428	45.381	07.98	3.884	6	4	9	-	2	4	6	-	-	-	-
MORADA NOVA	67.839	30.412	11.01	2.710	2	3	7	-	2	-	3	-	-	-	-
MOMBACA	41.451	19.029	06.02	1.054	-	1	1	-	1	1*	1	-	-	-	-
MASSAPÉ	33.261	16.314	05.04	500	1	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-
NOVA RUSSAS	29.870	13.558	10.99	1.889	3	1	4	-	1	1	-	-	-	-	-
NOVA OLINDA	12.531	5.927	06.02	804	-	-	3	-	1	-	1	-	-	1	-
PACATUBA	60.699	28.729	07.98	1.143	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAIPABA	29.012	13.828	06.02	1.091	1	1	2	-	1	-	-	-	-	1	-
PENTECOSTE	32.818	15.366	06.02	1.998	1	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-
PEDRA BRANCA	41.961	19.580	06.02	1.022	-	1	6	-	1	1	1	-	-	-	-
QUIXADA	74.791	33.939	07.98	3.076	8	5	6	-	1	1	3	1	-	-	1
QUIXERAMOB.	59.235	26.268	07.98	2.415	1	4	10	-	1	1	1	-	-	-	-
QUITERIANOP.	19.381	8.955	05.04	1.200	1	-	3	-	1	-	1	-	-	-	-
RUSSAS	64.057	27.804	06.02	2.070	1	2	9	-	1	1	5	-	-	-	1
SANTANA DO A.	28.548	14.052	06.02	787	-	-	6	-	1	-	-	-	-	-	-
SAO BENEDITO	41.897	20.602	06.02	1.165	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-
S.AMARANTE	39.566	18.384	07.98	3.556	8	4	7	-	2	-	3	1	-	-	-
SOBRAL	172.685	79.153	07.98	6.256	3	9	27	-	1	5	2	1	1	-	8
TRAIRI	49.654	26.350	06.02	1.089	1	1	5	-	1	-	-	-	-	1	-
TIANGUA	66.880	33.010	06.02	1.370	2	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-
URUBUTEMA	18.278	9.572	11.01	859	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
UMIRIM	18.603	9.182	06.02	1.258	1	-	3	-	1	-	3	-	-	-	-
VIC.DO CEARA	48.283	24.846	06.02	1.652	3	-	3	-	1	-	2	-	-	1	-
TOTAL	5.559.393	2.407.793		123.189	121	155	308	179	64	36	121	14	10	10	20

2.1.2. Efeitos (outcomes) e impactos do projeto. Descrição dos alcances do projeto em relação com seu Objetivo de Desenvolvimento (OD ou propósito no marco lógico do projeto).

O Marco Lógico e o PPMR estabeleceram os seguintes Objetivos de Desenvolvimento e Indicadores de Desempenho:

Objetivo 1.

“Contribuir para a implantação da estratégica de desenvolvimento social do Estado do Ceará, apoiando seu processo de reforma da gestão social.”

Indicador:

“Aumento do percentual do gasto social, via constatação da programação orçamentária anual aprovada pela Câmara de Vereadores.”

Resultado:

Em todos os municípios participantes do PROARES houve aumentos significativos na área de saúde, educação e serviço social. Entretanto, dado as ações pioneiras do Estado do Ceará na área social e considerando o desempenho dos municípios do Estado no cumprimento das exigências da legislação de responsabilidade fiscal, houve aumentos semelhantes em praticamente todos os municípios do Estado, conforme demonstrado no Quadro II sobre gastos de recursos próprios municipais per capita na área de saúde. Por outro lado, o interesse demonstrado pela maioria dos demais municípios do Estado de implantar projetos e atividades semelhantes, comprova o efeito demonstrativo e multiplicador dos benefícios do PROARES, e sua indiscutível contribuição para consolidar as boas praticas desse novo padrão de intervenção social.

Quadro II

Gastos per capita, em Saúde Pública, com recursos próprios dos municipais da amostra de 16 municípios do PROARES				Gastos per capita, em Saúde Pública, com recursos próprios de 16 municipais não participantes do PROARES, selecionadas aleatoriamente da Lista do SIOPS			
Município	Ano 2000 R\$	Ano 2004 R\$	Aumento %	Município	Ano 2000 R\$	Ano 2004 R\$	Aumento %
Aquiraz	25,55	48,44	90	Arneiroz	64,95	81,21	25
Beberibe	31,39	37,90	21	Bela Cruz	32,59	55,91	72
Brejo Santo	12,48	69,38	456	Caridade	29,30	49,89	70
Camocim	8,54	33,87	297	Campos Sales	23,09	74,31	221
Canindé	11,81	35,34	182	Catarina	34,73	51,20	47
Caucaia	14,79	51,60	259	Catunda	24,83	67,29	171
Crateús	27,79	71,88	162	Croatá	21,24	55,65	162
Eusébio	70,77	121,38	72	Ererê	71,97	107,32	49
Iguatú	15,58	37,78	142	Independência	23,38	47,35	103
Guaiúba	42,46	46,30	9	Granjeiro	47,29	123,95	162
Horizonte	64,70	119,75	85	Hidrolândia	22,78	34,88	53
Maracanaú	25,56	132,53	425	Madalena	10,60	53,24	402
Maranguape	9,04	36,76	307	Marco	24,58	74,43	203
Quixeramobim	10,60	45,98	334	Quixeló	19,94	57,85	190
Sobral	38,56	72,57	104	Senador Pompeu	25,56	45,21	167
Uburetama	40,82	66,79	64	Umari	6,67	91,28	126

Fonte: <http://www.datasus.gov.br/> SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde: Despesas Recursos Próprios por habitante segundo Municípios

Objetivo 2:

“Melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, apoiar seu desenvolvimento e integração à família, escola e comunidade, mediante ações que privilegiem e fortaleçam a inter-setorialidade das políticas sociais, a participação comunitária, a descentralização governamental e a maximização do uso dos recursos públicos”.

Indicador:

Redução do número de crianças trabalhando e vivendo na rua no município e melhoria dos indicadores sociais locais, via relatório SIPMA e a avaliação final em 2005.

Resultados:

Não foi criada uma base adequada de dados no início de cada PPM e acompanhamento pelo SIPMA para permitir estatísticas confiáveis na conclusão do PROARES sobre o citado indicador de efeitos. Entretanto, as duas fontes de informação abaixo indicadas demonstram, de forma preliminar, que o Objetivo 2, principal objetivo de desenvolvimento do PROARES também está sendo alcançado:

1. População Beneficiada e Uso dos Serviços

Nas visitas periódicas do Banco e visitas constantes das equipes da UGP aos municípios participantes ficou constatado, salvo raras exceções, um uso intenso, quase imediato, dos novos equipamentos e serviços instalados com o apoio do Programa e beneficiando as crianças e famílias mais pobres. Os registros mantidos pela UGP, indicam os seguintes quantitativos de beneficiários do PROARES na conclusão do Programa:

- CEIs: 14.200 crianças de 0 – 6 anos atendidas anualmente
- Escola Viva: 207.975 alunos de 1º grau atendidos anualmente, e 5.370 alunos de 11 – 17 anos em classes de aceleração;
- Pólos de Atendimento: 66.500 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos atendidas anualmente
- NAECs: 259.200 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos atendidas anualmente
- Quadras Poliesportivas: 178.000 crianças e adolescentes atendidos mensalmente em quadras nas Escolas Vivas e 64.000 nos Pólos de Atendimento
- Abrigos Domiciliares: 1.236 crianças atendidas em 10 Abrigos
- SOS Criança 2.796 denúncias e 1.957 casos de violência atendidos anualmente e 2.407 casos encaminhados para atenção integrado no Centro de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência;
- CAD 9.306 crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais atendidos anualmente;
- Saúde Família – PSF: 1.269.600 pessoas carentes atendidas anualmente com serviço de qualidade.

2. Observações da Avaliação de Meio Termo de 2002

Uma avaliação de meio termo, conduzido em 2002, através de oficinas focais, em 18 municípios do Programa, contando com a participação de 204 técnicos envolvidos e 159 famílias beneficiadas diretamente, forneceu observações e algumas conclusões preliminares sobre os características e benefícios diretos do PROARES:

- Comentário da Avaliação sobre a Modalidade de Execução beneficiando a População Alvo:
“Durante a realização dos grupos focais, foi possível perceber um outro lado da burocracia: ela elimina e acaba com os interesses políticos, com o clientelismo e o desvio de verbas, fazendo com que o acesso aos serviços oferecidos por Componente aconteça de uma forma mais livre, democrática e que chegue realmente aos mais necessitados. Em todos os municípios, podemos constatar que o Programa chega no ponto e beneficia os mais pobres.” p.265 : (O autor referiu-se a burocracia de execução do PROARES).

- Pergunta: “As instalações dos componentes do PROARES correspondem a necessidade dos beneficiários? (Pergunta feita aos beneficiários diretos)

Quadro III

Componentes	%			
	SIM	NÃO	NS/NR	TOTAL
Pólo de Atendimento	91,0	9,0	-	100
Habilitação de Educadores Infantis	84,3	14,5	1,2	100
Escola Viva	73,6	25,9	0,5	100
Classe de Aceleração	84,0	14,9	1,1	100
Núcleo de Arte, Educação e Cultura	73,2	16,8	-	100

Fonte: Apresentação em Power Point, Avaliação de Meio Termo, Slide #27

- Percepção dos beneficiários sobre os efeitos do PROARES na qualidade de vida deles:

(i) Benefícios Recebidos Através do Programa

Quadro IV

Respostas de Crianças e Adolescentes	Respostas de Pais
Aprender a ler, escrever, e reforço escolar	Educação de qualidade para os filhos
Ajuda para sair da rua; preenchimento do tempo ocioso	Tempo para trabalhar em casa, fora de casa e na roça
Aprendeu técnicas de arte (dança, teatro, música)	Melhoria da qualidade de vida
Desenvolvimento físico e esportivo	Segurança para o filho e tranquilidade na vida
Alimentação, vacinação e assistência médica	Tempo livre para procurar emprego
Acompanhamento e orientação	
Perda de timidez e aumento da auto-estima	
Interação com outras pessoas	
Aprendizado profissional (informática)	

Fonte: Avaliação de Meio Termo pp 269, 270

(ii) Mudança de Vida

Quadro V

Respostas de Crianças e Adolescentes	Respostas de Pais
No comportamento, ficam mais atenciosos e pacientes	Ganharam mais tranquilidade
Melhoria do aprendizado e leitura	Ganharam mais tempo para trabalhar e cuidar da vida
Passaram a sentir mais vontade de participar em outros grupos	Sentem-se mais seguras com a proteção social dos filhos
Melhorou a qualidade de saúde	Melhorou o nível de informação
Desenvolvimento físico e motor	Melhorou a relação familiar
Diminuiu o tempo que passavam na rua	Melhorou a qualidade de vida (educação e saúde)

Fonte: Avaliação de Meio Termo p. 270

- Grau de Participação e Nível de Satisfação (Escola Viva e Classes de Aceleração)

Quadro VI

Participação da família nos eventos da Escola Viva: (i) Sim: 75,7%, (ii) Não: 23,3% (iii) NS/NR: 1,0%
Participação em que Eventos? (i) Reuniões: 85,5% (ii) Apresentações, Festas, Outros: 14,2 %
Grau de Satisfação de Alunos, Escola Viva: (i) MS/S: 91,1%; (ii) Pouco: 6,3%; (iii) Ins: 0,5%;
A Classe de Aceleração vai lhe ajudar a continuar seus estudos? (i) Sim: 96,8% (ii) Não: 3,2%
O Ambiente da Classe de Aceleração tem ajudado no seu aprendizado? (i) Bastante: 38,3%; (ii) Razoavelmente: 29,8%; (iii) Pouco: 28,7%; (iv) NS/NR 3,2%
Avaliação de Professores pelos Alunos (Classes de Aceleração): (i) Bons/Excelentes: 96,8% (ii) Razoáveis: 2,1% ; Incompetentes: 1,1%

2.1.2.1. Análise de indicadores de efeito (outcome). Registre os indicadores do alcance do Objetivo de Desenvolvimento (outcome) usando os mesmos indicadores de efeito (outcome) importados do ISDP (indicadores de desempenho). Compare os indicadores dos efeitos Alcançados e Planejados. Se existir uma diferença significativa entre eles, explique brevemente os fatores responsáveis pela diferença.

SUBPROGRAMA DE PLANOS PARTICIPATIVOS MUNICIPAIS																																																																																																															
COMPONENTE 1																																																																																																															
OBJETIVO 1 Desenvolvimento Infantil Melhorado																																																																																																															
PLANEJADO			ALCANÇADO																																																																																																												
O melhoramento do desenvolvimento infantil e a promoção das condições necessárias para alcançar os objetivos específicos, a seguir:			Nesse sub-componente foram implantados 121 Centros de Educação Infantil e reformados e equipados 21 Centros ao mesmo nível dos Centros novos, o conjunto dos Centros distribuídos em 53 municípios, beneficiando anualmente 14.200 crianças de 0 a 6 anos de idade, e foram capacitados 1.429 educadores em pedagogia infantil.																																																																																																												
(i) reduzir em 60% o índice de desnutrição de crianças nos Centros de Educação Infantil;			Dos resultados ou efeitos no que tange os objetivos específicos observa-se o seguinte:																																																																																																												
(ii) desenvolvimento satisfatório de 80% das crianças nos CEIs;			Quadro VII, Dados de uma Amostra de 16 Municípios do PROARES																																																																																																												
(iii) nível de satisfação alto/médio de 60 a 80% das famílias beneficiados pelos serviços dos CEIs;			Fonte: Rel. Semestral UEP Março 2005																																																																																																												
(iv) ingresso de 80% das crianças nos CEI's no ensino primário ao alcançar 7 anos de idade;			<table><tr><th rowspan="2">Município</th><th rowspan="2">Ano Base</th><th colspan="2">Redução ou Aumento % de Crianças sub-nutridas referente ao período entre Ano Base e 2003</th><th colspan="2">Taxa de Escolaridade, % Ensino Primário</th></tr><tr><th>0-11 meses</th><th>12-24 meses</th><th>A.Base</th><th>2003</th></tr><tr><td>Aquiraz</td><td>2001</td><td>-61.6</td><td>-47.9</td><td>97.3</td><td>99.8</td></tr><tr><td>Beberibe</td><td>1999</td><td>-6.2</td><td>+48.1</td><td>84.5</td><td>99.9</td></tr><tr><td>Brejo Santo</td><td>1999</td><td>- 54.4</td><td>-20.1</td><td>77.5</td><td>96.6</td></tr><tr><td>Camocim</td><td>2001</td><td>+26.4</td><td>+70.9</td><td>88.3</td><td>92.7</td></tr><tr><td>Canindé</td><td>1998</td><td>-58.7</td><td>sd</td><td>sd</td><td>sd</td></tr><tr><td>Caucaia</td><td>1998</td><td>-48.2</td><td>-19.9</td><td>89.5</td><td>85.0</td></tr><tr><td>Eusébio</td><td>2001</td><td>-28.8</td><td>25.7</td><td>sd</td><td>100</td></tr><tr><td>Crateús</td><td>1998</td><td>sd</td><td>sd</td><td>81.7</td><td>91.2</td></tr><tr><td>Iguatú</td><td>1998</td><td>+173.5</td><td>+45.5</td><td>sd</td><td>sd</td></tr><tr><td>Guaiúba</td><td>1999</td><td>-6.7</td><td>+9.6</td><td>90.0</td><td>95.0</td></tr><tr><td>Horizonte</td><td>1999</td><td>-22.2</td><td>-20.5</td><td>sd</td><td>100</td></tr><tr><td>Maracanaú</td><td>1998</td><td>sd</td><td>sd</td><td>90.1</td><td>99.9</td></tr><tr><td>Maranguape</td><td>1998</td><td>-54.9</td><td>58.8</td><td>92.4</td><td>86.0</td></tr><tr><td>Quixeramobim</td><td>1998</td><td>-48.4</td><td>+1.3</td><td>sd</td><td>99.9</td></tr><tr><td>Sobral</td><td>1998</td><td>-75.9</td><td>-58.2</td><td>82.0</td><td>100</td></tr><tr><td>Uburetama</td><td>2001</td><td>-22.5</td><td>-30.7</td><td>99.8</td><td>100</td></tr></table>			Município	Ano Base	Redução ou Aumento % de Crianças sub-nutridas referente ao período entre Ano Base e 2003		Taxa de Escolaridade, % Ensino Primário		0-11 meses	12-24 meses	A.Base	2003	Aquiraz	2001	-61.6	-47.9	97.3	99.8	Beberibe	1999	-6.2	+48.1	84.5	99.9	Brejo Santo	1999	- 54.4	-20.1	77.5	96.6	Camocim	2001	+26.4	+70.9	88.3	92.7	Canindé	1998	-58.7	sd	sd	sd	Caucaia	1998	-48.2	-19.9	89.5	85.0	Eusébio	2001	-28.8	25.7	sd	100	Crateús	1998	sd	sd	81.7	91.2	Iguatú	1998	+173.5	+45.5	sd	sd	Guaiúba	1999	-6.7	+9.6	90.0	95.0	Horizonte	1999	-22.2	-20.5	sd	100	Maracanaú	1998	sd	sd	90.1	99.9	Maranguape	1998	-54.9	58.8	92.4	86.0	Quixeramobim	1998	-48.4	+1.3	sd	99.9	Sobral	1998	-75.9	-58.2	82.0	100	Uburetama	2001	-22.5	-30.7	99.8	100
Município	Ano Base	Redução ou Aumento % de Crianças sub-nutridas referente ao período entre Ano Base e 2003						Taxa de Escolaridade, % Ensino Primário																																																																																																							
		0-11 meses	12-24 meses	A.Base	2003																																																																																																										
Aquiraz	2001	-61.6	-47.9	97.3	99.8																																																																																																										
Beberibe	1999	-6.2	+48.1	84.5	99.9																																																																																																										
Brejo Santo	1999	- 54.4	-20.1	77.5	96.6																																																																																																										
Camocim	2001	+26.4	+70.9	88.3	92.7																																																																																																										
Canindé	1998	-58.7	sd	sd	sd																																																																																																										
Caucaia	1998	-48.2	-19.9	89.5	85.0																																																																																																										
Eusébio	2001	-28.8	25.7	sd	100																																																																																																										
Crateús	1998	sd	sd	81.7	91.2																																																																																																										
Iguatú	1998	+173.5	+45.5	sd	sd																																																																																																										
Guaiúba	1999	-6.7	+9.6	90.0	95.0																																																																																																										
Horizonte	1999	-22.2	-20.5	sd	100																																																																																																										
Maracanaú	1998	sd	sd	90.1	99.9																																																																																																										
Maranguape	1998	-54.9	58.8	92.4	86.0																																																																																																										
Quixeramobim	1998	-48.4	+1.3	sd	99.9																																																																																																										
Sobral	1998	-75.9	-58.2	82.0	100																																																																																																										
Uburetama	2001	-22.5	-30.7	99.8	100																																																																																																										
(v) preparação e execução de planos pedagógicos mensais;																																																																																																															
(vi) estabelecimento de conselhos de país.																																																																																																															
			(i) menos de 10% das crianças beneficiadas pelos CEI's do Projeto estão na faixa etária de 0 a 24 meses. Os dados no quadro resumido de indicadores de uma amostra de 16 municípios participantes indicam que, a partir da implantação dos respectivos CEIs e PSFs até o final de 2003, CEIs em 12 dos 16 municípios obtiveram reduções entre 6 e 76% de crianças de 0 a 11 meses consideradas sub-nutridas e CEIs em 8 municípios obtiveram reduções entre 20 e 58% de crianças na idade de 12-24 meses consideradas sub-nutridas; em seis dos 16 municípios foram registrados aumentos do número de crianças consideradas com deficiência nutricional. Uma averiguação de maior precisão desse indicador necessitará do diagnóstico de crianças atendidas durante pelo menos 12 meses, e preferencialmente com monitoramento específico pelo serviço de saúde preventiva.																																																																																																												

	<p>(ii) Como resultado da alimentação escolar oferecido pelos CEIs e um acompanhamento melhor do estado de saúde das crianças pelas visitas domiciliares das equipes de saúde da família, de modo geral, mesmo entre crianças sub-nutridas e atendidas pelos CEIs, foi observado um grau de desenvolvimento melhor do que entre crianças sem esse benefício, constatada pelos testemunhos dos pais bem como pelas professoras dos CEIs.</p> <p>(iii) O grau de satisfação das famílias beneficiadas pelas CEI's é mais que 80%; trata-se de um serviço público gratuito de qualidade, previamente inexistente ou funcionando apenas precariamente, na maioria dos municípios beneficiados pelo Programa;</p> <p>(iv) o ingresso de crianças beneficiadas pelos CEI's no ensino de 1º grau ao alcançar 7 anos de idade, é praticamente 100%. Ressalta-se a questão da migração populacional incidindo nos indicadores que dificulta o acompanhamento de crianças transferidas e a medição.</p> <p>(v) De acordo com a Resolução do Conselho Federal e Estadual de Educação, foi preparado e encontra-se em execução uma ampla proposta pedagógica, inclusive para os CEIs, norteando as ações sócio-pedagógicas nos municípios participantes do PROARES, viabilizando a padronização e controle de qualidade do atendimento e o intercâmbio dessa experiência com outros municípios do Estado. A preparação e execução de planos pedagógicos mensais é regulamentada pelas resoluções do Conselho de Educação do Ceará e portanto obrigatório e sujeito à supervisão e auditoria;</p> <p>(vi) Conselhos de pais foram estabelecidos em todos os casos. Nesse sentido destacam-se os benefícios de fortalecimento da relação família/escola através de reuniões periódicas de acompanhamento e contatos quase diários dos pais das crianças de idade pré-escolar com os CEIs, e uma conscientização crescente dos pais sobre o valor do ensino no desenvolvimento e no futuro da criança, inclusive a conscientização das famílias na busca de outros serviços pertinentes, principalmente na área de saúde preventiva.</p> <p>(vii) Outro fator de destaque se deve ao atendimento de comunidades rurais que não representam um grande número de pessoas, sendo alvo do Programa levar os serviços sociais a esta população.</p> <p>Observação: Ressalta-se que os PPMs financiados pelo Programa tiveram valores muito diferenciados, variando entre R\$500mil e até R\$ 7.3 milhões, refletindo a capacidade financeira dos diferentes municípios em assumir definitivamente os gastos de custeio permanentes de cada um dos equipamentos implantados e, portanto, incidindo também sobre a capacidade de mudança de indicadores sociais em cada município.</p> <p>Conclusão: os objetivos específicos do sub-componente estão sendo alcançados.</p>
--	---

OBJETIVO2: Qualidade de Serviços de Saúde Preventiva e condições de Saúde de crianças e adolescentes melhoradas.

PLANEJADO

Melhorar os serviços de saúde preventiva e as condições de saúde de crianças e adolescentes através 20 levantamentos diagnósticos para identificar áreas de maior risco e formular planos de ação de atendimento, a formação e capacitação de equipes do PSF e o equipamento de 420 unidades para atender 630.000 pessoas anualmente e alcançar os objetivos específicos a seguir:

- (i) reduzir a taxa de mortalidade infantil em 30%
- (ii) reduzir as internações hospitalares de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em 30%
- (iii) reduzir em 20% o número de crianças de 0 a 23 meses sub-nutridas;
- (iv) reduzir em 30% o número de gestantes de 12 a 17 anos.

Quadro VIII População Total estimada em 2005 e População Coberta pelo Programa de Saúde Família em 1999 e 2004, para uma Amostra de 16 Municípios do PROARES
Fonte: datasus e IBGE

Município	População Total Estimada a 2005 IBGE	População Coberta pelo PSF		População Coberta pelo PSF	
		1999	2004	1999 %	2004 %
Aquiraz	69.345	3.671	57.128	6,5	86,3
Beberibe	45.816	35.470	38.592	91,5	86,5
Brejo Santo	41.467	15.360	37.025	43,4	91,6
Camocim	57.238	-	25.013	-	43,7
Canindé	74.470	36.578	62.811	53,8	86,3
Caucaia	303.970	20.852	272.143	8,7	95,5
Eusébio	38.451	674	17.610	2,3	48,9
Crateús	73.556	58.429	65.897	91,4	90,7
Iguatú	91.861	-	97.744	-	109,0
Guaiúba	21.339	5.262	16.035	31,8	77,0
Horizonte	43.507	2.538	37.689	9,1	94,0
Maracanaú	193.879	149.223	184.285	92,1	97,4
Maranguape	98.428	37.477	76.353	42,4	80,5
Quixeramobi	59.735	55.607	64.610	100,0	109,1
Sobral	172.685	147.758	169.456	101,2	101,7
Uburetama	18.278	9.299	20.296	56,4	115,1

ALCANÇADO

No âmbito do sub-componente do PSF foram realizados 53 levantamentos diagnósticos enfocados no atendimento da família como conceito integral, levando em conta fatores biológicos, ambientais e socioeconômicos; foram formadas e capacitadas 450 equipes PSF; construídos/adequados e equipados 213 Unidades do PSF, atendendo anualmente 1.269.600 com serviços de saúde preventiva.

Dos resultados ou efeitos no que tange os objetivos específicos observa-se o seguinte:

Quadro IX, Indicadores de objetivos específicos para uma amostra de 16 Municípios do PROARES
Fonte: datasus

Município	Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos %		Prevalência de Desnutrição Menores de 2 anos por 100 atendidos pelo PSF		Partos de Adolescentes de 10 a 19 anos (por 100 partos)	
	1999	2002	1999	2004	1999	2002
Aquiraz	19,8	13,6	9,5	5,8	25,6	28,3
Beberibe	16,9	36,9	13,1	3,9	28,3	25,5
Brejo Santo	7,8	3,4	9,6	4,7	21,6	23,4
Camocim	46,4	26,8	23,7	8,0	25,2	23,5
Canindé	27,7	14,9	15,5	6,9	26,6	25,9
Caucaia	13,9	16,9	16,3	8,0	26,4	24,7
Eusébio	10,4	24,8	11,4	7,6	22,3	27,0
Crateús	16,1	20,5	16,5	4,4	24,8	23,9
Iguatú	16,6	20,6	11,5	9,8	27,4	25,6
Guaiúba	60,9	10,9	13,8	8,5	24,1	25,8
Horizonte	34,1	15,5	14,1	8,5	25,7	25,4
Maracanaú	14,7	14,3	11,0	18,2	24,8	24,4
Maranguape	18,1	19,1	15,7	5,1	25,2	28,8
Quixeramobi	22,8	28,3	13,6	7,2	25,4	21,5
Sobral	29,1	19,0	12,8	5,1	25,2	23,7
Uburetama	21,3	48,1	13,4	3,3	29,0	26,9

(i) Apesar de oscilações anuais na taxa de mortalidade infantil de cada município, os dados do Quadro IX demonstram uma redução variando entre 31% e 78,8% para 7 dos municípios da amostra para o período de 1999 a 2002, uma redução de apenas 2.7% em um município, enquanto, em 8 dos municípios a taxa aumentou durante o período. Entretanto, com o aumento e a disponibilidade dos serviços do PSF, promovido pelo Programa, a tendência geral esperada é uma redução constante da taxa MI.

	<p>(ii) não há dados sobre internações de crianças e adolescentes beneficiadas pelo Programa, visto que as estatísticas hospitalares abrangem toda população municipal;</p> <p>(iii) graças ao atendimento do PSF e os treinamentos contínuos da Secretaria do Estado, os municípios da amostra demonstram aumentos significativos do número de crianças com aleitamento materno exclusivo. Por sua vez, essa prática está refletida positivamente numa redução superior a 20% da taxa de desnutrição de crianças menores de 2 anos, em 15 dos 16 municípios da amostra.</p> <p>(iv) O Quadro IX indica uma redução entre 1.1% e 26.5% de partos de adolescentes entre 10 e 19 anos para 11 municípios da amostra para o período entre 1999 e 2002. Dados fornecidos pela UGP demonstram uma redução entre 0.8% e 42.7% para 9 dos 16 municípios para adolescentes de 12 a 17 anos, 4 municípios estão sem dados e três registraram aumentos dessa taxa referente ao período de 1999 e 2003.</p> <p>(v) entre outras ações do sub-componente Saúde Preventiva, no âmbito do PROARES destacam-se a promoção de uma articulação maior com as comunidades, ONGs e outros agentes de serviços comunitários, campanhas de saúde do PSF, a ampliação dos serviços de transporte para servir a população da zona rural e de assentamentos, e diversas outras ações, as quais, em conjunto contribuíram para melhorar a qualidade do atendimento do PSF, repercutindo favoravelmente na qualidade de saúde das famílias atendidas por esse serviço.</p> <p>Conclusão: As metas quantitativas do sub-componente ultrapassaram as metas originalmente projetadas, enquanto os resultados qualitativos e os objetivos específicos de desenvolvimento estão sendo alcançados.</p>
--	---

OBJETIVO 3 Escolarização Efetiva - Permanência de crianças e adolescentes no sistema escolar incentivado	
PLANEJADO	ALCANÇADO
Os objetivos específicos desse sub-componente eram os de incentivar a permanência de crianças e adolescentes no sistema escolar, reduzindo em 10% o número de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola na área do Programa, reduzir os casos de repetência, evasão e reprovação no ensino do 1º grau e o número de jovens de 11 a 17 anos fora da escola bem como o número de jovens, na mesma faixa, considerados analfabetos.	<p>Esses objetivos estão sendo alcançados mediante a implantação do conceito “Escola Viva”, em todas as 308 escolas municipais participantes do Programa, beneficiando anualmente 207.975 alunos do ensino de 1º grau, representando uma população estudantil 5,8 vezes maior que a meta inicialmente prevista. A Escola Viva caracteriza-se pela dinamização do ensino com um enfoque maior no aluno, a reforma do currículo incorporando elementos de cultura, artes, esportes e saúde bem como a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras e criativas, e a promoção de uma maior participação das associações de pais e organizações comunitárias no processo de educação. Da mesma forma, houve inovações no Ciclo de Educação Básica promovendo a permanência escolar de alunos com defasagem idade-série, apoio de ensino para jovens mal-alfabetizados ou analfabetos, e a re-integração de jovens fora da escola, totalizando 5.370 crianças e adolescentes.</p> <p>Dos resultados específicos dessa intervenção se estacam : (i)</p>

	<p>efeitos qualitativos em termos de um maior grau de satisfação dos próprios alunos, dos educadores, dos pais e da comunidade é o acolhimento e popularidade do programa, portanto tendo efeitos consistentes com os indicadores do componente.</p> <p>(ii) o atendimento anualmente de 207.975 alunos de 11 a 17 anos no Ciclo de Educação Básica, muitos dos quais com repetência do ano, defasagem de idade-série, alunos mal alfabetizados ou com problemas especiais, e jovens que previamente tinham desistido frequentar a escola.</p>
--	--

OBJETIVO 4: Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social atendidos e incentivados, ocupando suas horas fora da escola com atividades organizadas de reforço escolar, recreação e cultura

PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Os objetivos desse sub-componente eram os de criar diversas oportunidades, conforme a demanda, de reforço e apoio escolar, lazer e cultura para tirar crianças e adolescentes em situação de risco da rua, incentivando-os de ocupar suas horas livres com atividades favorecendo seu crescimento pessoal. Para essa finalidade, o Programa contemplava a implantação de 40 Polos de Atendimento e de três Núcleos de Arte, Educação e Cultura, além da capacitação de 240 monitores.</p> <p><i>Polos de Atendimento</i></p> <p>(i) reduzir em 80% o número de crianças fora da escola; (ii) reduzir em 5% a taxa de repetição de grau; (iii) 30% dos adolescentes participantes em cursos e capacitações absorvidos no mercado de trabalho; (iv) entre 60 e 80% das famílias integrantes com nível de satisfação alto/médio;</p> <p><i>Núcleo de Arte, Educação e Cultura</i></p> <p>(i) 80% dos jovens permanecem nas atividades oferecidas pelo Núcleo; (ii) reduzir em 50% o número de crianças e adolescentes fora da escola.</p>	<p>Conforme indicado anteriormente, as metas desse sub-componente foram ultrapassadas com 64 Pólos de Atendimento implantados, 168 monitores capacitados, atendendo anualmente 66.500 crianças e adolescentes, enquanto para as atividades de recreação e cultura foram implantados 36 Núcleos, 20 Bibliotecas, sendo atendidas 259.200 crianças e adolescentes em cursos de curta duração anualmente.</p> <p>Os pólos atendem 66.500 crianças e adolescentes anualmente, e os NAEC 259.200, todas elas em situação de risco pessoal e social, verificou-se pela pesquisa de opinião realizada na avaliação intermediária do Programa o alto nível de satisfação do público-alvo e sua família às atividades oferecidas (terapias ocupacionais, reforço escolar e iniciação profissional) e oportunidades de desenvolvimento pessoal tanto dos pólos como nos NAECs.</p> <p>Salvo a constatação do intenso uso dos Pólos e NAECs, o testemunho de pais, alunos e professores, não houve uma base de dados no início de funcionamento de cada unidade e um acompanhamento dos indicadores. Os registros limitam-se ao uso atual e serviços oferecidos.</p>

OBJETIVO 5 Serviço S.O.S. Criança, Abrigos Domiciliares e Unidades de Semi-liberdade implantadas e condições para a prevenção de violência e a proteção e reabilitação de crianças e adolescentes melhoradas

PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>O sub-componente é uma intervenção inter-setorial de ação social envolvendo o poder judicial, a segurança pública e os conselhos tutelares municipais, tendo como objetivo proteger crianças e adolescentes da violência doméstica mediante a implantação de quatro Centros de Referência “SOS Criança” e de seis abrigos domiciliares.</p> <p>Adicionalmente, para atender e facilitar a reabilitação de</p>	<p>SOS Criança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 14 Centros de Referência S.O.S Criança implantados - 2.796 denúncias atendidas anualmente - 1.957 casos de violência acompanhados anualmente <p>Quanto ao indicador pretendido – redução dos casos de reincidência - Estimativa dos casos de reincidência reduzidos em s/d (falta de base específica para o indicador)</p>

<p>jovem infratores, foi programado a implantação de quatro unidades de semi-liberdade em alguns dos municípios no interior do Estado.</p> <p>Como efeito dessas medidas esperava-se:</p> <p>SOS Criança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reduzir em 50% os casos de reincidência <p>Abrigos Domiciliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 70% de crianças e adolescentes atendidos; <p>Unidades de Semi-Liberdade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir em 60% os casos de reincidência - Aumentar em 40% o número de adolescentes reintegrados em suas famílias ou entrados no mercado de trabalho. 	<p>Abrigos Domiciliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10 Abrigos domiciliares implantados 1,236 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos atendidos anualmente, representando 100% da demanda para esse tipo de serviço no Município; <p>Unidades de Semi-Liberdade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 Unidades de Semi-liberdade implantados, localizados nos municípios de Juazeiro do Norte, Iguatu, Sobral, Crato e Fortaleza, atendendo anualmente um total de 106 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. - Casos de reincidência de jovens beneficiados reduzido em s/d (falta de base específica de dados) - Número de adolescentes beneficiados e reintegrados em suas famílias ou absorvido no mercado de trabalho aumentado em s/d (falta de base específica para esses indicadores)
--	---

OBJETIVO 6 Organizações Comunitárias fortalecidas e co-gestão comunitária aumentada	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Implementação de ações promovendo a co-gestão pelas comunidades de políticas e serviços sociais, através do estabelecimento de conselhos municipais com ampla participação da sociedade civil, tendo como objetivo o fortalecimento das organizações comunitárias para fomentar uma participação ativa da população beneficiada nas atividades do Programa.</p> <p>Capacitação de Conselhos Municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resoluções aprovadas aumentadas em 25% - Conselhos tutelares estabelecidos e funcionando em todos os municípios <p>Fortalecimento de Organizações Comunitárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - 50% das entidades dispõem de planos de trabalho; <p>Fortalecimento de Famílias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entre 60 e 80% estão com nível de satisfação alto/médio <p>Centros de Cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entre 60 e 80% dos usuários estão com nível de satisfação alto/médio. 	<p>Foram fortalecidos os Conselhos de cada Município do Programa, sendo que 375 Conselheiros foram capacitados. Ainda foram capacitadas a co-gerenciar os equipamentos do Programa 60 lideranças comunitárias. Além disso, 4.179 lideranças comunitárias participaram de treinamento na gestão de equipamentos sociais. Ressalta-se que a co-gestão não foi bem sucedida em todos os municípios, pois várias associações comunitárias apresentavam forte debilidade institucional, conforme dados da Avaliação Intermediária.</p> <p>Capacitação de Conselhos Municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> - processos contínuos nas ações do Conselho. - Conselhos tutelares estabelecidos e atuando ativamente em todos os municípios, com a devida capacitação e houve ainda o fortalecimento de capacidade instalada em 14 deles. <p>Fortalecimento de Organizações Comunitárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% das entidades co-gestoras dispõem de planos de trabalho, parte integrante do convênio firmado com o Município para realização do trabalho; <p>Fortalecimento de Famílias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Houve unanimidade sobre os efeitos positivos do Programa na pesquisa de opinião junto às famílias realizada pela avaliação intermediária com nível de satisfação acima de 80%. <p>Centros de Cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conforme indicado anteriormente, os Centros de Cidadania não foram implementados, dado que o Governo do Estado adotou a estratégia de “Governo Itinerante”.

SUBPROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COMPONENTE 2

OBJETIVO: Melhorar o funcionamento dos órgãos estatais e municipais através de capacitação, fortalecimento do Centro de Referência de Políticas Sociais da Criança e Adolescente, implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SIMPA), campanhas educativas, e fortalecimento da Secretaria de Trabalho e Ação social, com a finalidade de canalizar adequadamente as demandas comunitárias.

PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>(i) Capacitação: Capacidade da Gestão de Programas Sociais no Nível Estadual e Municipal aumentada</p>	<p>(i) Capacitação: No âmbito desse sub-componente foram capacitados, continuamente, um total de 357 conselheiros, 53 equipes das administrações municipais e consolidadas e capacitadas 60 organizações comunitárias para serem co-gestores das ações implantadas nos PPMs, e 435 educadores sociais. O trabalho contínuo de capacitação aos municípios, propiciando a adequada execução descentralizada do Programa pode ser atestada pela completa utilização de recursos conveniados mediante os serviços oferecidos. Tal situação se viabilizou graças a um eficiente fluxo de informação e adequada tramitação burocrática da documentação relacionada ao Programa</p>
<p>(ii) Centro de Referência Centro de Referência implantado e operando com ampla difusão de informações de promoção social específica aos objetivos do Programa, subsidiando o Governo, as administrações municipais, organizações comunitárias e a sociedade civil com informações e apoio pertinente.</p>	<p>(ii) Centro de Referência - Sala de situação no Centro de Referência implantada para uso bibliográfico de estudantes e profissionais das áreas sociais. - 435 educadores sociais e 4.179 líderes comunitários capacitados.</p>
<p>(iii) Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação - SIPMA Sistema de monitoramento do Programa implantado e operando ao nível municipal e estadual, fornecendo as informações necessárias para a supervisão, acompanhamento e avaliação das atividades do PPM</p>	<p>iii) Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação – SIPMA - SIPMA central e 19 salas-meio municipais implantadas e operando; - Sistema de informática implantado - 01 Avaliação intermediária realizada (2002), - 01 Avaliação final em andamento, (2006) - Avaliações específicas realizadas (Funcionamento dos SOS e Conselhos Tutelares e Abrigos Domiciliares; Centros de Educação Infantil; Núcleos de Arte, Educação e Cultura; Medidas Sócio-Educativas e Censo de crianças e adolescentes na rua).</p>
<p>(iv) Campanhas Educativas - Promover 4 campanhas educativas</p>	<p>(iv) Campanhas Educativas - 03 Campanhas educativas para o combate à drogadição, gravidez precoce, exploração sexual realizadas (5.000 cartilhas educativas lançadas)</p>
<p>(v) Fortalecimento da Secretaria do Trabalho e Ação Social Secretaria de Ação Social e entidades vinculadas fortalecidas</p>	<p>(v) Fortalecimento da Secretaria do Trabalho e Ação Social Foram adquiridos equipamentos adequados para o seguimento do Programa e interlocução com as demais áreas técnicas da Secretaria.</p>

2.1.2.2. Identificação dos efeitos (*outcomes*) e impactos iniciais. Considerando os produtos (*outputs*) alcançados pelo projeto na medida do possível, identifique quais efeitos (*outcomes*) intermediários e os impactos iniciais alcançados até o momento.

- O Projeto alcançou e ultrapassou as metas originalmente previstas, podendo implantar, com qualidade, sem alteração do custo original do Projeto, mais que o dobro de PPM 's, promover o pleno funcionamento e uso dos novos equipamentos e oferta dos serviços e, portanto, beneficiando uma população maior que originalmente prevista.
- Quanto à abrangência do Programa, beneficia 53 municípios com uma população total, (sem contar a da Capital), estimado de 3.2 milhões, em 2005 (representando 29% dos 184 municípios do Estado do Ceará, e 40% da população total de 8.1 milhões do Estado). Segundo o Fundo de Combate a Pobreza – FECOP, aproximadamente 53% da população do Estado é considerado pobre, enquanto estimativas do IBGE indicam que 43% da população dos municípios participantes encontra-se na faixa etária de 0 a 19 anos. Consequentemente, pode-se deduzir que o PROARES contribui para beneficiar, potencialmente, uma população de baixa renda de 1.7 milhões adultos e crianças com os serviços de Saúde de Família e, dessa população, 730,000 crianças e adolescentes com os demais serviços do PROARES. Esse número aproxima-se aos 705,877 crianças e adolescentes atualmente atendidas pelos equipamentos e serviços do PROARES, em 2005.
- Quanto à qualidade do Programa, até o final de 2004, 43 municípios do PROARES tinham sido premiados com o Selo da UNICEF, outorgado para municípios cumprindo critérios de qualidade, derivados do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando promover a organização e o trabalho comunitário para que as gestões se tornem mais inovadoras e participativas nas áreas de direitos, educação e saúde para crianças e adolescentes.
- Além dos resultados mencionados no 2.1.2 e 2.1.2.1, o PROARES, contribuiu para (i) a capacitação de recursos humanos em todos os níveis, (ii) o fortalecimento da gestão municipal das prefeituras participantes no que tange a área social, respaldado pela Lei de Diretrizes Básicas – LDB, a Lei da Responsabilidade Fiscal, sua Lei Complementar de Maio de 2000, e o Novo Código Civil de Janeiro de 2002, portanto, maior controle do poder legislativo municipal sobre a destinação de recursos do orçamento na área social; (iii) transparência e eliminação do clientelismo na aplicação dos recursos do Programa, contribuindo para um novo padrão e demandas de maior transparência na aplicação de recursos municipais; (iv) a participação crescente e, em alguns casos já consolidada, da sociedade civil e de ONG's através convênios para a co-gestão dos novos equipamentos; (v) a promoção indireta mas crescente de ações inter-setoriais; (vi) o fortalecimento dos Conselhos Tutelares Municipais (vii) a descentralização para o nível regional da política de proteção social e de medidas sócio educativos para crianças e adolescentes em risco e/ou vítimas de violência; (viii) o fortalecimento das instituições e Secretarias do Governo; (ix) o ganho de *know-how* e lições para o aperfeiçoamento das ações do Governo na expansão do Programa para os demais municípios do Estado; (x) o efeito multiplicador do PROARES refletido no interesse de outros municípios do Estado de implantar projetos e serviços semelhantes.

2.1.2.3. Identificação dos efeitos futuros (*outcomes*) e impactos. Considerando os produtos (*outputs*) que foram obtidos, identifique os efeitos futuros e impactos que se espera obter e descreva de que maneira os produtos contribuem para o seu alcance.

As ações implantadas pelo PROARES estão integradas nos Planos Estaduais de Educação e Saúde e mesmo as relacionadas à ação social e cultura, são aprovadas com seus respectivos gastos de custeio pela Câmara de Vereadores. Conforme mencionado, trata-se de ações respaldadas pela lei de responsabilidade fiscal e outras, garantindo a manutenção destas atividades, associadas ainda ao forte envolvimento das lideranças comunitárias locais e a apropriação dos serviços como direito inalienável pela população alvo, cada vez mais conscientizada como resultado da intervenção. Dessa forma, existem boas perspectivas da consolidação, e permanência dos serviços oferecidos, representando um aperfeiçoamento na condução das políticas públicas sociais nos municípios. Os principais efeitos futuros é a consolidação, o aperfeiçoamento e a manutenção dos serviços implantados e/ou melhorados pelo PROARES e o pleno alcance e sustentabilidade dos benefícios do Programa para a população alvo.

2.1.2.4. Análise dos supostos (de produtos a efeitos). Enumere as condições favoráveis a serem dadas para se alcançar o propósito do projeto, e explique por que são necessários?

O Marco Lógico Original e o PPMR (a partir de Julho de 2002) estabeleceram os seguintes supostos relacionados com o alcance dos objetivos de desenvolvimento:

- (i) Os municípios terão a capacidade de assimilar suas novas funções, provenientes das futuras reformas federais no setor de saúde e educação;
- (ii) O crescimento econômico do Estado e as reformas sociais iniciais podem absorver o aumento do número de migrantes;
- (iii) Não há incremento da pobreza estrutural no Estado;
- (iv) Continuidade na implantação do Plano de Desenvolvimento Social do Estado;
- (v) Continuidade das políticas e programas setoriais e complementares destinados a melhorar a qualidade de vida da população de baixos ingressos;
- (vi) Gradualmente se modifica a tradição clientelista das administrações municipais por uma gestão por resultados e participativa;
- (vii) A racionalização financeira dos municípios é factível e sustentável politicamente.

Todos os supostos e condições continuam sendo válidos, tanto em relação à experiência atual de implantação do Programa e dos resultados positivos alcançados pelo PROARES, quanto à sustentabilidade das ações promovidas no âmbito do Programa. Apesar de que os supostos (ii), (iii) e (vii), nos PPMR foram classificados como “Low”, os riscos inerentes relacionados com a conjuntura econômica do Estado, foram mitigados mediante a elevada prioridade concedida ao Programa pelo Governo do Estado do Ceará bem como pelo desempenho demonstrado por parte dos municípios na implantação dos respectivos PPMs. Quanto ao futuro, o Plano Plurianual 2004/2007 do Estado estabelece como objetivo geral de suas ações, a continuação da política atual e do passado de reduzir as desigualdades sócio-econômicas e regionais e promover a inclusão social. Esse PPA, elaborado de forma participativa, nos meados de 2003, em cada uma das macro-regiões administrativas do Estado, expressa essa política governamental e se estrutura em quatro grandes eixos: (i) Ceará Empreendedor; (ii) Ceará Vida Melhor; (iii) Ceará Integração; e (iv) Ceará Estado a Serviço do Cidadão.

2.1.2.5. Pergunta piloto No.1 – (Em construção). Opcional para operações com PCR due date anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data, será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. São observadas iniquidades no acesso aos benefícios do projeto por parte de subgrupos dentro da população objetivo por razão de gênero, localização, origem étnica, setor rural/urbano, nível de receita ou outras razões? Se isto for assim, a que se devem?

- Não houve iniquidades no acesso aos benefícios do projeto por parte da população ou dos municípios participantes. A implantação do Programa não causou efeitos adversos para a população ou no meio ambiente.

2.1.2.6. Pergunta piloto No.2 – (Em construção). Opcional para operações com PCR due date anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data, será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. Foi produzido algum tipo de efeito adverso causado sem intenção por este projeto na população e/ou no meio ambiente? Se isto for assim, quais medidas foram tomadas?

- A implantação do Programa não causou efeitos adversos para a população ou no meio ambiente.

2.1.2.7. Pergunta piloto No.3 – (Em construção). Opcional para operações com PCR due date anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data, será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. Seguramente os resultados do projeto contribuíram ao alcance, ou bem das metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial ou nacional vigente do país mutuário, ou bem aos indicadores da atual Estratégia de País do Banco. Se isto for assim, especifique a qual meta o indicador de resultados está contribuindo ao projeto e explique de que maneira e em que medida o realiza.

- Os objetivos do Projeto estão consistentes com as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional, bem como a Estratégia do País do Banco, no que se refere à redução da pobreza e melhoramento das cidades.

2.1.2.8. Pergunta piloto No.4 – (Em construção). Opcional para operações com PCR due date anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data, será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. Houve mudanças significativas no contexto em que o projeto foi implementado e/ou nas políticas setoriais / nacionais e/ou nas estratégias de desenvolvimentos? Se foi assim, explique como o projeto foi adaptado para dar resposta a estas mudanças

- Lei de Diretrizes Básicas – LDB9.394 de 20.12.1996. Norteia a execução de projetos na área de educação de crianças e adolescentes, bem como sobre a exigência de formação para o professor de educação infantil e padrões básicos de funcionamento dos CEIs.
- Leis de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101 de 04.05.2000 e o Novo Código Civil, Lei nº 10.406 de 10.01.2002.

2.1.2.9. Recálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR). Se o projeto incluiu *ex ante* um cálculo da taxa de retorno esperada, qual foi a taxa de retorno esperada e qual é a taxa de retorno real?

- Não se aplica para esse Projeto.

2.1.2.10. Recálculo de outros indicadores de avaliação econômica. Se o projeto incluiu *ex ante* outras estimativas de avaliação econômica (custo-efetividade, custo-eficiência e custo-benefício), qual foi o indicador esperado e qual é o indicador real?

- Pela mesma razão indicada no item anterior, estes recálculos não se aplicam ao Projeto.

2.1.2.11. Qualificação da efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento (OD). Levando-se em conta as análises realizadas nas seções 2.1.1. e 2.1.2., qualifique a efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento.

☐ Muito Efetivo (ME)

☒ Efetivo (E)

☐ Pouco efetivo (PE)

☐ Inefetivo (I)

Tendo em vista as análises realizadas nas seções 2.1.1 e 2.1.2 anteriores, o Projeto classifica-se como “efetivo” em termos do cumprimento de seus objetivos básicos de desenvolvimento.

2.2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO

2.2.1 Mensuração do Desempenho do Projeto

2.2.1.1 Elementos para monitoramento e avaliação. Em uma escala de 1 a 4 estabeleça a qualidade dos seguintes elementos necessários para medir o desempenho do projeto:

1. Análise de problemas	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
2. Estratégia de intervenção em resposta ao(aos) problema(s) identificados	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
3. Identificação de efeitos (<i>outcomes</i>) e impactos esperados	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
4. Identificação de produtos (<i>outputs</i>) esperados	Baixa ← ① ② ③ ● → Alta	○ N/A
5. Indicadores de efeitos (<i>outcomes</i>) esperados	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
6. Indicadores de produtos (<i>outputs</i>) esperados	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
7. Linha de base de efeitos (<i>outcomes</i>) esperados	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
8. Linha de base de produtos (<i>outputs</i>) esperados	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
9. Supostos de produtos a efeitos	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
10. Definição de responsabilidades para o recolhimento de informação	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
11. Plano para a implementação do projeto	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
12. Plano de Aquisições	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A

2.2.1.2. Análise de fatores críticos para avaliabilidade no escopo do projeto. Considerando os elementos avaliados no ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram a maior influência (positiva e/ou negativa) na mensuração de seu desempenho.

Fatores positivos:

- (Elementos 1-3 e 6) A preparação do projeto baseou-se em amplas informações sobre os problemas a serem abordados e corrigidos, estabeleceu estratégias apropriadas de intervenção bem como produtos e resultados consistentes com os objetivos do Programa. A definição adequada desses elementos na preparação do Projeto estabeleceu as linhas gerais para medir o desempenho do Projeto durante a execução no que tange o alcance dos produtos e parte dos benefícios imediatos das diversas intervenções.

Fatores negativos:

- (Elementos 5 e 7) O Projeto financiou o desenho e a operacionalização de um Sistema de Informações, Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Programa – SIPMA. A implantação e plena operacionalização do SIPMA sofreu atraso em consequência de diversos fatores entre os quais destacam-se a não definição do seu desenho e uma demorada reforma administrativa do Estado, o número de co-executores e entidades envolvidos no Programa, frequentes mudanças de pessoal técnico e administrativo, exacerbado durante e após períodos de eleições estaduais e municipais, a falta de uma cultura de informatização nas prefeituras, e entraves burocráticos na integração do SIPMA com os demais sistemas informatizados do Estado.

- (Elemento 10) o Projeto não teve o benefício de uma empresa gerenciadora ou de um sistema de informações gerenciais pré-existente que poderia ter facilitado, já a partir do primeiro ano de execução, a coleta e avaliação de informações de desempenho do Projeto, tanto na execução como na medição de progresso relacionado com os objetivos de desenvolvimento. As dificuldades administrativas da operacionalização do SIPMA, que designou aos municípios participantes parte da responsabilidade de coletar as informações e alimentar o sistema, foram subestimados.

2.2.1.3. Lições aprendidas para o desenho (medidas adotadas). Descreva de maneira concreta quais medidas foram adotadas para melhorar os aspectos previstos no desenho do projeto em relacionados com a medição do desempenho do projeto.

Título: Avaliação de Meio Termo

Conclusão: Não obstante que uma avaliação intermediária era prevista na Cláusula 4.03 (c) do Contrato de Empréstimo, a metodologia quantitativa e qualitativa dessa avaliação, realizada em 2002 por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Ceará, compensou a falha de registro dos dados do SIPMA, e forneceu informações abrangentes dos resultados obtidos e lições aprendidas do PROARES até aquele momento.

Explicação: Na indisponibilidade e atraso de dados dos indicadores previstos pelo SIPMA, a avaliação de meio termo forneceu informações quantitativas e qualitativas de elevada relevância sobre o desempenho do Programa. A lição aprendida é que, para projetos na área social ou projetos com componentes na área social, o uso de instituições de pesquisa acadêmica para desenhar o modelo e efetuar o acompanhamento de desempenho e monitoramento de indicadores sociais durante a execução pode ser considerado para obter resultados e interpretações confiáveis, inclusive relevante *feed-back* para o Banco e o mutuário sobre modelos de medição e avaliação mais apropriados para cada situação. Um outro exemplo desse tipo é o acompanhamento realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia do impacto, na área de saúde, do Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, (Emp. 878/OC-BR) com estudos apropriados de pré- e pos-intervenção.

2.2.1.4. Lições aprendidas para o desenho (medidas alternativas). Baseado em sua experiência neste projeto, descreva de maneira concreta quais medidas alternativas recomenda para melhorar a medição do desempenho no desenho futuros projetos.

Título: Sistema Informatizado para medir o desempenho do Projeto.

Conclusão: Dado a complexidade de um Programa dessa natureza e os diversos fatores que incidem sobre os indicadores de desempenho na área social, é imprescindível o estabelecimento de um modelo adequado de monitoramento, testado e disponível no início do Projeto, e que a base de dados correspondente é estabelecido ao mais tardar no início de cada PPM. Além do mais, deverá ser considerado um melhor aproveitamento de sistemas informatizados existentes.

Explicação: O SIPMA foi desenhado com o propósito de (i) coletar dados no nível da administração municipal, complementado por informações das diferentes entidades setoriais envolvidas na execução do Projeto; (ii) maximizar o aproveitamento da estrutura institucional e capacidade de planejamento do sistema estadual existente; (iii) monitorar e avaliar tanto as informações sobre os custos das intervenções do Projeto como sobre o impacto social das mesmas; (iv) complementar os indicadores quantitativos com instrumentos e mecanismos de avaliação qualitativa baseados em enquetes e estudos sobre a participação comunitária. Em municípios pobres, com escassez de recursos para investimentos e até na área de administração municipal e a falta de recursos humanos qualificados, a coleta sistemática de dados e o uso desses dados

para fins analíticos e a racionalização de investimentos na área social ainda não é de elevada prioridade. Portanto, para os fins do PROARES, a coleta de dados poderia ter sido limitado às rubricas específicas não cobertas por sistemas existentes mas necessário para medir os resultados do Projeto, mediante o estabelecimento de uma base de dados e um sistema de coleta, pronto e disponível no início de execução.

2.2.1.5. Informação disponível durante a implementação do projeto. Em uma escala de 1 a 4 qualifique o grau de cumprimento e a qualidade das seguintes tarefas que devem ser realizadas pelo Organismo Executor para gerar informação necessária para a medição de desempenho do projeto:

1. Estabelecimento de processos e mecanismos para coleta e análise de dados (fonte de dados, responsáveis, periodicidade e características da informação)	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
2. Recopilação da informação de linha de base de efeitos	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
3. Recopilação de formação de linha da base de produtos	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta	○ N/A
4. Recopilação, análise e relatório informação sobre recursos disponíveis e atividades realizadas	Baixa ← ① ② ③ ● → Alta	○ N/A
5. Recopilação, análise e relatório de informação sobre produtos gerados pelo projeto e a sua contribuição ao alcance dos efeitos esperados	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta	○ N/A
6. Recopilação, análise e relatório de informação sobre efeitos e impactos gerados pelo projeto e sua contribuição às metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial e nacional.	Baixa ← ① ② ③ ④ → Alta	● N/A

2.2.1.6. Análise dos fatores críticos para mensuração de desempenho durante a implementação. Considerando os processos ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram maior influência (negativa ou positiva) na mensuração do desempenho do projeto durante a sua implementação.

Fatores positivos:

- (Elemento 3 e 4) Tendo como referência o Contrato de Empréstimo, o Informe Inicial, o Regulamento Operativo bem como os quantitativos e montantes de investimentos previstos em cada PPM, permitiram o Executor manter um sistema adequado de acompanhamento e reportagem físico e financeiro do Projeto durante a execução.

Fatores negativos:

- O Projeto foi iniciado com os indicadores de efeito estabelecidos no Marco Lógico do Projeto, entretanto, não existiu uma linha base “ano zero” correspondente para cada um dos municípios participantes. O estabelecimento dessa base dependeu da operacionalização do SIPMA.
- (Elemento 5) O Projeto não dispunha de um sistema integrado de gerenciamento de informações de gestão. O SIPMA somente se viabilizou, ainda com dificuldades, a partir de 2003, mediante a contratação de uma equipe técnica especializada pela Secretaria de Ação Social. Conforme mencionado anteriormente, a implantação do sistema atrasou-se, em parte por motivo da indefinição do seu desenho e das prolongadas reformas administrativas do Governo do Estado os quais, entre outras medidas, contemplaram em 2000/2001 o estabelecimento de um Sistema Integrado de Informações Governamentais que, ao final não se efetivou, mas causou atraso adicional na implantação do SIPMA.

2.2.1.7. Lições aprendidas na implementação (medidas adotadas). Descreva de maneira concreta quais medidas foram adotadas a fim de obter a informação necessária (em quantidade e qualidade) para medir o desempenho do projeto.

Título: Acompanhamento contínuo da gestão por parte da Representação

Conclusão: A falta de um sistema de gerenciamento de informações desde o início do Projeto, aumentou o trabalho de acompanhamento e supervisão, tanto do Executor como da Representação do Banco..

Explicação: O processo de decisão e manejo de riscos exige a disponibilidade de dados de precisão e em quantidade suficiente, a qualquer momento durante a execução do Projeto. O estabelecimento de um Sistema de Informação Gerencial, já na preparação do Projeto é indispensável para acompanhar licitações, contratos, informações de avanço físico e financeiro, bem como o monitoramento de indicadores relacionados com os objetivos de desenvolvimento do Projeto.

2.2.1.8. Lições aprendidas para a implementação (medidas alternativas). Com base em sua experiência neste projeto, descreva de maneira concreta quais medidas alternativas recomenda para melhorar a mensuração do desempenho durante a implementação de futuros projetos.

Título: Indicadores do Marco Lógico: Confiabilidade para Medir Efeitos

Conclusão: Os indicadores do Marco Lógico do Projeto eram adequados para medir produtos. Por outro lado a experiência do PROARES revelou que os indicadores para medir efeitos podem ser utilizados para observar tendências gerais mas que, em muitos casos, existem elementos de “contaminação” afetando a confiabilidade dos dados. Os problemas residem no impacto da própria intervenção, na falta de complementação ou cruzamento qualitativo de dados e nas características da população alvo. Portanto, existe a necessidade de um enfoque maior na medição e interpretação qualitativa dos resultados.

Explicação: Exemplo: Como explicar um aumento da taxa de mortalidade infantil num município em que 90% das famílias de baixa renda estão sendo atendidas pelo Programa de Saúde Família? Em municípios pobres, parte dos óbitos de crianças entre 0 e 2 anos ocorrem nos domicílios sem assistência médica e sem que o falecimento seja cadastrado pelo serviço de saúde. Por outro lado, a partir da implantação do PSF e o uso do serviço, principalmente pelas famílias mais carentes, o efeito é que esses falecimentos ficam devidamente registrados. O Quadro IX demonstra que no Município Caucaia, o índice de MI aumentou de 13,9 em 1999 para 16,9 em 2002. Entre 1999 e 2004, (Quadro VIII) a população servida pelo PSF aumentou de 8,7% para 95,5%. Mas sem uma pesquisa mais apurada, não se pode afirmar essa correlação hipotética entre a implantação do serviço e um possível aumento de cadastro de óbitos de criança. Os mesmos dois quadros indicam uma redução da taxa MI de 34,1 para 15,1 durante o mesmo período para o município de Horizonte, enquanto nesse local, entre 1999 e 2004, o atendimento de famílias pelo PSF também aumentou de 9,1% para 94,0%. Existem semelhantes para muitos dos indicadores de efeito.

Título: Sistema de Informações Gerenciais

Conclusão: O Banco e o Executor deverão tomar as medidas necessárias na preparação de um novo projeto, para estabelecer um modelo informatizado de acompanhamento para os investimentos e ações principais de um Projeto, devidamente testado, e funcionando a partir do início de execução.

Explicação: A carência de informação gerencial num projeto hoje não se justifica mais. Visto que o executor não tem a cultura de manter banco de dados das informações dos projetos, a grande parte da demanda de informações passa a ter sua origem nas exigências dos organismos financeiros internacionais, motivo pelo qual o BID deveria liderar a confecção de modelos de sistemas de informações gerenciais integrado com os sistemas existentes no Banco. Dessa forma evitar-se-ia que em cada novo projeto seja necessário reinventar um novo sistema de informação.

2.2.2 Fatores que afetaram a execução do Projeto (segundo o ISDP)

Nos relatórios ISDP, a partir do uso desse novo instrumento em 1997, destacam-se os seguintes fatores que, em um momento ou outro, afetaram a execução do Projeto:

- A Reforma Administrativa do Governo do Estado do Ceará, iniciado no segundo semestre de 1998 e concluído em 2001, afetou cinco secretarias do Estado (Ação Social, Educação, Saúde, Cultura e Planejamento) e diretamente e indiretamente a execução do Projeto, especificamente a implantação do SIPMA e as atividades previstas para o fortalecimento institucional;
- A classificação “U” do IP no final do segundo semestre de 1998 até o final de 1999, é reflexão do baixo avanço financeiro do Programa, relacionado ainda com o processo de mobilização para implantar os PPMs aprovados, e que, por sua vez reflete a baixa capacidade de gestão administrativa de muitos municípios, dificuldades com as licitações e na tramitação das comprovações de recursos financeiros repassados.
- As eleições municipais no último trimestre de 2000 afetaram a execução, tendo como resultado a classificação de “U” do IP para o primeiro semestre de 2001: (i) as eleições afetaram as prioridades dos prefeitos; (ii) por ordem do Governo do Estado, em outubro de 2000, todas as licitações ficaram suspensas e os recursos retidos; (iii) o Plano de Ação para Fortaleza foi adiado para 2001; (iv) a metade dos prefeitos não se reelegeram; no início de 2001, o Programa capacitou 11 novos prefeitos, seus novos secretários e coordenadores locais sobre os objetivos do PROARES;
- O Programa contemplou a promoção de uma ampla co-gestão por parte de organizações comunitárias nos municípios participantes, entretanto, na prática observou-se que muitos municípios não possuem entidades com o nível de amadurecimento desejado para cumprir esse papel sem um período longo de apoio, orientação e treinamento.

2.2.3. Análise de fatores críticos para o êxito do projeto

Fatores críticos para a obtenção dos produtos (*outputs*)

2.2.3.1. Identificação de fatores negativos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3), que afetaram negativamente a execução em termos de quantidade, qualidade e oportunidade, e analise o por quê.

- **Atrasos na Execução:**
 - Atraso de quatro meses no cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.
 - Lenta execução durante os primeiros dois anos e meio;
 - Falta de experiência das Prefeituras, rotatividade de pessoal municipal,
 - Insuficiência do Fundo Rotativo, atrasos na justificação do FR;
 - Tramitação de centenas processos de licitação;
- **Períodos eleitorais:**

A legislação brasileira proíbe a condução de licitações e concursos públicos durante o período das campanhas eleitorais. O Projeto dependeu do repasse de recursos do Mutuário (o Estado) para os municípios participantes. O ritmo de execução foi afetado durante o segundo semestre das eleições estaduais de 1998 e de 2002, e durante o segundo semestre do ano 2000 e novamente de 2004, das eleições municipais. Em muitos municípios houve também a mudanças administrativas e de pessoal.

2.2.3.2. Identificação de fatores positivos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3 que contribuíram à implantação dos componentes do projeto e a obtenção de seus produtos (*outputs*) em termos de quantidade, qualidade e oportunidade, e analise o por quê.

- **Efeito das mudanças na taxa cambial do Real em relação a moeda do Financiamento**

Sucessivos ajustes da taxa cambial do Real em relação ao dólar americano aumentaram a disponibilidade de recursos em moeda local, na parte correspondente ao financiamento do Banco, proporcionou uma economia substancial em dólares nos contratos firmados em moeda local. Na data da assinatura do Contrato de Empréstimo, em maio de 1997, a taxa cambial era US\$1 = R\$1.07, mudado para 1:1.70 em Maio de 1999 e para 1:2.32 em Maio de 2002. Esses ajustes possibilitaram o aumento da meta original de 24 PPMs para um total de 53PPMs, e portanto uma expansão expressiva das metas originais do Projeto.

- **Plantas padronizadas**

A execução das obras e implantação das diversas instalações foram facilitadas mediante uso de plantas, desenhos, e especificações técnicas, padronizados e o apoio técnico da UGP e das equipes do Estado para os municípios.

- **Compromisso do Governo do Estado com o Programa**

Esforços do Governo do Estado para prover os recursos de contrapartida, manter a prioridade do Programa e assegurar sua continuidade mediante a designação de pessoas qualificadas para integrar a equipe técnica da UGP.

Fatores críticos para obter efeitos (*outcomes*)

2.2.3.3. Identificação de fatores negativos para obter os efeitos (*outcomes*). Descreva quais foram, em perspectiva, os principais fatores (máximo 3) que afetaram negativamente o alcance dos efeitos (*outcomes*) do projeto, e analise o por quê.

- **Atrasos no Componente de Fortalecimento Institucional**

A execução de diversas atividades previstos no subprograma de fortalecimento institucional sofreu atrasos que somente foram superados progressivamente a partir do terceiro ano de execução do Programa, sendo a causa principal a Reforma Administrativa do Governo do Estado mencionado anteriormente. Apesar de que, uma vez concluída, essa reforma trouxe bons resultados inclusive para o PROARES, ela foi demorada, e durante a reestruturação afetou processos administrativos, orçamentos, planos de trabalho, lideranças, recursos humanos, e equipes técnicas das secretarias diretamente ou indiretamente envolvidas no Programa. Um segundo fator era a falta de um plano concreto e detalhado de fortalecimento institucional que o Banco poderia utilizar para cobrar o cumprimento de prazos, qualidade e quantidade de atividades específicas. Um terceiro fator era o volume excessivo de trabalho da UGP durante os primeiros anos do Programa, gerado pela demanda constantes de apoio as prefeituras na execução dos PPMs, contribuindo para o adiamento de muitas das atividades previstas no Componente de Fortalecimento Institucional.

- O impacto do Programa em termos dos benefícios gerados para a população, em grande parte, dependeu da conclusão das obras, reformas, instalações e aquisição de equipamentos, além da capacitação de educadores, equipes técnicas, agentes comunitários, agentes das respectivas secretarias municipais, integrantes dos conselhos tutelares e de organizações comunitárias. Nesse conjunto de atividades de elevada demanda e complexidade organizacional houve todos os atrasos típicos, e em grande parte, inevitáveis e até imprevisíveis, de um novo Programa dessa envergadura. Conseqüentemente, atrasos na implantação dos respectivos PPMs incidiram sobre o início e pleno uso das novas instalações e o início dos benefícios (efeitos) para a população no primeiro grupo dos 24 municípios participantes. A esse respeito, vale salientar

que os atrasos na execução não afetaram a qualidade ou a quantidade dos resultados alcançados, e que o segundo grupo de municípios integrados ao Programa teve o benefício das lições aprendidas na implantação do Programa original.

2.2.3.4. Identificação de fatores positivos para obter os efeitos (*outcomes*). Descreva quais foram, em perspectiva, os principais fatores que contribuíram positivamente a possibilidade de alcançar a tempo os efeitos do projeto (*outcomes*), e analise o por quê.

- **Apoio contínuo do Governo do Estado do Ceará**
A continuidade da equipe técnica do Programa (UGP) durante os oito anos efetivos de execução do PROARES, proporcionou uma estabilidade e amadurecimento da equipe no desenvolvimento do seu trabalho. Mesmo as pequenas mudanças técnicas ocorridas tiveram em substituição profissionais já engajados com o Programa, o que evitava reiniciar o aprendizado sobre a execução das ações e na interface com o Banco e Municípios. Adicionalmente, a Secretaria incorporou o Programa na sua estrutura, mantendo interlocução com todas as áreas técnicas.
- **Apoio dos Municípios e das Comunidades beneficiadas**
Como fator positivo e contundente para obter os efeitos previstos e os impactos ao médio e longo prazo, observou-se que, nos municípios participantes do Programa, uma vez implantado e disponibilizado os respectivos serviços, houve uma demanda e acolhimento forte e espontâneo por parte da população, refletido nas estatísticas das pessoas beneficiadas. Além do mais, apesar de que a implantação e manutenção dos serviços constituídos no PROARES representam um ônus administrativo e financeiro maior que no passado nos serviços sociais disponíveis para os municípios participantes, hoje, a demanda por esses serviços estende-se para todos os municípios do Estado. No Planejamento Plurianual dos Municípios frente às demandas ao Estado, no final de 2003, das principais demandas municipais, a solicitação pela implantação do PROARES esteve presente, variando entre o 1º e 3º lugar em todos os grupos de municípios das oito regiões administrativas do Estado, refletindo o sucesso do Programa percebido por outros gestores.
- **Fortalecimento da Gestão Municipal e Participação da Sociedade Civil**
O Programa vem demonstrando a importância de um período de amadurecimento das ações e do seu propósito de mudança do paradigma na administração municipal. A descentralização da ação social no Estado, a transferência de maior responsabilidade administrativa e financeira na área social (e outras áreas), do Estado para os municípios, a gestão participativa, o planejamento dos PPMs e a definição dos equipamentos sociais em consonância com as demandas e necessidades locais e a capacidade financeira e técnica dos municípios, no âmbito do PROARES, já se comprovaram como medidas de transformação acertadas e eficazes. Os resultados do Programa, a participação da sociedade civil e o fortalecimento das Prefeituras são, hoje, realidade.

2.2.4. Análise da gestão e lições aprendidas

2.2.4.1. Análise da gestão. Identifique e analise a efetividade das medidas adotadas para resolver os problemas e aproveitar as oportunidades relacionadas com a análise de fatores críticos e explique como foram levadas à prática.

Título: Superar Riscos de Descontinuidade na Execução do Programa.

Conclusão: O risco, ocasionado por fatores externos, de descontinuidade das atividades de um programa estadual e municipal de ação social descentralizado, é bastante elevado. No caso do PROARES, apesar de várias mudanças na composição da UGP, a experiência, a competência profissional e o compromisso com os objetivos do Programa por parte dos técnicos da UGP eram fatores fundamentais para amenizar e superar problemas de execução dos PPMs ocasionados nos períodos antes e depois das eleições municipais e estaduais e, portanto representa uma importante lição no que tange a constituição e permanência da equipe técnicas da unidade de execução.

Explicação: O Programa atravessou duas eleições municipais e duas eleições estaduais, além de uma reforma prolongada da administração do Estado, aumentando o risco de descontinuidades e atrasos na execução, mudanças de gestão e de prioridades relacionados com o Programa. Entretanto, a prioridade do Estado sempre foi mantida e demonstrada na realização de reuniões sistemáticas do “Comitê do PROARES”, presidido pela primeira-dama do Estado e composto por cada Secretário de Estado envolvido com sua execução. Ainda pode-se ressaltar a competência profissional e dedicação com o Programa por parte da Secretaria da Ação Social e das pessoas designadas para a UGP. A equipe da UGP demonstrou-se hábil durante todo o período da Reforma Administrativa do Estado, e superou as dificuldades de descontinuidade administrativa nos municípios após as eleições e nos casos necessários de mudanças de equipes locais, mediante treinamento dos novos prefeitos e gestores municipais bem como na negociação de alternativas e adaptações dos planos participativos à nova realidade política local, sem alterar a essência do Programa.

Título: Esquema Financeiro de Execução.

Conclusão: A restrição financeira gerada para viabilizar as ações do Programa, por se tratar de execução descentralizada por 53 municípios, onde o Fundo Rotativo do PROARES deveria se dividir entre todos eles. Para tanto, ampliou-se o Fundo Rotativo para 10%, o Banco aceitou o recebimento de pequenos valores de desembolsos para reconstituição do Fundo (em média US\$ 150.000 cada) e se capacitou equipe de apoio administrativo para apoiar localmente os municípios na tramitação burocrática de documentos e prestação de contas. No entanto, o esforço não foi suficiente para dirimir os atrasos provocados pela insuficiência de recursos frente os compromissos assumidos, gerando muitas vezes paralisações de obras e aquisições por falta de pagamentos aos contratistas, situação para a qual o Banco não teve uma solução adequada para o Executor.

Explicação: O Programa gerou a aquisição de equipamentos, contratação de obras civis e capacitação local para cada item aprovado em seu Plano Participativo Municipal, em 53 municípios, o que significa centenas de contratos simultâneos em vigor.

2.2.4.2. Lições aprendidas sobre gestão de projetos. (Medidas Alternativas) Com base em sua experiência neste projeto, e levando-se em conta a efetividade das medidas adotadas mencionadas no item anterior, descreva de forma concreta quais medidas alternativas recomendam para enfrentar os problemas que possam surgir durante a implementação de futuros projetos similares a este.

Título: Organizar e direcionar o apoio aos municípios de acordo com a sua respectiva capacidade administrativa bem como a capacidade de co-gestão por parte das organizações comunitárias.

Conclusão: No desenho de um novo programa seria importante uma consideração mais ampla da capacidade administrativa e da maturidade das organizações comunitárias para orientar o apoio técnico e uma programação mais eficaz de execução.

Explicação: A implementação do Programa enfrentou dificuldades e atraso de execução em consequência de uma grande diferença na capacidade de gestão dos diversos municípios bem como na presença, maturidade e atuação das organizações comunitárias. Para uma segunda etapa do Programa se poderia considerar uma classificação dos municípios de acordo como o grau de maturidade administrativo e organizacional e estabelecer um mecanismo de graduação para sucessivos níveis de classificação, dessa forma orientar a programação do apoio técnico, além de fomentar a competitividade entre os municípios para alcançar um grau de classificação mais elevada.

Título: Capacitação de Equipes Técnicas no âmbito do Fortalecimento Institucional

Conclusão: O fortalecimento institucional, quando é um componente específico do Programa deve apresentar um planejamento mínimo necessário, identificando os departamentos, áreas de capacitação, cronograma, posições e/ou pessoas afetadas e outros detalhes básicos do treinamento previsto.

Explicação: A ausência de uma programação acordada previamente com o Banco dificulta a cobrança do cumprimento e faz com que o Executor, pela crônica escassez de profissionais, não os libere para tal formação. Da mesma forma, a divulgação do Programa foi deficiente por falta de priorização do gestor.

2.2.4.3. Qualificação da implementação do projeto. Qualifique a implementação do projeto, a partir da análise da gestão anterior e os produtos (*outputs*) obtidos na quantidade e com a qualidade esperada, em tempo razoável e a custos razoáveis.

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito insatisfatório (MI)

A implementação do Projeto foi muito satisfatória em termos de quantidade e qualidade de produtos obtidos, insatisfatório em termos de tempo de execução, mas ressalta-se que as metas foram mais que duplicadas, e muito satisfatório em termos de custos razoáveis.

2.3 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

2.3.1.1. Áreas fortalecidas ou melhoradas pelo projeto. Identifique as áreas institucionais fortalecidas ou melhoradas pelo projeto, direta ou indiretamente, e indique o nível de sua influencia (nacional, regional, local).

Área Institucional/Organizacional	SIM	NÃO	N/A	Nível		
				Nacional	Regional	Local
• Marco legal e regulatório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Procedimentos, manuais, guias operacionais	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Capacidade						
- Capacidade da alta gerência	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
- Capacidade da mediana gerência	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
- Capacidade de sistemas de informação	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
- Mensuração do desempenho (capacidade de M&E)	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
- Serviço ao cliente	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Estrutura funcional e organizacional	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Planejamento	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Orçamento/Gerência financeira	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Coordenação Intra/Intersetorial	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Coordenação Intra/Interorganizacional	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Pessoal/desenvolvimento de recursos humanos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Aquisições	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
• Auto-avaliação, auditoria & prestação de contas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

2.3.1.2. Fortalecimento alcançado pelo projeto no país. Descreva as contribuições mais significativas do projeto (máximo 3) ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no país

- Não houve. Apenas no nível local, visto que o Projeto é estadual.

2.3.1.3. Fortalecimento alcançado pelo projeto no Órgão Executor. Descreva as contribuições significativas do projeto (máximo 3), ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no Órgão Executor. Descreva a situação antes-depois do projeto).

- No nível Estadual
No nível estadual houve ganhos importantes na capacidade de gestão intersetorial da política e de programas de ação social do Estado por parte das equipes técnicas de todas as Secretarias do Estado diretamente ou indiretamente envolvidos na execução do PROARES. O SIPMA encontra-se instalado e operacionalizado, ampliando e fortalecendo a rede de tecnologia da informação, a Secretaria de Inclusão Social do Estado encontra-se em estudo do mesmo sobre como aproveitá-lo na definição de instrumentos norteadores da política pública estadual. O Executor conta com a capacidade institucional instalada e fortalecida para promover o Programa ou ações semelhantes nos demais municípios do Estado, e que antes da Reforma Administrativa do Estado e antes do PROARES não era realizada de forma integrada.
- No nível Municipal
A capacidade da gestão municipal na área social foi melhorada e fortalecida progressivamente, primeiramente através do planejamento participativo no desenho dos respectivos PPMs, com objetivos, metas, produtos e custos estabelecidas de acordo com a demanda e capacidade técnica e financeira de cada município, em sequência, pela capacitação de equipes técnicas e gestores, na sistematização dos padrões de funcionamento dos equipamentos sociais, e na atual implantação das obras e dos serviços. Paralelamente, a operacionalização dos serviços e o trabalho intersetorial entre as áreas envolvidas e as instâncias municipais e estaduais produzindo sinergias importantes entre os programas sociais, propiciando a plena adoção de orçamento partilhado entre o Estado e os Municípios, e a ampla troca de experiências entre setores e municípios.
- No nível das Organizações Comunitárias
A implantação do PROARES revelou uma sociedade civil organizada no interior do Estado muito heterogênea e, em muitos casos, no início e durante a execução do Programa, despreparada para assumir as responsabilidades de co-gestão previstas como instrumento para fomentar uma participação popular eficaz na gerência dos equipamentos sociais instalados nos municípios. Por outro lado, graças ao esforço constante de orientação e capacitação das organizações comunitárias pelo Programa, hoje, na maioria dos municípios beneficiados, a gestão participativa transformou-se da remota possibilidade que existiu antes do Programa para uma realidade, visto pela população como um direito conquistado e uma demanda cada vez mais vocal e conscientizada.

2.3.1.4. Qualificação da contribuição do projeto para o FIO.

☐ Muito Relevante (MR) ☒ Relevante (R) ☐ Pouco Relevante (PR) ☐ Irrelevante (I)

Ver comentários nos itens anteriores.

2.3.2. Sustentabilidade do projeto

2.3.2.1. Alcance da sustentabilidade do projeto. Em consulta com o Órgão Executor, defina quais ações, serviços e/ou produtos deveriam seguir sendo sustentáveis e durante quanto tempo, a fim de assegurar a sustentabilidade dos efeitos e futuros impactos esperados do projeto.

- Para manter os benefícios do Projeto, há a necessidade de operar e manter, de forma permanente, a infraestrutura implantada e os equipamentos adquiridos e, da mesma forma, manter, em cada município, a rede de atendimento às crianças e adolescentes estabelecidas pelo Programa. Nesse sentido, por ocasião da aprovação do Plano Participativo Municipal na Câmara de Vereadores locais constitui-se condição prévia,

respaldada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a provisão de alocação orçamentária para gastos de operacionalização e manutenção de cada equipamento social instalado.

- Continuação pelo Estado e pelos municípios das ações de fortalecimento da ação comunitária, dos conselhos tutelares, das organizações comunitárias e promoção de meios apropriados e inovadores de conscientização de todos os segmentos da sociedade civil para consolidar as parcerias entre a população e o poder público municipal, no intuito de tornar sustentável e permanente o acesso aos serviços sociais, de educação, cultura e saúde e atendimento de qualidade para as famílias, crianças e adolescente, principalmente da população pobre e tradicionalmente marginalizada.

2.3.2.2. Bases para a análise de sustentabilidade. Estime a probabilidade (numa escala de 1 a 4) de que durante o ano seguinte ao término do projeto (e do financiamento do Banco), existam os seguintes arranjos e recursos institucionais/organizacionais no país, necessários para manter as ações, serviços, produtos, efeitos e futuros impactos iniciados pelo projeto e definidos no item 2.3.2.1.:

Ajustes institucionais/organizacionais e recursos	Probabilidade
1. Apoio da alta gerência na Agência Executora	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
2. Marco legal e regulatório	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
3. Preparativos e capacidade organizacional	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta ○ N/A
4. Coordenação intra-organizacional	Baixa ← ① ● ③ ④ → Alta ○ N/A
5. Disponibilidade de recursos financeiros	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
6. Pessoal idôneo	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
7. Recursos para manutenção da infra-estrutura física	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
8. Apoio dos beneficiários do projeto	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A
9. Apoio do governo nacional	Baixa ← ① ② ● ④ → Alta ○ N/A

2.3.2.3. Análise de origem das causas que afetam negativamente a sustentabilidade. Baseando-se no item anterior, e considerando os possíveis fatores que possam afetar a sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais considera que todos ou alguns dos impactos, efeitos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto 2.3.2.1. podem não ser sustentáveis, e explique por quê.

- Cabe aos municípios priorizar a manutenção da infraestrutura, dos equipamentos e dos serviços do Programa. Para o início do PPM, o mesmo é encaminhado para aprovação da Câmara de Vereadores, introdução de rubrica orçamentária e previsão da fonte de recursos para manutenção. Dessa forma, cumpre-se com a legislação nacional e se dirimem os riscos de sustentabilidade das ações do Programa.
- A probabilidade de ameaças diretas e indiretas e imediatas à sustentabilidade dos benefícios do Programa é relativamente baixa. Entretanto, esse quadro de estabilidade poderia mudar na hipótese de mudanças imprevistas na situação macro-econômica do país, do Estado e dos municípios (principalmente no montante percentual do Fundo de Participação Municipal que durante a própria execução do PROARES sofreu duas fortes reduções) afetando a arrecadação municipal, o fluxo de recursos para as prefeituras, a capacidade de pagamento e a definição das prioridades.

2.3.2.4. Análise da fonte de causas que contribuem favoravelmente à sustentabilidade. Baseando-se nas análises prévias e considerando os possíveis fatores que podem contribuir à sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais considera que os futuros impactos, efeitos imediatos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto 2.3.2.1 poderão ser sustentáveis, e explique porquê.

- **Capacidade Institucional Fortalecida.** Conforme indicado no parágrafo 2.3.1.3, o Programa teve resultados positivos no fortalecimento da capacidade de gestão das secretarias e entidades do Governo do Estado bem como no nível municipal, fator

que incide favoravelmente sobre a administração, a sustentabilidade e os futuros efeitos e impactos do Programa. Ressalta-se que no âmbito do componente de fortalecimento institucional do PROARES foram capacitados mais que 3.000 conselheiros, 53 equipes das administrações municipais na área de planejamento, execução e monitoramento das ações do Programa, bem como 60 organizações comunitárias para participar no gerenciamento das atividades dos PPMs. Nas atividades específicas dos PPM, mais que 5.000 pessoas foram capacitados, entre educadores, monitores, agentes do Programa de Saúde de Família, bem como os integrantes das equipes técnicas das secretarias do Estado. A abrangência desse esforço praticamente constante durante a execução do Programa é amplamente refletida nos resultados registrados até a presente data e no acolhimento e satisfação da população beneficiada, e que augura favoravelmente sobre as perspectivas de sustentabilidade dos benefícios do Programa.

- **A participação da sociedade civil**

Nessa questão, destacam-se demandas, cada vez mais expressivas, por parte da população e das organizações comunitárias conscientizadas pelo Programa, para contar com atendimento de qualidade nas áreas de saúde pública, educação e apoio social. Dessa forma, o poder político é orientado para estabelecer prioridades, junto ao público, consoante com essas demandas, tornando um retrocesso na quantidade e qualidade dos serviços implantados menos provável, reduzindo ou eliminando os riscos de mudanças indesejadas nas prioridades da administração municipal, mesmo em ocasiões de mudanças do governo municipal ou estadual

2.3.2.5. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas adotadas). Baseando-se em sua experiência neste projeto e levando-se em conta as análises anteriores, descreva de maneira concisa as medidas adotadas em sua elaboração e/ou na implementação que foram eficazes para melhorar a sustentabilidade do projeto e explique como foram levadas à prática.

Título:	Fortalecimento dos Conselhos Tutelares como Mecanismo de Controle Social.
Conclusão:	O fortalecimento da estrutura dos Conselhos, e respectiva capacitação de recursos humanos, promoveu maior proatividade na atuação de suas funções, contribuindo para a qualidade dos serviços sociais oferecidos pelo município.
Explicação:	Os Conselhos Tutelares constituem-se em importante instância de acompanhamento da situação da criança e do adolescente no município.
Título:	Capacitação Contínua de Recursos Humanos
Conclusão:	O efeito negativo da alta rotatividade de funcionários municipais, nos diversos níveis de execução do Programa, foi mitigado pelo trabalho de apoio, supervisão e treinamento das equipes da UGP e outras equipes técnicas das Secretarias do Estado. Entretanto, em futuros programas há a necessidade de estabelecer um plano de capacitação contínuo, muito mais abrangente ao previsto originalmente no PROARES, tanto para aspectos técnicos no atendimento do público-alvo como na tramitação burocrática de documentos (planejamento orçamentário, processos de aquisições, condução de convênios e contratos e prestação de contas).
Explicação:	A rotatividade de funcionários pode ter diversos fatores, tais como: mudança do gestor municipal, migração para outro município, concursos públicos, motivos pessoais, ampliação de formação profissional; os efeitos negativos devem ser minimizados através de uma capacitação contínuo e mais abrangente no nível municipal.
Título:	Desenho do Plano Participativo Municipal - PPM
Conclusão:	O PROARES dimensionou os PPMs de acordo com a capacidade de manutenção dos serviços sociais no município após a finalização da execução do Programa, visando diminuir o risco de abandono da prestação dos serviços sociais implantados. .

Explicação: A elaboração do PPM implica no conhecimento dos problemas sociais do município, na análise de seus indicadores sociais e na capacidade financeira de aporte da contrapartida local para os investimentos, e, ainda, na capacidade de manutenção dos serviços sociais implantados

2.3.2.6. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas alternativas). A partir de sua experiência neste projeto, e levando em conta as análises anteriores, descreva de maneira concisa que medidas alternativas recomenda levar em conta durante o desenho e/ou implementação para melhorar a sustentabilidade de futuros projetos.

- Plano de capacitação desenhado adequadamente e com obrigação contratual de cumprimento.
- Plano de Comunicação/Divulgação do Programa efetivo.
- Ampliação da equipe técnica para supervisão das ações municipais, quando da ampliação das metas físicas.
- Esquema financeiro de execução que promova a implantação de mecanismos ágeis para o processamento descentralizado das ações, com análise do montante adequado requerido para o Fundo Rotativo da Operação com vários sub-executores.
- Adequado sistema de monitoramento e avaliação do Programa, desenhado antes de sua operacionalização.
- Preparação adequada para mudanças de gestores.
- Ações mais estruturadas para geração de renda e participação familiar nas atividades.

2.3.2.7. Plano de Sustentabilidade. Levando-se em conta as análises anteriores, descreva as ações concretas que o País Mutuário e/ou o Banco deveriam realizar durante o próximo ano para assegurar a sustentabilidade dos futuros impactos, efeitos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto 2.3.2.1.

O Governo do Estado e as Prefeituras

- O Governo do Estado - consolidar e manter a descentralização dos serviços sociais, fortalecendo o gestor local e provendo o apoio técnico necessário para os municípios relacionados com a gestão financeira de recursos, com a supervisão da qualidade do atendimento ao público alvo, com a manutenção dos equipamentos instalados, e nas ações visando o fortalecimento da co-gestão e ampla participação das organizações comunitárias.
- Os Municípios - aportar oportunamente e nos montantes orçados e necessários, todos os recursos para assegurar a manutenção adequada das obras e equipamentos e para manter os serviços sociais do Programa, de acordo com a demanda estabelecida junto à população alvo.

O Banco

- Incorporar as lições aprendidas durante a execução do PROARES na elaboração da segunda fase deste Programa, ou em outros que possuam objetivos de desenvolvimento similares.

2.3.2.8. Qualificação de Sustentabilidade do Projeto. Baseando-se nas análises prévias e nas perspectivas do Plano de Sustentabilidade, qualifique a probabilidade de que o projeto seja sustentável durante os próximos três (3) anos:

☐ Muito Provável (MP)

☒ Provável (P)

☐ Pouco Provável (PP)

☐ Improvável (I)

Explique sua qualificação

Os comentários anteriores, na seção 2.3.2.4 e 2.3.2.5 se aplicam. Salvo a ocorrência de eventos sobre os quais o Governo do Estado do Ceará e os municípios participantes não têm controle, ou de situações agravando os riscos anteriormente citados, o Governo do Ceará e as prefeituras municipais bem como a população beneficiada, têm um elevado interesse para que os benefícios do Programa sejam mantidos, melhoradas e ampliadas.

2.4 DESEMPENHO DO ÓRGÃO EXECUTOR

Esta seção introduz uma análise do desempenho do Órgão Executor realizada pelo Especialista Setorial em dez áreas relevantes para o êxito do projeto. A precisão ao completar esta seção é crítica, na medida em que possa servir de referência para o Banco na elaboração de futuros empréstimos. A informação contida nesta seção tem um caráter confidencial e é para uso estritamente interno. A seção é concluída com uma qualificação geral de desempenho, que deve seguir os critérios de qualificação correspondentes.

2.4.1. Desempenho do Órgão Executor em áreas críticas. Avalia o desempenho do Órgão Executor (incluindo co-executores e a Unidade Coordenadora/Executora do projeto) nas seguintes áreas:

1. Participação e qualidade de suas contribuições durante o desenho do projeto	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
2. Organização da Unidade Coordenadora/Executora do projeto (pessoal, infra-estrutura, coordenação e comunicação, etc.)	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
3. Coordenação e integração da Unidade Coordenadora/Executora do Projeto com o Órgão Executor	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
4. Monitoramento e avaliação de resultados (linha de base, sistemas, procedimentos, recopilação, análise e dados informativos, etc.)	Baixa ① ● ③ ④ Alta	○ N/A
5. Capacidade gerencial e processo de tomada de decisões da Unidade Coordenadora/Executora do Projeto	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
6. Cumprimento em tempo de políticas, procedimentos do Banco e de cláusulas contratuais	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
7. Gerência financeira (disponibilidade de recursos de contrapartida, desembolsos, qualidade dos EFAs, etc.)	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
8. Oportunidade e eficiência na aquisição de obras, bens e serviços de consultoria	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
9. Liderança da alta gerência do Órgão Executor, sentido de propriedade e apoio à execução do projeto	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A
10. Ações concretas para assegurar a sustentabilidade do projeto	Baixa ① ② ● ④ Alta	○ N/A

2.4.2. Lições aprendidas para a organização e funcionamento da UEP (medidas adotadas). Baseando-se em sua experiência neste do projeto, identifique quais medidas adotadas com respeito a estrutura, organização e processos na Unidade Coordenadora/Executora do Projeto, assim como os perfis de seu pessoal resultaram eficazes e explique como foram levadas à prática.

2, 3, 5 A UEP, Constituição, Coordenação, e Capacidade Gerencial

A estrutura da UGP, dividida em cinco seções (Gerência Geral, Gerência de Programação, Gerência Técnica, Gerência Administrativa e Financeira e uma Assessoria Jurídica) foi estabelecida no início do Programa de acordo com os procedimentos claros do Regulamento Operativo aprovado pelo Banco e incorporou parte dos profissionais que participaram na preparação do Projeto.

A UGP é subordinada ao Comitê Executivo a cargo da direção superior do Programa e integrada por representantes das diversas secretarias do Estado (A Secretaria de Ação Social – SAS, de Educação – SEDUC, de Saúde – SESA, de Cultura e Desporto – SECULT, e de Planejamento e Coordenação – SEPLAN). O Comitê Executivo cumpriu um papel importante na definição de políticas do Programa, o controle do cumprimento dos seus objetivos, a aprovação dos financiamentos, a coordenação intersetorial, aprovação dos orçamentos anuais e as demonstrações financeiras do Programa, e uma presença controladora e ao mesmo tempo facilitadora durante toda execução do PROARES.

O quadro de técnicos da UGP foi constituído de profissionais qualificados de servidores públicos de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará. A Unidade sofreu algumas mudanças na constituição da sua equipe técnica, inclusive duas mudanças da Gerência Geral, entretanto, a execução do PROARES caracterizou-se pela continuidade e qualidade de gestão, em grande parte, graças à experiência profissional e o comprometimento dos integrantes das equipes com o Programa.

O Regulamento Operativo do Projeto destaca-se pela clareza das definições e procedimentos estabelecidos, e apesar da complexidade de aplicação dos mesmos em seu conjunto, o RO serviu como instrumento de referência imprescindível, norteando o trabalho da UGP na execução do Programa.

As dificuldades principais enfrentadas pela UGP durante os primeiros anos de execução do PROARES eram relacionadas com a falta de experiência das equipes com os procedimentos do Banco; a Reforma Administrativa do Governo do Estado afetando coordenações intersetoriais e a designação oportuna de profissionais necessários para as diversas atividades; as eleições federais e estaduais no final de 1998 e as eleições municipais no final de 2000, impedindo aquisições e a assinatura de contratos e convênios e gerando mudanças de equipes, principalmente no nível municipal; a debilidade de gestão de muitos dos municípios participantes; a dificuldade de encontrar organizações comunitárias aptas para assumir o papel de co-executor; freqüentes atrasos na liberação de recursos pela SEPLAN e a SEFAZ; o trabalho adicional da UGP, auxiliando os municípios em dezenas de processos de licitação do primeiro grupo de PPMs; atrasos na prestação de contas e falhas no planejamento de empenho e gastos pelos municípios; uma escassez crônica de profissionais nas secretarias e instituições estaduais; e um volume de trabalho desordenado, gerado na execução do grande número de atividades previstas no Programa em localidades, muitas vezes, distantes da Capital e, freqüentemente, sob condições desfavoráveis de trabalho e grande diversidade de problemas a serem abordadas durante essas visitas. Entretanto, nesse processo de superar as dificuldades da primeira etapa de execução dos 24PPMs, o Executor capacitou-se através das lições aprendidas na prática, aprimorando os procedimentos para uma execução mais ágil e eficaz que caracterizou a ampliação do Programa e, ao mesmo tempo estabeleceu a competência para levar o Programa para os demais municípios do Estado, pleiteando atualmente uma segunda fase do PROARES junto ao Banco.

4. Monitoramento e Avaliação de Resultados

O SIPMA somente se viabilizou, ainda com dificuldades, a partir de 2003, mediante a contratação de uma equipe técnica especializada pela Secretaria de Ação Social. Conforme já mencionado, a implantação do sistema atrasou-se, em parte por motivo das prolongadas reformas administrativas do Governo do Estado os quais, entre outras medidas, contemplaram em 2000/2001 o estabelecimento de um Sistema Integrado de Informações Governamentais que, ao final não se efetivou, mas causou atraso adicional na implantação do SIPMA.

O SIPMA encontra-se implantado e operacionalizado, entretanto, em vários municípios, o sistema ainda enfrenta dificuldades de aplicação consistente, requerendo ainda o apoio e a supervisão da UGP. Outrossim, vale salientar que a abrangência dos sistemas informatizados na área de saúde e educação, desestimula a coleta e o processamento de alguns dos dados complementares e de informações paralelos do SIPMA. A esse respeito, ressalta-se que a cultura no país de monitoramento e avaliação informatizado de projetos ainda é incipiente. As dificuldades registradas na implantação do SIPMA não representam um caso isolado, mas vem se repetindo em outros projetos financiados pelo Banco e outros organismos internacionais.

5 - 8, Cumprimento de Cláusulas contratuais, Gerência Financeira, Aquisição de Bens

Em todas essas áreas, o desempenho do Executor e da UGP foi satisfatório com ampla e oportuna consulta prévia das diversas ações com a Representação, apresentação de documentos, relatórios, prestação de contas, e atendendo solicitações do Banco para informações especiais ou complementares. Para documentar e processar informações, a UGP utilizou o software Windows e Excel, mas não dispunha de um sistema de informações gerenciais integrado, que teria permitido o cruzamento de muitas informações pertinentes à execução, bem

como prover acesso instantâneo a dados sobre o desempenho do projeto em seus diversos componentes e atividades.

As aquisições de bens e serviços foram conduzidas de acordo com as normas do Banco e os procedimentos da legislação nacional. Já se mencionou, anteriormente, a demanda de apoio por parte dos municípios para conduzir esses processos e a qual representou um investimento de tempo maior por parte da UGP que originalmente previsto. Pelo volume das aquisições e número de contratos, não surpreende que o Projeto também registrou os inevitáveis atrasos por causa de ocasionais protestos, licitações repetidas, e contratos rescindidos por desempenho insatisfatório ou desistência de uma ou outra empreiteira. Sem exceção, as obras apresentam boa qualidade de execução e consistência com as normas técnicas brasileiras para obras semelhantes. A padronização de muitos dos desenhos e das especificações técnicas facilitou a preparação dos editais e a subsequente supervisão de execução. Todas as aquisições, inclusive dos diversos equipamentos, obedeceram ao princípio de compra “de melhor qualidade pelo menor custo”, evidenciado pela possibilidade de ampliar em mais que 100% as metas originais do programa, atribuível, em grande parte pelas economias oriundas da variação cambial, mas também refletindo uma execução eficiente de 600 obras e/ou reformas de pequeno e médio porte e a aquisição eficiente de um grande volume de equipamentos.

2.4.3. Lições aprendidas para a organização e funcionamento da UEP (medidas alternativas). Baseando-se na sua experiência durante a implementação deste projeto, se em um futuro projeto tivesse a possibilidade de redesenhar a estrutura, organização e processos na Unidade Coordenadora/Executora do Projeto, assim como os perfis do seu pessoal, que medidas alternativas recomendaria para melhorar seu empenho.

As lições importantes aprendidas no que tange a organização e funcionamento da UGP no sentido de medidas alternativas para futuros projetos são as seguintes:

- Durante a preparação de um projeto com este grau de complexidade e ação intersetorial e interinstitucional deverá ser considerada a capacitação dos atores principais em temas relacionados com aquisições, cumprimento das condições prévias, normas do regulamento operativo e o monitoramento e avaliação. Desta forma possibilitaria um arranque mais ágil e um monitoramento mais eficiente. Além disto, deveria definir durante a preparação a confecção de um Sistema de Informações Gerenciais para administrar o crescente volume de informações técnicas e financeiras como ferramenta indispensável para gerenciar o projeto. Seria desejável, o estabelecimento de modelos padrão de gerenciamento de dados aceitáveis e compatíveis com as normas do Banco, inclusive para uma futura integração com os sistemas informatizados do Banco.
- Ainda considerando a experiência advinda do PROARES, se torna evidente que além do estado de preparação do Projeto no momento da aprovação, um fator contundente na execução é a experiência individual e coletiva dos profissionais da UGP e a permanência das pessoas mais qualificadas na UGP durante toda execução. Nos primeiros anos de execução do PROARES, a tão desejável e necessária ação intersetorial representou certos problemas logísticos que não eram previsíveis durante a preparação do Projeto. Antecipando e reduzindo dificuldades dessa natureza, uma das medidas a considerar seria a constituição de uma UGP provisória no início da preparação de um novo projeto e cuja equipe teria a responsabilidade para os estudos diagnósticos e os demais trabalhos de desenho e preparação do projeto. No momento da aprovação do financiamento, essa mesma UGP e sua equipe seria transformada para assumir a execução do Projeto.
- **2.4.4. Qualificação do desempenho do Órgão Executor.** Baseando-se na análise de desempenho realizada nesta seção, nos resultados alcançados, assim como na eficiência na implementação do projeto, qualifique o desempenho do Órgão Executor:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

2.5 BASES PARA A AVALIAÇÃO EX-POST

2.5.1. Previsões para a avaliação *ex post*. Estabeleça se esta operação, de acordo com o Contrato de Empréstimo, requerer uma avaliação *ex post*. Se aplicável, proporcione a seguinte informação sobre as previsões tomadas (revisar acordos entre o Banco, o Mutuário e Executor na Ajuda Memória do Seminário de Término do Projeto):

O Contrato de Empréstimo requer uma avaliação *ex post* para esta operação?

☒ Não

☐ Sim

O Contrato de empréstimo não contém essa condição, mas o governo do Estado do Ceará contratou uma avaliação final independente do Programa com recursos próprios, que está sendo realizada pelo Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos – IEPRO da Universidade Estadual do Ceará.

2.5.2. Análise da capacidade para a avaliação *ex post*. Analise a capacidade do Órgão Executor, assim como a sua infra-estrutura e processos de informação para recolher, analisar e informar sobre o alcance dos futuros efeitos e impactos do projeto, e os principais fatores que possam facilitar ou obstruir esta avaliação.

Não se aplica.

Anexo 1A e 1B
Financiamento do Projeto

Anexo 1-A

Fonte de Financiamento
(Montantes em milhões de US\$)

Categoria de Investimento	Original				Atual				Brecha em % do Original			
	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
1. Gastos de Administração	0.30	1.62		1.92	0.22	1.71		1.93	(27.0)	6.0		1.0
2. Financiamento dos PPMs	39.77	26.08		65.85	40.65	26.77		67.42	2.0	3.0		2.0
3. Fortalecimento Institucional	1.51	0.30		1.81	0.76	0.20		0.96	(50.0)	(33)		(47)
4. FIV	0.42	-		0.42	0.37	-		0.37	(1.2)	-		(1.2)
Etc.												
TOTAL	42.0	28.0		70.0	42.0	28.7		70.68	-	3.0		1.0

Fonte de Informação:

Do sistema LMS: Colunas (1) e (5)

Para serem completadas pelo autor do PCR: Colunas (2), (3), (6) e (7)

Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9), (10), (11), (12) e o total da última linha

Calendário de Investimentos

(Montantes em milhões de US\$)

Anos	Original				Atual				Brecha
	BID	Mutuário	Outros	Total	BID	Mutuário	Outros	Total	(8)- (4)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
1 1997	6.0	4.0		10.0	1.62			1.62	- 8.38
2 1998	20.0	13.5		33.5	0.88	0.74		1.62	- 31.88
3 1999	12.0	8.0		20.0	2.77	1.28		4.05	- 15.95
4 2000	3.0	2.0		5.0	3.98	2.01		5.99	0.99
5 2001	1.0	0.5		1.5	4.80	4.59		9.39	7.89
6 2002					8.65	3.83		12.48	12.48
7 2003					7.99	3.78		11.77	11.77
8 2004					8.96	5.94		14.90	14.90
9 2005					2.34	8.06		10.40	10.40
TOTAL	42.0	28.0		70.0	42.0	30.23		72.23	2.23

Fonte de Informação:

Para serem completadas pelo autor do Memorando do Banco: Colunas (1), (4), (5), (8), e (9)

Os dados das colunas (2), (3), (6), e (7) serão proporcionados pelo autor do Memorando do Executor

Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9) e o total da última fileira.

Obs. No Informe do Projeto não foi estabelecido um cronograma de desembolso. Segundo o parágrafo 3.11 do Informe, 50% dos recursos seriam disponíveis para os 15 municípios elegíveis a partir do 1º ano de execução. Uma vez cumprido esse prazo, os demais municípios pré-selecionados ou os mesmos do primeiro grupo poderão utilizar os outros 50%. A supra tabela do cronograma original de desembolso é apenas uma estimativa de investimentos anuais durante os 5 anos de execução.

Anexo 1-C
Informação Financeira e Demonstrações Financeiras Auditadas
(Para ser completado pelo Especialista Financeiro)

1. Capacidade do Órgão Executor. Avalie em termos gerais a capacidade do Órgão Executor para administrar os recursos do projeto de maneira eficiente e transparente (sistemas de informação, procedimentos, capacidade do pessoal (máximo 2,250 caracteres)).

O Órgão Executor responsável do PROARES é a Secretaria da Ação Social do Estado do Ceará - SAS. Conforme previsto no Contrato de Empréstimo e Regulamento Operativo, a execução se realizou através de uma Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, estabelecida no início do Programa, estruturado dentro da SAS e contando com o apoio e a infra-estrutura física e de recursos humanos da citada Secretaria do Estado. A UGP era dividida em cinco seções, (Gerência Geral, Gerência de Programação, Gerência Técnica, Gerência Administrativa e Financeira e uma Assessoria Jurídica) contando com profissionais devidamente qualificados e de dedicação exclusiva. A Unidade era subordinado ao Comitê Executivo do Programa, constituído por representantes das diversas secretarias do Estado (SAS, SEDUC, SESA, SECULT e SEPLAN) e que, além da função de controle e supervisão geral de qualidade do Programa, teve o papel de aprovação dos financiamentos, a coordenação intersetorial, e a aprovação do orçamento anual e das demonstrações financeiras.

Quanto à administração dos recursos do Programa, se utilizou o esquema de Fundo Rotativo e o repasse de recursos para as prefeituras participantes conforme os procedimentos estabelecidos no Regulamento Operativo; a avaliação e comprovações de gastos foram feitas na modalidade ex-post. A estrutura e capacidade da Gerência Administrativa e Financeira da UGP eram satisfatórias para cumprir com as normas do Banco, entretanto, o esquema era extremamente oneroso, considerando que o Projeto abrangeu 53 PPMS, gerou mais que 600 pequenas obras bem como dezenas de licitações para aquisição de bens e serviços, centenas de faturas e, ao longo dos nove anos, nada menos que 178 solicitações de desembolso.

2. Sistema Contábil e Controle Interno. Avalie a eficácia dos sistemas contábil e de controle interno, que utilizou o Órgão Executor durante a implementação do projeto, para produzir informação financeira confiável e em tempo (máximo 2,250 caracteres).

Os registros contábeis relacionados com a execução do PROARES foram mantidos mediante sistema gerencial de informações implantado pela UGP, consistente com as práticas contábeis do Estado e equacionados ao Plano de Contas, oportunamente aprovado pelo Banco. O Plano de Contas apresentado e aprovado originalmente, conforme Artigo 4.01 (e) das Condições Prévias, foi modificado em 1998, após o início do Programa, introduzindo modificações no elenco de rubricas do sistema de registro extra-contábil e nos modelos de relatórios de saída, visando o aperfeiçoamento desses elementos contábeis. Salvou as ineficiências e atrasos inerentes no processamento de um volume desordenado de documentos e processos financeiros, o sistema forneceu as informações financeiras pormenorizadas para a elaboração dos relatórios periódicos de progresso, relatórios do Fundo Rotativo, demonstrações financeiras, justificações do FR e solicitações de desembolsos, lançamentos de liberações e recursos e de contrapartida do Estado e dos Municípios conveniados, possibilitando a contabilização de forma correta e segura.

Através das visitas de inspeção financeira, visitas de supervisão administrativa e técnica do especialista setorial, o controle do FR e solicitações de desembolsos, contatos quase diários por telefone ou via a internet entre a Representação e a UGP, bem como através dos comentários dos auditores externos nos seus relatórios anuais, foi possível identificar e sanar falhas rotineiras e

averiguar que o sistema contábil e de controle interno do Executor foram mantidos de forma adequada durante a execução do Programa.

3. Qualidade da Informação Financeira. Avalie a qualidade da informação financeira que o Órgão Executor apresentou ao Banco durante a implementação do projeto (Relatórios de Progresso, Relatório de Fundo Rotativo, Demonstrações Financeiras, etc.). (máximo 2,250 caracteres).

Ao longo dos nove anos de execução, o Programa atravessou duas eleições municipais e duas eleições estaduais, além de uma reforma prolongada da administração do Governo do Estado. O quadro de pessoal profissional da UGP permaneceu relativamente estável e competente, entretanto, o mesmo não ocorreu no nível municipal em que a falta inicial de experiência com as exigências administrativas e contábeis do Programa, por parte do pessoal administrativo e financeiro dos municípios e freqüentes mudanças de pessoal devidamente treinado, afetou a qualidade e oportunidade de documentos apresentados, resultando que, dado às exigências do FR, municípios com administração e contabilidade financeira eficiente, frequentemente foram penalizados pelos municípios ineficientes, situação a qual costumava-se exacerbar nos meses antes e depois das eleições municipais, e principalmente nos casos em que ocorreu a mudança de partido e/ou de prefeito.

As fragilidades de administração financeira e controle interno, por boa parte dos municípios participantes, foram superadas mediante um esforço constante de treinamento promovido pela UGP, bem como uma supervisão intensa da UGP, o acompanhamento do Programa pelo Comitê Executivo e uma supervisão técnica e financeira maior por parte da Representação que originalmente prevista. O resultado era que, apesar de alguns atrasos na justificação do FR e apresentação de outros relatórios bem como a necessidade de ocasionais correções rotineiras, as informações apresentadas nos diversos relatórios atenderam satisfatoriamente as normas contábeis e financeiras do Banco.

4. Demonstrações Financeiras Auditadas. Considerando a história registrada no LMS sobre as qualificações das Demonstrações Financeiras Auditadas (Limpa, Guarda, Negação, Abstenção), avalie em termos gerais a qualidade e oportunidade dos EFAs. (máximo de 2,250 caracteres).

As demonstrações financeiras do Programa (Artigo 7.03 (a)(iii) foram auditadas por firmas de auditoria independente, de acordo como as normas do Banco. Ao decorrer dos nove anos de execução, o Executor utilizou, em todo, três firmas de auditoria independente. Dado ao processo de licitação e contratação de firma de auditoria bem como a complexidade do Programa, em quase todos os casos, as Demonstrações Financeiras Auditadas foram apresentados com atrasos variando entre duas semanas e 10 semanas, entretanto, sempre com a prorrogação correspondente devidamente justificada. Quanto as observações dos Auditores, os mesmos concentraram-se, na área contábil e financeira, quase exclusivamente em questões rotineiras e sem riscos para execução e a efetividade dos objetivos do Programa. As ressalvas e observações sempre foram respondidas, oportunamente, inclusive observações da Representação sobre a qualidade e abrangência do trabalho das firmas de auditoria independente. O serviços de auditoria de 2005 do Programa encontra-se em e fase final de preparação pela firma Marpe Auditores Associados S/C. Vale salientar, que essa auditoria abrange, além da área financeira e contábil, toda área operacional com revisão dos aspectos qualitativos e quantitativos dos componentes e investimentos em todos os municípios participantes do PROARES.

5. Lições Aprendidas. Registre as lições aprendidas relevantes a partir da execução desta operação para melhorar a administração financeira e contábil de futuras operações. (máximo 2,250 caracteres).

Título: Uso do Fundo Rotativo

Conclusão: Para Projetos como o PROARES, envolvendo a participação de muitos municípios e a execução descentralizada de um grande número de obras/aquisições, o limite do Fundo Rotativo deve ser equacionado à demanda de recursos, com base de montantes comprometidos em contratos assinados e a disponibilização/deposito pelos municípios e/ou pelo Executor dos recursos de contrapartida. O controle de pagamento de faturas deve ser informatizado, permitindo, a qualquer momento, tanto no nível do município participante como por parte da UGP, uma leitura exata de faturas pagas, saldo à pagar, e avanço físico de obras/aquisições de acordo com o cronograma pré-estabelecido.

Explicação: A aplicação do Fundo Rotativo gerou situações de estrangulamento e atrasos em diversos momentos de execução, por um lado, pela demanda de dezenas de obras em execução simultaneamente que tornou o FR insuficiente mesmo após autorização do limite maior de 10%, e por outro, pela composição diferente dos projetos, ritmo diferenciado de início e execução de obras nos diversos municípios, e a lentidão por parte de vários municípios na prestação de contas de faturas pagas que, por sua vez, não permitiu a reposição do FR em tempo hábil e aos níveis necessário para suprir novas demandas.

**PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROARES**

EMPRÉSTIMO 955/OC-BR

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

PROJECT COMPLETION REPORT – PCR

MEMORANDO DO ÓRGÃO EXECUTOR

**APRESENTADO AO BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO – BID**

Em Fevereiro de 2006

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO: 955/OC-BR

NOME DO ÓRGÃO EXECUTOR: Secretaria da Ação Social – SAS

NOME DOS AUTORES DO MEMORANDO DO EXECUTOR: Maria de Fátima Rabelo Gadelha – Gerente Geral do PROARES/ Dumitru Purcaru – Gerente Operacional/ Maria da Conceição Ribeiro Solon – Assessora Financeira/Marcelha Pinheiro – Assessora Jurídica/Maria Meirilene Lopes Lemos – Gerente Técnica

MEMORANDO DO EXECUTOR

3.1. Análise de Resultados (Produtos, Efeitos e Impactos)

3.1.1. Produtos (outputs) obtidos. São descritos os produtos do Programa por componente, analisando-se os principais fatores que afetaram sua execução.

3.1.2. Análise de indicadores de produtos. Registra-se a seguir os indicadores dos produtos obtidos nos componentes usando os mesmos indicadores de produto (outputs) do Programa.

Comparam-se os indicadores de produtos nas colunas alcançado e planejando. As diferenças de maior significação entre os mesmos, serão sucintamente descritas.

COMPONENTE 1 – Plano Participativo Municipal – 24 PPM's Conjunto de planos elaborados e executados com a participação ativa da comunidade, os quais respaldam as solicitações/demandas dos municípios e ações financiadas pelo Programa. É destinado ao financiamento de atividades que gerem benefícios para crianças e adolescentes em risco pessoal, social e de suas famílias, contemplando a participação comunitária e a intervenção integrada dos setores da saúde, educação, cultura e ação social, através dos produtos abaixo comentados.	COMPONENTE 1 – Plano Participativo Municipal – 53 PPM's implantados e executados
DIVISÃO POR ÁREA TEMÁTICA	
DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
PLANEJADO	ALCANÇADO
Centro de Educação Infantil – CEI Equipamento destinado a assistir crianças de 0 até 6 anos em aspectos biopsicosociais e apoiar o trabalho das mães, em um estabelecimento com gestão comunitária, ou com gestão direta através da municipalidade. Como parte do PPM, o município pode propor a implantação de novos CEI's ou o fortalecimento e reforma de CEI's já existentes.	Centro de Educação Infantil – CEI
<ul style="list-style-type: none">– Implantar 40 CEI's novos– Equipar 15 CEI's existentes– Atender anualmente 11.000 crianças de 0 a 6 anos– Capacitar 600 Educadores infantis– Habilitar 1.200 educadores infantis– Estabelecer 02 Centros Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none">– 121 CEI's novos implantados– 21 CEI's existentes equipados– 14.200 crianças atendidas anualmente– 759 Educadores infantis capacitados com média de 95/ano– 1.429 Educadores infantis habilitados, com média de 179/ano– 0 Centros Pedagógicos implantados

SAÚDE PREVENTIVA	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Unidade do Programa Saúde da Família – UPSF</p> <p>Modelo de vigilância sanitária da saúde da família, que consiste na provisão de atenção preventiva, com equipes de profissionais treinados, com base territorial definida e com participação institucional do município e a comunidade organizada.</p>	<p>Unidade do Programa Saúde da Família – UPSF</p>
<ul style="list-style-type: none"> – Efetuar 20 Diagnósticos, territorialização e planejamento de ações do Programa Saúde da família – PSF – Formar e capacitar 20 equipes de PSF – Equipar 420 Unidades do PSF – Atender 630.000 pessoas/ano com saúde preventiva 	<ul style="list-style-type: none"> – 42 Diagnósticos, territorialização e planejamento de ações do Programa Saúde da família - PSF – 450 equipes de PSF formadas e capacitadas – 213 Unidades do PSF equipadas. – 734.850 pessoas atendidas com saúde preventiva anualmente
ESCOLARIZAÇÃO EFETIVA	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>Implantar concepção de Escola Viva</p> <p>Modelo a ser implantado para incentivar a permanência e integração de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos na escola e estimular a participação dos pais e organizações comunitárias no desenvolvimento do processo educativo, utilizando uma metodologia que identifica e valoriza as características próprias da comunidade na qual a escola está inserida.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> – Implantar concepção de Escola Viva em 72 Unidades escolas – Capacitar 172 pessoas na comunidade escolar para trabalhar a concepção de Escola Viva – Alunos de 1º grau atendidos em Escola Viva, anualmente – 121.278 – Capacitar 350 professores – Classe de Aceleração de Aprendizagem - Atender anualmente 10.500 alunos de 11 a 17 anos 	<ul style="list-style-type: none"> – 308 Unidades Escolares com concepção de Escola Viva implantada – 638 pessoas capacitadas para implantação da concepção de Escola Viva nas Unidades Escolares – Alunos de 1º grau atendidos em Escola Viva, anualmente – 207.975 – 1.429 professores capacitados – Aceleração de Aprendizagem - 5.370 alunos de 11 a 17 anos atendidos anualmente em 179 Classes de Aceleração implantadas
REFORÇO ESCOLAR, RECREAÇÃO E CULTURA	
PÓLO DE ATENDIMENTO	PÓLO DE ATENDIMENTO
<p>Objetiva fortalecer e ampliar a cobertura e qualidade dos serviços de iniciação profissional, geração de renda, reforço escolar, desporto, recreação e cultura em Pólos de Atendimento localizados nas comunidades de origem, mediante modelos de gestão direta pela municipalidade ou através de co-gestão comunitária.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> – Implantar 40 Pólos de atendimento – Capacitar 240 monitores de crianças e adolescentes anualmente – Atender 40.000 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> – 64 Pólos de Atendimento implantados – 168 monitores de crianças e adolescentes capacitados anualmente – 66.500 crianças e adolescentes 07 a 17 anos atendidas anualmente

<p>NAEC – NÚCLEO DE ARTE EDUCAÇÃO E CULTURA</p> <p>Implantação de um espaço cultural baseado na cultura popular, para promover a democratização de seu acesso transmitir às crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias, os conhecimentos e desenvolvimento das manifestações artísticas e culturais</p>	<p>NAEC – NÚCLEO DE ARTE EDUCAÇÃO E CULTURA</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 03 NAEC's - Atender 7.500 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos em cursos de curta duração anualmente - Atender 60.000 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos e seus familiares em atividades artísticas e bibliotecas anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 36 NAEC's implantados - 259.200 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos em cursos de curta duração - 5640 pessoas atendidas anualmente nas bibliotecas
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO	
<p>SOS – Criança</p> <p>Ampliação do serviço de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, abandono ou em diferentes situações de risco pessoal e social, para oferecer a eles e suas famílias apoio, infra-estrutura e orientação.</p>	<p>SOS – Criança</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 04 SOS–Criança - Atender 2.400 denúncias anualmente - Acompanhar 1.200 casos de violência anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 14 SOS – Criança implantados - 2.796 denúncias atendidas anualmente - 1.957 casos de violência acompanhados anualmente - 70 profissionais capacitados para gerenciar o componente na fase de implantação
<p>ABRIGO DOMICILIAR</p> <p>Destinado à atenção temporária de crianças e adolescentes abandonados ou vitimados, oferecendo abrigo, alimentação, socialização e acesso a serviços públicos, preservando os vínculos familiares.</p>	<p>ABRIGO DOMICILIAR</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 06 Abrigos Domiciliares - Atender 720 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 10 Abrigos Domiciliares implantados - 1.236 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos atendidos anualmente
<p>UNIDADE DE SEMILIBERDADE</p> <p>Destinada a ressocializar adolescentes autores de atos infracionais, mediante serviços de encaminhamento para escolarização e profissionalização, saúde, assistência educativa à família e atividades recreativas. A implantação das Unidades tem como objetivo regionalizar o trabalho de reinserção dos adolescentes infratores em suas comunidades de origem, sem a ruptura dos laços familiares ocasionada pela transferências dos mesmos para as Unidades da Capital</p>	<p>UNIDADE DE SEMILIBERDADE</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 04 Unidades de Semiliberdade - Atender 100 adolescentes anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 05 Unidades Semiliberdade implantadas - 106 adolescentes atendidos anualmente
<p>FORTELECIMENTO COMUNITÁRIO</p> <p>Capacitação de líderes, assistência técnica em processos gerenciais e administrativos, bem como fomento de intercâmbio de experiências comunitárias, para melhorar o funcionamento das organizações da sociedade civil e ajudá-las a alcançar seus objetivos.</p>	<p>FORTELECIMENTO COMUNITÁRIO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 1.000 conselheiros - Capacitar 12.000 dirigentes comunitários - Capacitar 100 educadores sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - 375 conselheiros capacitados - 4179 dirigentes comunitários capacitados, anualmente

<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 15.000 membros de família - Capacitar 1.500 multiplicadores 	<ul style="list-style-type: none"> - 435 educadores sociais capacitados, média de 54 anualmente - não houve membros de família capacitados, somente acompanhamento/visitas domiciliares. - multiplicadores do Projeto Amor a Vida capacitados, atendendo a 6.000 adolescentes anualmente
<p>CENTRO DE CIDADANIA</p> <p>Implantação de um modelo para descentralização dos serviços de emissão de documentos individuais, atenção jurídica, encaminhamento para capacitação profissional, capacitação de líderes, produção de material de orientação, intermediação de mão de obra, orientação dos direitos do cidadão e registro documentado da história da comunidade</p>	<p>CENTRO DE CIDADANIA</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 05 Centros de Cidadania - Expedir 24.000 registros de nascimento anualmente - Realizar 15.000 atendimentos jurídicos anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de 0 Centros de Cidadania - Expedição de 0 registros de nascimento anualmente - Realização de 0 atendimentos jurídicos anualmente (VIDE ANÁLISE DO COMPONENTE)

<p>OUTROS</p> <p>Considerando experiências sociais exitosas no Estado e no país, aproveitando-se de Projetos inovadores, bem como da demanda social do público alvo do Programa foram desenvolvidos outros Produtos, que se especificam abaixo.</p>	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<p>CONSELHO TUTELAR</p> <p>O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer Conselhos Tutelares 	10 Conselhos Tutelares fortalecidos disponível para atender toda a população infanto juvenil municipal que solicite seus serviços.
<p>COMPLEXO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA</p> <p>Equipamento destinado a atender crianças e adolescentes de 00 a 17 anos vítimas de qualquer forma de violência</p>	<p>COMPLEXO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 01 Complexo de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítima de Violência - Atender 1500 crianças e adolescentes anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 Complexo implantado - 2.407 crianças e adolescentes atendidas anualmente
<p>CENTRO DE ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – CAD</p> <p>Centro especializado em atender crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais na faixa etária de 00 a 17 anos. A estrutura física é planejada observando a característica do atendimento à clientela, assim como, todos os equipamentos . Conta com equipe interprofissional formada por: assistente social, sociólogos, pedagogos, enfermeiras, médicos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e pessoal de apoio.</p>	<p>CENTRO DE ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – CAD</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 01 Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial – CAD - Atender 1.000 crianças e adolescentes, anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 CAD implantado - 9.306 crianças e adolescentes anualmente
FARMÁCIA VIVA Equipamento criado para viabilizar a produção e o acesso pela comunidade de medicamentos e produtos de higiene a partir de plantas medicinais	FARMÁCIA VIVA
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 06 Farmácias Vivas 	<ul style="list-style-type: none"> - 06 Farmácias Vivas implantadas, disponível para atender toda a população do município atendida pelas UBSF e outros equipamentos similares
QUADRAS POLIESPORTIVAS Equipamento destinado à prática de atividades esportivas, artísticas e culturais como complementação às atividades extracurriculares da escola.	
Construir quadras poliesportivas	<ul style="list-style-type: none"> - 57 quadras construídas em Pólos de Atendimento - 121 quadras construídas em Escolas Viva - 178.000 atendimentos/ mês
UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF - Construir e equipar PSF's	<ul style="list-style-type: none"> - 155 PSF's construídos - 534.750 pessoas atendidas anualmente
PÓLOS DE ATENDIMENTO - Equipar Pólos de Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> - 05 Pólos de Atendimento equipados - 2.500 atendimentos/ mês

PLANO DE FORTALEZA	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> - Construir, reformar e equipar 06 Unidades de Internação - Repassar 3.390 bolsas aprendizagem/mês para famílias do Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola - Implantar 02 Vilas Olímpicas - Implantar 14 Quadras Poliesportivas (04 reformas e 10 construções) 	<ul style="list-style-type: none"> - 06 Unidades construídas/reformadas e equipadas - Média de 745 adolescentes atendidos nas unidades anualmente - 3390 bolsas repassadas mensalmente, com uma média anual de 40.680 bolsas - 02 Vilas Olímpicas implantadas - 14 Quadras Poliesportivas implantadas com atendimento de 168.000 crianças e adolescentes anualmente

ANÁLISE DO COMPONENTE 01:

PLANO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – PPM

O Marco Lógico criado para Programa teve esteio em parâmetros de 02 municípios e estimado com Projeção para 24 que seriam atendidos pelo Menu criado, adequando-se a cada um os componentes que mais se fizessem necessários para o atendimento do público alvo do PROARES. Assim, cada PPM fora criado de maneira particular, vislumbrando a execução de ações prioritárias ao município. Neste diapasão, o Menu previamente estabelecido vem apresentar-se como material de escolha para uso dos Conveniados, não estabelecendo-se obrigatoriamente a execução de todos os seus componentes, mas daqueles que mais se adequarem a cada PPM.

As diferenças observadas entre o planejado e o alcançado foram decorrentes de diferentes fatores, como:

- O documento original do Programa previa a aprovação e execução de 24 Planos Participativos Municipais – PPM. Por ocasião da missão de administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento em janeiro de 2000 fora autorizada a ampliação desta meta para a execução de 53 PPM's, caracterizando, assim, um aumento do número de

municípios de 24 para 53 no período de 2000 para 2005. Esta ampliação teve consequência direta nas metas prioritariamente estabelecidas para os produtos previstos no menu.

- A variação cambial ocorrida ao longo dos anos de execução do Projeto, com destaque para o ano de 2002, também se externou como razão que viabilizou economia em dólares para execução dos convênios e contratos firmados em moeda local. No início do Programa tínhamos uma proporção de R\$ 1,00 para US\$ 1,00, e no período supra mencionado esta proporção chegou a R\$1,00 para US\$ 3,00.
- No que tange aos Centros Pedagógicos não implantados, salientamos que o Governo do Estado do Ceará através de sua Secretaria de Educação, desenvolveu Programa cujo objeto tem coincidência com o produto supra referido, visto que, também trabalha a extensão de informações especializadas para apoiar a formação de educadores infantis e a produção e difusão de material didático.
- No que pertine a implantação dos Centros de Cidadania, verificamos que a criação da Ouvidoria Geral do Estado, em 1998, hoje denominada Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente – SOMA desde o nascedouro conta com a prestação dos serviços estabelecidos para os Centros, através do trabalho desenvolvido pelos Caminhões da Cidadania que percorrem o Estado para atender a demanda da população carente desses serviços. Do mesmo modo, as Casas do Cidadão que funcionam na capital e em cidades pólos do interior, bem como as Casas de Mediação e Arbitragem, em Fortaleza, vêm proporcionar às comunidades a emissão de documentos, tais como, certidões de nascimento, Cadastrado de Pessoa Física - CPF, Registro Geral - RG, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Certidões Negativas e por fim o atendimento jurídico àqueles que não podem ter acesso ao judiciário por conta própria.
- No que se refere a implantação do Complexo de Atendimento à Criança e Adolescente vítima de Violência, sua implantação ocorreu no ano de 2005, em Fortaleza como forma de proporcionar a população alvo, atendimento integrado nas áreas de saúde, educação, assistência, apoio psicológico e jurídico em um mesmo espaço físico evitando que a criança/ adolescentes venha a submeter-se à exposição de seus problemas em diversos locais.
- Quanto ao Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial - CAD fora implantado no ano de 2003, em Maracanaú visando atender a demanda existente no município propiciando às crianças e adolescentes, com necessidades especiais, atendimento de forma adequada.
- Farmácia – Viva fora implantada em Barbalha, Cascavel, Horizonte, Itaitinga, Itapipoca e Quixeramobim entre os anos de 2000 e 2003, atendendo a população carente do município, através da produção e distribuição de remédios e material de higiene a base de plantas medicinais.
- Conselhos Tutelares - Fortalecimento dos Conselhos Tutelares no trabalho desenvolvido junto a criança e adolescente com direitos ameaçados ou violados facilitando e agilizando os encaminhamentos e orientação necessários aplicando- as ao caso concreto. Foram fortalecidos os Conselhos de Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Cascavel, Jaguaribe, Jaguaruana, Nova Olinda, Paraipaba, Santana do Acaraú, Trairi, Viçosa do Ceará no período de 2002 a 2005.
- Quadras Poliesportivas - Implantadas nos anos de 1997 a 2005, com vistas a potencializar as ações educativas formais e informais do público alvo, tornando a Escola e o Pólo de Atendimento mais atrativo a crianças e adolescentes.
- Unidades Básicas de Saúde da Família - Considerando a demanda reprimida dos municípios conveniados ao PROARES, verificou- se a necessidade de não somente equipar, mas também construir novas unidades, ampliando o acesso da população, especialmente na zona rural, aos serviços básicos de saúde. Essas unidades forma implantadas no período de 1997 a 2005 nos municípios de Aquiraz, Aratuba, Acopiara, Aracati, Barbalha, Baturité, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Crato, Cascavel, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Iguatu, Itaitinga, Itapipoca, Itarema, Jaguaribe, Jijoca de Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Nova Russas, Pacatuba, Paraipaba, Pentecoste, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim, Russas, Sobral, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Tianguá .
- Pólo de Atendimento: Considerando a demanda dos municípios, e verificando a possibilidade de melhoria de Pólos já existentes, viabilizou-se sua modernização e funcionamento, através de processos de aquisição para novos equipamentos. Os municípios contemplados com novos equipamentos para o Pólo foram: Aquiraz, Aracati, Brejo Santo, Guaiúba e Itaitinga.

- Dentre os municípios participantes do PROARES está Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. A execução do Projeto no município se deu em razão da necessidade de atendimento do grande número de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social ali encontrados: UNIDADE DE INTERNAÇÃO: Ante o objetivo do referido equipamento, a idéia de melhoria dos mesmos tem como esteio garantir maior acesso e condições, através de infra-estrutura e equipamentos modernizados, para ressocialização dos adolescentes em conflito com a Lei, ali atendidos; BOLSAS DO PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA DENTRO DA ESCOLA: Visando a retirada de crianças e adolescentes pedintes das ruas, suas matrículas e efetivo comparecimento à Escola, o Programa desenvolvido pela Secretaria da Ação Social fornece bolsa às famílias para que estas possam encaminhar suas crianças e adolescentes para educação, retirando-os do trabalho nas ruas, onde vinham buscar complemento para renda familiar; VILAS OLÍMPICAS E QUADRAS: Vislumbrando o complemento das atividades curriculares de crianças e adolescentes das comunidades atendidas pelo Programa, foram desenvolvidos os equipamentos supra mencionados para que se potencializassem atividades esportivas, artísticas e culturais, ocupando-os em horário complementar à Escola, bem como desenvolvendo talentos nessas áreas.

COMPONENTE 2 – Fortalecimento Institucional – FI	COMPONENTE 2 – Fortalecimento Institucional – FI
Objetiva melhorar a capacidade do setor público de planejar, apoiar e supervisionar ações intersetoriais descentralizadas e articuladas com a sociedade civil, para apoiar o desenvolvimento de crianças e adolescentes em risco, mediante: capacitações, preparação e divulgação de estudos especiais, fortalecimento e expansão de um sistema de informação, Monitoramento e Avaliação – SIPMA a nível estatal e municipal, campanhas educativas e fortalecimento da SAS	
PLANEJADO	ALCANÇADO
CAPACITAÇÃO	
Financiamento de eventos de capacitação dos técnicos, da Unidade Gerencial de Programa - UGP e Instituições Estaduais Parceiras – IEP's, chefias de nível médio e superior das prefeituras sob temas vinculados à problemática de crianças e adolescentes em situação de risco, bem como, financiamento da participação desse pessoal em curso, seminários, estágios e conferências sobre o tema desenvolvido no país e no exterior.	
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar 78 cursos de capacitação - Participar de 04 Seminários Nacionais e Internacionais - Realizar 10 visitas a Programas Nacionais e Internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - 11 cursos de capacitação realizados - Participação em 01 Congresso Nacional com a presença de 06 técnicos - 09 Visitas Realizadas
CENTRO DE REFERÊNCIA	
Desenho e implementação do Centro de Referência de Políticas Sociais para crianças e adolescentes, que centralizará e difundirá a documentação referente a trabalhos desenvolvido sobre o tema, incluindo produção acadêmica, experiências exemplares, pesquisas, investigações de informações sócio- econômicas. Será responsável pela coordenação e supervisão dos estudos específicos financiados pelo Programa.	
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar 01 Sala de situação de crianças e adolescentes no Centro de Referência 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 Centro de Referência implantado - 0 cursos realizados

<ul style="list-style-type: none"> - Realizar 15 Cursos - Realizar 20 Seminários - Realizar 8 Estudos Especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - 0 seminários realizados - 04 estudos especiais realizados
<p>CAMPANHAS EDUCATIVAS</p> <p>Tem como objetivo orientar a população e especialmente, crianças e adolescentes em risco e suas famílias sobre temas relativos aos problemas sociais, como combate a prostituição infantil, prevenção ao uso de drogas, violência doméstica e outros, mediante o uso de meios de comunicação massivos, folhetos, conferências e eventos especiais.</p>	
- Realizar 04 Campanhas Educativas	01 campanha educativa realizada
<p>SISTEMA DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – SIPMA</p> <p>Consiste no desenho e implementação de um sistema de informações para o monitoramento e avaliação dos projetos que serão financiados pelo Programa, incluindo a integração coma rede informatizada das IEP's, a conexão em rede dos computadores da SAS, a implantação de salas meios nas prefeituras e a ligação com o sistema do antigo IPLANCE, hoje IPECE.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e implantar 01 SIPMA - Implantar 20 salas- meio municipais - Implantar um sistema de Informática - Realizar avaliações de impacto 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 SIPMA semi-implantado - 19 salas meio implantadas - sistema de informática implantado - 00 avaliação de impacto realizada
<p>FORTALECIMENTO DA SAS</p> <p>Apoio ao processo de descentralização e revisão da estrutura e funções da SAS e suas entidades vinculadas, mediante à contratação de assistência técnica, equipamento complementar e adequação de instalações físicas.</p>	FORTALECIMENTO DA SAS
<ul style="list-style-type: none"> - Prestar assistência técnica - Equipar e adequar instalações 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação na Secretaria da Ação Social –SAS, proporcionando a modernização do material de informática e de sua operacionalização, que antes funcionavam de maneira rudimentar.
OUTROS	
PLANEJADO	ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa – 01 - Realizar avaliação – 02 - Lançar proposta pedagógica – 02 - Lançar cartilhas educativas – 5.000 - Capacitação para operacionalizar o SIPMA 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 pesquisa realizada - 04 avaliação realizada - 02 propostas pedagógicas lançadas - 19.300 cartilhas educativas lançadas - 76 pessoas capacitadas para operacionalizar o SIPMA

ANÁLISE DO COMPONENTE 02:

- A reforma do Centro de Referência realizada, teve o valor dos recursos reembolsados ao Banco tendo em vista que o prédio foi cedido pelo Estado para sediar a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. Entretanto, não houve prejuízo na execução das atividades antes previstas para o Centro, haja vista que foram todas transferidas para a sede da Secretaria da Ação Social - SAS;

- No que diz respeito a Campanha “Sexualidade e Gravidez na Adolescência”, ocorreu a diferença devido a desistência de 01 município (Maracanaú) em não realizar a campanha por dificuldades em aportar contrapartida.
- As visitas as experiências internacionais não se realizaram, haja vista que não houve priorização de recursos por parte do Governo do Estado para tanto. Salientamos, ainda, que o Estado optou por compartilhar de experiências exitosas nacionais na área da infância e adolescência.
- No Componente Fortalecimento Institucional foram desenvolvidas as seguintes atividades: CAPACITAÇÕES REALIZADAS – 566 pessoas capacitadas; Curso sobre Drogas – 100 pessoas capacitadas; Curso sobre Metodologia CEFE – 24 pessoas capacitadas; Curso sobre o Aperfeiçoamento do Atendimento à Crianças e Adolescentes – 80 pessoas capacitadas; Curso sobre Violência – 20 pessoas capacitadas; Curso sobre Educação Infantil – 80 pessoas capacitadas; Curso de Gestão Social – 40 pessoas capacitadas; Curso: Qualificação de Educadores Sociais – 80 pessoas capacitadas; Curso: Sexualidade Humana – 20 pessoas capacitadas; Curso: Enfrentamento à Exploração Sexual – 46 pessoas capacitadas; Curso: Avaliação e Planejamento das Ações do Núcleo de Enfrentamento à Violência – 32 pessoas capacitadas; Curso: Abordagem Sistêmica da Família – 44 pessoas capacitadas;
- VISITAS: 1) Secretaria da Educação do Paraná – 05 técnicos da SEDUC participaram; 2) APOT – Comunidade Terapêutica no Tratamento de Drogas – 06 técnicos; 3) Instituto de Assistência do Paraná – 06 técnicos; 4) Axé Bahia – 06 técnicos; 5) FEBEM Porto Alegre – 05 técnicos; 6) Fundação da Criança e do Adolescente - FIA/Rio de Janeiro – 02 técnicos; 7) Ação Social e Cidadania do Rio Grande do Sul – Projeto Meninos e Meninas de Rua – 02 técnicos; 8) Fundação da Criança e Adolescente do Pará – FUNCAP – 05 técnicos; 9) Abrigo Domiciliar em Caicó/RN – 12 técnicos;
- ESTUDOS ESPECIAIS: 01 Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 400 participantes; 07 Fóruns Regionais “Diálogos Sociais Sobre Política da Pessoa com Necessidades Especiais e Portadora de Deficiência” – 1435 participantes; 01 Encontro – 600 adolescentes e educadores da Região Metropolitana de Fortaleza (11 municípios – Aquiráz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e São Gonçalo); 01 Expoproares – com participação de 3.000 pessoas;
- CAMPANHAS EDUCATIVAS: 01 Campanha Educativa sobre Sexualidade e Gravidez na Adolescência, realizada em Caucaia para 10.000 adolescentes, 23 Escolas e 04 Pólos de Atendimento, com continuidade do trabalho preventivo através do Projeto Amor a Vida.
- PESQUISAS REALIZADAS: 01 pesquisa realizada sobre “Comportamento de Risco do Adolescente” nos 184 municípios do Ceará.
- ESTUDOS AVALIATIVOS REALIZADOS: 01 Estudo Avaliativo do Componente Escola Viva; 01 Estudo Avaliativo do Componente PSF; 01 Estudo Avaliativo do Programa de Proteção e Medidas Sócio Educativas; 01 Avaliação Intermediária do Programa;
- PROPOSTA PEDAGÓGICA: 01 Proposta Pedagógica elaborada contemplando o Centro de Educação Infantil; 01 Proposta Pedagógica elaborada contemplando as Casas de Internação, que atendem adolescentes em conflito com a Lei;
- CARTILHAS EDUCATIVAS LANÇADAS: 3.300 Kit’s de livros sobre Educação Infantil distribuídos; 10.000 agendas do adolescente elaborada e distribuída; 5.000 cartilhas “Como Identificar, Prevenir e Combater a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”; 1.000 livros “Propostas Pedagógicas para Creche”.
- Considerando as atividades já desenvolvidas na Secretaria da Ação Social, bem como a transferência das ações antes previstas para o Centro de Referência também para sede da Secretaria, os Cursos agendados para aquele equipamento seguiram o mesmo destino dos outros, vindo encaixar-se na Programação do setor competente da SAS, verificada a sua necessidade, diante das prioridades do Governo do Estado, momento e data de execução;
- A implantação do SIPMA sofreu atraso nos primeiros anos do Programa, consequência, em parte dos transtornos das reformas administrativas no nível estadual e efeitos de descontinuidade durante períodos eleitorais estaduais e municipais, bem como pela ausência, no passado, de uma cultura da informatização e importância de avaliação e base de dados das ações nas Prefeituras. A partir de 2003, como responsabilidade

da Secretaria da Ação Social, foi contratada a equipe técnica para alimentar os Sistema e capacitar os gestores. O Sistema encontra-se implantado em 19 municípios e a UGP iniciou a revisão dos indicadores, principalmente nas áreas de saúde e educação que contam com sistemas integrados para o monitoramento, adequando-os aos do Sistema da Saúde e Educação já integrados.

3.1.1.2: Identificação dos produtos alcançados. Levando em conta os indicadores de produtos em diferentes componentes do projeto, são descritos sinteticamente os produtos chave (key outputs) obtidos pelo projeto.

COMPONENTE 1 – PLANO PARTICIPATIVO MUNICIPAL:

- Elaborados e executados 53 Planos Participativos Municipais, que representa um acréscimo de 165% do total previsto inicialmente no Programa, que era de 24 Planos;
- Implantados 121 novos Centros de Educação Infantil – CEI, totalizando um acréscimo de 200% da meta inicial de 40 Centros, bem como o acréscimo de 40% da aquisição de equipamentos para CEI's já existentes que passou de 15 para 21, todos em pleno funcionamento, apresentando um atendimento anual de 14.200 crianças, com educadores de ensino infantil capacitados e habilitados;
- Implantados 64 Pólos de Atendimento, finalizando com acréscimo 60% aos 40 inicialmente previstos, para construção e equipamentos. Ressaltando que soma-se a este total 05 Pólos que foram somente equipados.;
- Implantados 36 Núcleos de Arte Educação e Cultura – NAEC, representando um acréscimo de 1.100%. dos 03 NAEC's estimados inicialmente, com atendimento de 21.000 crianças e adolescentes em atividades artísticas e culturais, bem como a implantação de bibliotecas para atendimento de toda a comunidade dos municípios no qual foram implantadas;
- Implantação de 178 quadras, entre Pólos e Comunidades Escolares, com atendimento de 178.000 de crianças e adolescentes mensalmente, em Fortaleza, foram implantadas 14 quadras Poliesportivas e 02 Vilas Olímpicas com os mesmos objetivos das quadras;
- Implantação de 10 Abrigos Domiciliares, representado atendimento de 1.236 crianças de 00 a 17 anos anualmente;
- Implantação de 05 Unidades de Semi-liberdade de maneira regionalizada, em cidades Pólos, no interior, sendo elas: Crateús, Iguatú, Juazeiro do Norte e Sobral, fortalecendo o trabalho de ressocialização já desenvolvido na Capital, com a modernização da infra-estrutura e equipamentos, bem como descentralizando as atividades para Unidades implantadas. No mesmo sentido foram Construídas/Reformadas e equipadas 06 Unidades de Internação em Fortaleza;
- Serviços de Saúde Preventiva com 1.269.600 atendimento/ano, significando um acréscimo de 175% em relação a meta inicial que era de 630.000 /ano;
- Implantação da Concepção de Escola Viva em 308 Unidades Escolares que representa um aumento de 434% em relação às 72 Unidades inicialmente previstas;
- Implantação de 14 SOS Criança, atendendo a 2.796 denúncias anualmente e acompanhando a 1.957 casos de violência por ano;
- Implantação de 01 Complexo de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência, com atendimento de 2.407 casos para encaminhamento de saúde, educação, assistência, apoio psicológico e jurídico integrados;
- Implantação de 01 Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial – CAD, com 9.306 atendimentos anuais, proporcionando estrutura física e profissional características para o público alvo, qual seja, crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais;
- Implantação de 06 Farmácias Vivas para produção e fornecimento de medicamentos e produtos de higiene pessoal a partir de plantas medicinais, proporcionando, assim, maior acesso as famílias das comunidades contempladas;

- No Fortalecimento Institucional – FI : Instalação de 19 salas meios nos municípios, e do SIPMA nos mesmos, 76 pessoas capacitadas para operacionalizar o sistema SIPMA; 01 Campanha Educativa; 11 cursos de Capacitação na Secretaria da Ação Social – SAS; 09 visitas a experiências exitosas; 04 Estudos Avaliativos realizados; 19.300 Cartilhas Educativas Lançadas e 02 propostas Pedagógicas Lançadas;
- **QUESTÃO 3.1.2: Efeitos (Outcomes) e impactos do projeto.** são descritos os alcances do projeto em relação com seu objetivo de desenvolvimento (od ou propósito no marco lógico do projeto).

3.1.2.1 – Análise de indicadores de efeito (outcome). Registra-se abaixo os indicadores do alcance do objetivo de desenvolvimento (outcome) usando os mesmos indicadores de efeito (outcome) importados do ISDP (indicadores de desempenho). Compare-se os indicadores dos efeitos alcançados e planejados. As diferenças significativas entre eles são explicadas brevemente através dos fatores responsáveis:

OBJETIVOS:

1. Contribuir para a implantação da estratégia de desenvolvimento social do Estado do Ceará, apoiando seu processo de Reforma da Gestão Social;
2. Melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, apoiando seu desenvolvimento e integração à família e escola e comunidade, mediante ações que privilegiam e fortaleçam a intersetorialidade das políticas sociais, a participação comunitária, a descentralização governamental e a maximização do uso dos recursos públicos;

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2005		PPM		SERVIÇOS - PROARES														
	TOTAL	0 - 19 ANOS	DATA CONVÊNIO	VALOR (R\$)	CEI	UPSF	ESCOLA VIVA	ACEL APREND.	PÓLO	NAEC	SOS CRIANÇA	ABRIGO DOMICILIAR	SEMI - LIBERDADE	QUADRA	FARM. VIVA	VEÍCULO	CONS. TUTELAR FORTALECIDO	BIBLIO-TECA	HABILIT. EDUCADOR INFANTIL
Acopiara	45.810	19.709	25.06.02	800.782,39	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquiraz	69.345	31.011	17.05.01	3.194.739,59	2	2	5	-	2	-	-	-	-	3	-	7	-	-	-
Aracati	39.179	0	25.06.02	2.121.841,17	3	5	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-
Aratuba	13.475	6.848	14.11.01	1.530.055,10	1	2	8	-	1	-	-	-	-	5	-	2	-	-	-
Barbalha	52.421	24.054	07.10.99	1.290.080,00	1	1	2	-	1	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-
Baturité	31.431	14.141	25.06.02	1.223.078,90	1	1	3	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Beberibe	45.816	20.658	29.06.99	4.822.470,00	6	9	13	-	4	1	1	-	-	8	-	8	-	-	-
Boa Viagem	51.802	24.206	25.06.02	1.091.210,13	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Brejo Santo	41.467	18.899	07.10.99	2.711.464,70	6	2	8	6	-	1	1	1	-	6	-	5	-	-	-
Camocim	58.214	28.389	14.11.01	1.582.000,00	1	1	2	-	1	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-
Canindé	74.470	35.561	21.05.97	3.569.109,68	6	4	6	20	1	1	1	1	-	4	-	10	-	-	-
Cascavel	63.169	27.472	25.06.02	2.015.833,90	1	4	7	-	-	1	-	-	-	3	1	-	1	-	-
Caucaia	303.970	141.200	02.07.98	7.352.813,00	9	28	26	20	4	-	1	1	-	9	-	2	-	-	-
Chorozinho	20.717	9.741	03.05.04	739.426,23	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
Crateús	73.556	30.292	02.07.98	2.891.479,48	7	3	13	25	-	1	1	-	1	2	-	1	-	1	-
Crato	113.495	49.059	02.07.98	4.500.517,56	4	3	10	35	3	1	1	1	-	2	-	15	-	-	150
Eusébio	38.451	18.311	17.05.01	3.703.097,50	4	1	11	-	3	1	-	-	-	4	-	4	-	1	-
Fortaleza	2.374.944	959.787	28.07.00	52.403435,07									1				-		
Guaiúba	21.339	10.209	17.05.01	4.406.000,00	2	3	9	-	2	1	-	-	-	4	-	6	-	2	-
Horizonte	43.507	20.062	07.10.99	3.025.812,00	3	2	4	-	1	1	-	-	-	5	1	2	-	1	-
Iguatu	91.861	37.065	20.06.99	2.783.783,02	4	4	9	-	-	1	1	1	1	2	-	-	-	1	-
Itaitinga	33.224	15.593	06.03.01	1.789.814,06	1	1	9	-	2	1	-	-	-	6	1	6	-	1	-
Itapipoca	105.085	51.876	21.05.97	2.880.448,70	2	8	-	28	1	-	1	-	-	-	1	3	-	1	174
Itarema	33.354	17.500	25.06.02	1.019.470,19	1	1	4	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Jaguaribe	36.721	16.040	25.06.02	1.225.547,01	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jaguaruana	32.126	14.359	25.06.02	1.071.326,26	2	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Jijoca	15.961	8.098	25.06.02	1.024.950,08	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Juazeiro	236.295	105.301	02.07.98	6.698.830,00	8	10	16	33	3	2	1	2	1	3	-	13	-	1	416
Limoeiro	54.581	22.940	25.06.02	1.974.133,69	1	3	5	-	1	-	-	1	-	3	-	4	-	-	-
Maracanaú	193.879	89.171	02.07.98	7.297.484,84	-	7	6	12	3	1	1	1	-	7	-	2	-	-	689
Maranguape	98.428	45.381	02.07.98	3.884.171,10	6	4	9	-	2	4	-	-	-	6	-	7	-	-	-
Massapê	33.261	16.314	03.05.04	500.337,97	1	-	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Mombaça	41.451	19.029	25.06.02	1.053.801,03	-	1	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Morada Nova	67.839	30.412	14.11.01	2.710.601,73	2	3	7	-	2	-	-	-	-	3	-	10	-	-	-
Nova Olinda	12.531	5.927	25.06.02	804.320,10	-	-	3	-	1	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-
Nova Russas	29.870	13.558	07.10.99	1.889.343,20	3	1	4	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pacatuba	60.699	28.729	02.07.98	1.142.838,00	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-
Paraipaba	29.012	13.828	25.06.02	1.090.772,13	1	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-
Pedra Branca	41.961	19.580	25.06.02	1.022.163,95	-	1	6	-	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Pentecoste	32.818	15.366	25.06.02	1.997.931,96	1	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Quixadá	74.791	33.939	02.07.98	3.075.655,63	8	5	6	-	1	1	1	-	-	3	-	6	-	1	-
Quixeramobim	59.235	26.268	02.07.98	2.415.480,00	1	4	10	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Quiterianópolis	19.381	8.955	03.05.04	1.200.000,00	1	-	3	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Russas	64.057	27.804	25.06.02	2.070.354,30	1	2	9	-	1	1	-	-	-	5	-	6	-	1	-
Santana do Acaraú	28.548	14.052	25.06.02	787.445,02	-	-	6	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
S. Benedito	41.897	20.602	25.06.02	1.165.284,02	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-
S. G. Amarante	39.566	18.384	02.07.98	3.556.247,07	8	4	7	-	2	-	1	-	-	3	-	5	-	-	-
Sobral	172.685	79.153	02.07.98	6.255.896,09	3	9	27	-	1	5	1	1	1	2	-	13	-	8	-
Tianguá	66.880	33.010	25.06.02	1.370.000,00	2	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Trairi	49.654	26.350	25.06.02	1.089.457,36	1	1	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Umirim	18.603	9.182	25.06.02	1.258.304,72	1	-	3	-	1	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-
Uruburetama	18.278	9.572	14.11.01	858.979,66	-	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-
Viçosa	48.283	24.846	25.06.02	1.651.805,74	3	-	3	-	1	-	-	-	-	2	-	6	1	-	-
TOTAL	5.559.393	2.407.793	-	175.592.225,03	121	155	308	179	64	36	14	10	5	121	6	173	10	20	1429

Tratando-se de Programa Social, de caráter intersetorial e com interface com Programas estruturantes do Estado, o resultado alcançado pelo PROARES não nos permite inferir números ou percentuais puros que retratem o impacto do Programa na vida da população alvo.

No entanto, as visitas de acompanhamento da UGP, as missões dos especialistas do BID, além dos depoimentos registrados, inclusive, na avaliação intermediária do Programa, nos permite apresentar as seguintes considerações, com base no quadro resumo dos serviços implantados na execução do PROARES:

1. Da população total dos municípios beneficiados, 43,31% são crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos.
2. Considerando o Menu de Serviços e objetivos previstos no Marco Lógico, bem como as ações implantadas e já retratadas no presente documento, durante a execução do PROARES podemos verificar o que se segue:
 - Ampliação da rede de serviços para atendimento à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade;
 - As crianças atendidas nos 121 Centros de Educação Infantil - CEI's implantados tiveram a oportunidade de melhor desenvolvimento e crescimento, nutrição e estimulação precoce. O estímulo ao aleitamento materno, viabilizado através do trabalho realizado com as famílias, também contribuiu para a redução da desnutrição e da mortalidade infantil, aliado as outras ações de educação e orientação, inclusive de outros programas sociais;
 - A habilitação de 1.429 educadores infantis permitiu que 100% dos Centros de Educação Infantil – CEI's estejam com seu quadro de profissionais habilitados para a função de cuidar e educar as crianças de 0 a 06 anos atendidas no componente;
 - As Unidades de Saúde da Família - PSF's tiveram papel fundamental na prevenção de doenças prevalentes para infância, na gravidez precoce, na ampliação da cobertura vacinal, no acompanhamento às gestantes, além da redução da desnutrição, da mortalidade infantil e da violência contra crianças e adolescentes através das Comissões de Maus Tratos implantadas nas Unidades. Como complementação às ações do PSF, foram adquiridos veículos para deslocamentos das equipes às comunidades mais distantes da sede dos municípios, além das Farmácias Vivas que produzem e distribuem medicamentos naturais às crianças e adolescentes e familiares beneficiados;
 - Os Pólos de Atendimento, no total de 64, propiciaram à aproximadamente 66.500 crianças e adolescentes a oportunidade de preencher o período em que não estão na escola, com atividades esportivas, culturais, de iniciação profissional, dentre outras. Como resultado, tem-se destacado, no diversos municípios contemplados, vários grupos de corais, canto, teatro, além de adolescentes que se engajaram no mercado de trabalho, especialmente os que praticaram curso básico de informática.
 - Os Núcleo de Arte e Educação e Cultura – NAEC, inéditos nos municípios do interior, viabilizaram, além de cursos diversos na área da cultura, a realização de perfil cultural dos conveniados, formação de grupos folclóricos, além do resgate da cultura local;
 - Na área da proteção Social e Medidas Sócio-educativas, o PROARES, teve importantes destaques, como:
 - a) Propiciou à comunidade, através do serviço SOS criança, canal de denúncias de qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes, além do atendimento de crianças vítimas com equipe especializada, com profissionais das diversas áreas envolvidas: assistentes sociais, psicólogos, advogados e educadores sociais;
 - b) Atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em Abrigos Domiciliares com vistas seu acompanhamento médico, psicossocial e jurídico, além do retorno à família biológica ou encaminhamento à família substituta. Este atendimento, de caráter provisório, antes restrito à Capital do Estado, oportunizou ao público do interior o atendimento próximo à sua família e comunidade;
 - Com o PROARES, os municípios beneficiados puderam oferecer à população da zona rural, sempre a mais empobrecida e distante dos Programas Sociais, na rede de serviços antes inexistentes, conforme dados já relatados no relatório;

3.1.2.2 Identificação dos efeitos (outcome) e impactos iniciais. Considerando os produtos (outputs) alcançados pelo programa, na medida do possível, identifica-se quais efeitos (outcomes) intermediários e os impactos alcançados até o momento:

- Melhoria das condições de saúde da população pelas Obras e Serviços de Atenção Básica de Saúde da Família, através dos 213 PSF's construídos e/ou equipados, 06 Farmácias Vivas implantadas, 173 veículos adquiridos, atingindo um universo de 1.269.600 atendimentos anualmente;

- Participação da sociedade civil na gestão de equipamentos sociais (Pólos e CEI's), através de convênios com Entidades Não Governamentais - ONG's, em sistema de co-gestão, incluindo todos o PPM's e o Plano de Fortaleza (ex: Aquiraz, Caucaia, Crato, Horizonte, Iguatú, Maracanaú, Maranguape, Nova Russas, Quixadá, Quixeramobim e Sobral). Processados os documentos exigidos em Lei formalizada toda tramitação, as Entidades, através de Convênios estabelecidos com os Entes Públicos responsáveis, começam a executar o gerenciamento dos equipamentos, sempre com acompanhamento da população local e dos gestores competentes;
- Melhoria dos processos gerenciais nas Prefeituras, visto que os 53 Planos Participativos Municipais – PPM's foram executados pela Gestão Municipal, inclusive a aquisição de bens serviços;
- Maior controle social do poder legislativo municipal sobre as ações implantadas, haja vista que os recursos aplicados no Programa têm destinação prevista no Orçamento Anual do município quando dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal ;
- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares Municipais, ampliando o controle social e a notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, pois os Conselhos Tutelares passaram a trabalhar de forma integrada com o SOS Criança agilizando, assim, os encaminhamentos e procedimentos indicados para cada caso atendido;
- A execução do Programa de maneira a beneficiar o público alvo, bem como a proporcionar uma gestão participativa dos recursos e dos processos realizados no decorrer do Projeto, trouxe excelência para o PROARES, visto que garantiu visíveis avanços na quantidade, qualidade e modo de execução dos serviços prestados pela Administração Direta e Indireta, e requeridos pela comunidade, por meio de sua participação em ONG's. Tal avanço é medido na elaboração do Plano Plurianual – PPA do Estado do Ceará, elaborado em parceria com os municípios e a participação da sociedade civil, através de oficinas participativas, onde dentre os Programas priorizados pelo Governo Estadual nos municípios, o PROARES fora mencionado como Programa que veio executar 100% das ações planejadas. Durante as oficinas e após estas, a maior demanda foi pela continuidade do PROARES nos municípios já contemplados e a implantação deste nos demais municípios.
- Melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes com a ampliação de serviços de educação, cultura e assistência social, através dos produtos fortalecidos, implantados, construídos e/ou equipados: 36 NAEC's; 20 bibliotecas; 45 oficinas e arte e cultura implantadas, bem como 01 brinquedoteca, propiciando o atendimento de 259.200 crianças e adolescentes/ano em atividades culturais diversas; elaboração de perfis culturais em 11 municípios; 10 Abrigos Domiciliares; 14 SOS – Criança; 09 Conselhos Tutelares Fortalecidos; 71 Pólos de Atendimento; 179 classes de aceleração de aprendizagem; habilitação de 1.429 educadores infantis; 121 Quadras Poliesportivas; 308 concepção de Escola Viva implantadas; 121 CEI's, ampliando o acesso a educação infantil no período de 1998 a 2005 para 11.080 crianças de 00 a 06 anos nos 53 municípios e 01 CAD – Centro de Atendimento e Desenvolvimento em Educação Especial;
- Ampliação do acesso aos serviços urbanos e rurais através das Unidades do Programa Saúde da Família, Centros de Educação Infantil, Núcleo de Arte Educação e Cultura, Pólo de Atendimento e Quadra Poliesportiva, com a existência de 339 equipamentos em distritos (zona rural dos municípios) e a utilização dos veículos adquiridos: 173 do PSF; 09 dos Conselhos Tutelares Fortalecidos, 01 do NAEC de Guaiúba;
- Ampliação da rede de transporte para o Programa Saúde da Família beneficiando à população da zona rural, indígena e assentamentos, através do 173 veículos adquiridos;
- Descentralização da política de Proteção Social e Medidas Sócio Educativas, no período de 1997 a 2005, através da implantação de Abrigos Domiciliares, Serviço SOS Criança, Unidade de Semiliberdade e Internação, Complexo de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, de maneira a fortalecer o atendimento já existente na Capital e de maneira regionalizada, em cidades do interior;
- Elaboração e execução da proposta pedagógica dos Centro de Educação Infantil – CEI, como instrumento norteador das ações sócio-pedagógicas nos Municípios contemplados com PROARES, viabilizando o intercâmbio desta experiência com outros Municípios do Estado;

- Conforme sondagem realizada com famílias atendidas pelos Centros de Educação Infantil – CEI, em consonância com a Resolução do Conselho Federal e Estadual de Educação, possibilitando a execução da proposta pedagógica;
- 90% de professores contratados com formação na modalidade normal e superior (conforme a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes Básicas - LDB) atuando em Centros de Educação Infantil;
- 123 Centros de Educação Infantil com gestão municipalizada;
- 1429 professores habilitados em educação infantil, contribuindo para a política de redução de educadores leigos no Estado do Ceará;

3.1.2.3. identificação dos efeitos futuros (outcomes) e impactos. Considerando os Produtos (outputs) que foram obtidos, identifica-se abaixo os efeitos futuros e impactos que se espera obter e descreve-se de que maneira os Produtos contribuirão para o seu alcance.

- Ação participativa e intersetorial entre comunidade e poder público, nas discussões sistemáticas sobre políticas públicas, exemplificados pelo Controle Social desenvolvido pelo Conselho Tutelar, pela co-gestão dos Pólos de Atendimento e CEI's, pela gestão municipalizada dos equipamentos contemplados nos 53 municípios conveniados, dentre outros;
- Contribuição para reduzir o índice de mortalidade infantil municipal e estadual, conforme demonstrado na amostragem referida em questão anterior;
- Resgate e valorização da vocação cultural dos Municípios, bem como demais atividades culturais, viabilizados pelas diversas ações dos Núcleos de Arte Educação e Cultura - NAEC's, bibliotecas, oficinas e arte e cultura implantadas;
- Ampliação do trabalho de regionalização das medidas de Proteção Social e Sócio-Educativa, garantindo, assim, maior êxito nas ações executadas, distribuindo o atendimento em cidades Pólo do Interior, deixando o público atendido mais próximo de suas famílias e comunidade;
- Valorização do Centro de Educação Infantil como espaço educativo com função de desenvolvimento e aprendizagem infantil, dando continuidade, assim, as determinações da Legislação Federal em vigor (Lei de Diretrizes Básicas – LDB e Conselho de Educação do Ceará);

3.1.2.4 Análise dos supostos (de produtos a efeitos). Enumeram-se abaixo as condições favoráveis a serem dadas para se alcançar o propósito do projeto, e explica-se porque são necessárias:

O PROARES tem como objetivo apoiar o desenvolvimento e integração de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social na família, na escola, na comunidade, mediante ações que privilegiem e fortaleçam a intersetorialidade das políticas sociais, a participação comunitária, a descentralização governamental e maximização do uso de recursos públicos.

Este objetivo é permanente e de longo prazo. Para que seja alcançado e mantido, de acordo com Produtos e Efeitos identificados nos componentes, são necessárias as seguintes implementações:

- Estabilidade financeira e parceria entre Governo Federal, Estadual e Municipal para garantia de recursos efetivos;
- Continuidade das políticas e programas setoriais e complementares destinados a melhorar a qualidade de vida da população vulnerável;
- Manutenção sistemática dos equipamentos sociais pelos gestores responsáveis pela execução das ações implantadas;
- Participação da comunidade e dos Conselhos Municipais no exercício do controle social;
- Acompanhamento e monitoramento dos indicadores sociais que permitam avaliações periódicas da qualidade de vida da população;

3.1.2.5 Pergunta piloto Nº 1 – (Em construção). Opcional para operações com PCR na data anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. São observadas iniquidade no acesso aos benefícios do projeto por parte de subgrupos dentro da população objetivo por razão de gênero. Localização, origem étnica, setor rural/urbano, nível de receita ou outras razões? Se isto for assim, a que se devem?

Todo o Programa foi conduzido com equidade. Obedecendo o Princípio da Isonomia, significando o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença, o Programa se desenvolveu de maneira a garantir que o público alvo atendido tivesse origem em comunidades necessitadas, como bem se vê no Estudo realizado no marco lógico do Projeto, e ainda, na pesquisa e trabalho prévio da execução dos PPM's, viabilizando a implantação, reforma e/ou equipamentos em localidades mais carentes dos municípios Conveniados.

3.1.2.6. 3.1.2.5 Pergunta piloto Nº 2 – (Em construção). Opcional para operações com PCR na data anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. Foi produzido algum tipo de efeito adverso causado sem intenção por este projeto na população e /ou no meio ambiente? Se isto for assim, quais medidas foram tomadas?

Não foi causado nenhum tipo de efeito adverso. A execução do Programa desde o seu nascedouro teve esteio no cumprimento das normas preestabelecidas, visando, assim, a execução do Projeto sem maiores problemas. A correta aplicação destas normas vem se refletir nos resultados alcançados pelo PROARES nos municípios por ele atendidos, bem como na demanda reprimida de Prefeituras que vêm requerer a implantação do mesmo.

3.1.2.7. Pergunta piloto Nº 3 – (Em construção). Opcional para operações com PCR na data anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. seguramente os resultados do projeto contribuíram ao alcance, ou bem das metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial ou nacional vigente do país mutuário, ou bem aos indicadores da atual Estratégia de País do Banco. Se isto for assim, especifique a qual meta o indicador de resultados está contribuindo ao projeto e explique de que maneira e em que medida o realiza. **NÃO SE APLICA.**

3.1.2.8. Pergunta piloto Nº 4 – (Em construção). Opcional para operações com PCR na data anterior a 1º de fevereiro de 2005. Antes dessa data será unicamente requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão íntegra do PCR. houveram mudanças significativas no contexto em que o projeto foi implementado e/ou nas políticas setoriais nacionais e/ou nas estratégias de desenvolvimento? Se foi assim, explique como o projeto foi adaptado para dar resposta a estas mudanças.

Existiram mudanças no contexto Institucional, a saber, o Programa veio passar por duas eleições estaduais/presidenciais (1999/2002) e por três eleições municipais (1997/2000/2003), passando, assim, por mudanças de gestão administrativa em todos os âmbitos. No que tange ao aparato legal, Leis como a Lei de Diretrizes Básicas – LDB - 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Responsabilidades Fiscais – Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e o Novo Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, entraram em vigor durante a execução do Programa. Mesmo considerando o caráter contratual do Programa, com normas específicas, existiu adaptação do mesmo ao aparato legal em vigor. Na área técnica também existiram modificações, onde a LDB veio estabelecer mudanças para execução de Projetos na área de educação de crianças e adolescentes, como a exigência de formação mínima para o professor de educação infantil, bem como padrões básicos de funcionamento dos CEI's. Na área administrativa, a Lei de Responsabilidade Fiscal imprimiu mais rigor às prestações de contas dos gestores públicos quanto a utilização e aplicação de verbas durante suas administrações, contratação de pessoal, bens e serviços, dentre outros. Tal rigor teve o condão de garantir a utilização de recursos municipais de maneira saneada, transparente e racional, atingindo, assim, não só as verbas oriundas do PROARES, que já passavam por criteriosa fiscalização, mas a todo tesouro municipal, o que vem beneficiar mais ainda a população. As mudanças político - administrativas também trouxeram, pelas mesmas razões supra referidas, mudanças na execução do Programa. No âmbito da UGP – Unidade Gerencial do Programa, a equipe permaneceu quase que inalterada, visto o quadro de funcionários ter como base o funcionalismo público estadual. Na esfera municipal vimos mudanças junto a coordenação local do PROARES, mas nada que comprometesse essencialmente os Convênios dos municípios com o Programa.

3.1.2.9. Recálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR). Se o projeto incluiu *ex ante* um cálculo da taxa de retorno esperada, qual foi a taxa de retorno esperada e qual é a taxa de retorno real? – **NÃO SE APLICA.**

3.1.2.10 Recálculo de outros indicadores de avaliação econômica. Se o projeto incluiu *ex ante* outras estimativas de avaliação econômica (custo-efetividade, custo-eficiência e custo-benefício), qual foi o indicador esperado e qual é o indicador real? – **NÃO SE APLICA.**

ITEM 3.1.2.11. Qualificação da efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento (OD). Levando-se conta as análises realizadas nas seções 3.1.1. e 3.1.2., qualifique a efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento.

☐ Muito Efetivo ☒ Efetivo ☐ Pouco Efetivo ☐ Inefetivo

Efetivo. O Programa tem gerado efetividade com perspectiva de futuro, desde que observadas as medidas incluídas na análise dos supostos.

3.2. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO

QUESTÃO 3.2.1 – MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROJETO.

3.2.1.1. Elementos para monitoramento e avaliação. Em uma escala de 1 a 4 estabeleça a qualidade dos seguintes elementos necessários para medir o desempenho do projeto:

1. Análise de problemas	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
2. Estratégia de intervenção em resposta ao(s) Problema(s) identificado(s)	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
3. Identificação de efeitos (outcomes) e impactos Esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
4. Identificação de produtos (outputs) esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
5. Indicadores de efeitos (outcomes) esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
6. Indicadores de produtos (outputs) esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
7. Linha de base de efeitos (outcomes) esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
8. Linha de base de produtos (outputs) esperados	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
9. Supostos de produtos a efeitos	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
10. Definição de responsabilidades para o recolhimento de informação	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
11. Plano para a implementação do Projeto	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A
12. Plano de Aquisições	Baixa	←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	→	Alta	<input type="checkbox"/>	N/A

3.2.1.2. Análise de fatores críticos para avaliabilidade no escopo do projeto. Considerando os elementos avaliados no ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo) que tiveram a maior influência (positiva e/ou negativa) na mensuração de seu desempenho.

- Houve falha na sistematização do recolhimento de informações, decorrente de cultura incipiente de monitoramento e avaliação enquanto processo sistemático e contínuo;
- Inexistência de linha de base;

3.2.1.3 Análise de fatores para a avaliabilidade no escopo do projeto. Considerando os elementos avaliados no ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram a maior influência (positiva e/ou negativa) na mensuração de seu desempenho.

- Positivamente vemos a aplicação e resultado das Pesquisas e Estudos e Avaliação executados durante o Programa, a saber: 01 Estudo Avaliativo do Componente Escola Viva; 01 Estudo Avaliativo do Componente PSF; 01 Estudo Avaliativo do Programa de Proteção e Medidas Sócio Educativas; 01 Avaliação Intermediária do Programa e 01 pesquisa realizada sobre “ Comportamento de Risco do Adolescente” nos 184 municípios do Ceará;
- Negativamente destacamos as dificuldades de implantação, execução e manutenção do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - SIPMA;

3.2.1.4 – Lições aprendidas para o desenho (medidas alternativas). Baseado em sua, experiência neste projeto, descreva de maneira concreta quais medidas alternativas recomenda para melhorar a medição do desempenho no desenho futuros projetos.

- Estabelecimento da linha de base, quando do desenho do Programa;
- Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação como condição prévia e implementação concomitante a execução do Programa;
- Desenvolver processo de capacitação focada na melhoria das competências para o monitoramento e avaliação das ações implementadas;

3.2.1.5. Informação disponível durante a implementação do projeto. Em uma escala de 1 a 4 qualifique o grau de cumprimento e a qualidade das seguintes tarefas que devem ser realizadas pelo Organismo Executor para gerar informação necessária para a medição de desempenho do projeto:

Informe de Progresso

1. Estabelecimento de processos e mecanismos para coleta e análise de dados (fonte de dados, responsáveis, periodicidade e características da informação)	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A
2. Recopilação da informação de linha de base de efeitos	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A
3. Recopilação de formação de linha de base de produtos	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A
4. Recopilação, análise e relatório de informação sobre recursos disponíveis e atividades realizadas	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A
5. Recopilação, análise e relatório de informação produtos gerados pelo projeto e a sua contribuição ao alcance dos efeitos esperados.	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A
6. Recopilação, análise e relatório de informação sobre efeitos e impactos gerados pelo projeto e sua contribuição às metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial e nacional	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/>	N/A

3.2.1.6. Análise dos fatores críticos para mensuração de desempenho durante a implementação. Considerando os processos ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram maior influência (negativa ou positiva) na mensuração do desempenho do projeto durante a sua implementação.

- Negativamente verificamos a inexistência de linha de base e efeitos (indicadores de impacto);
- Positivamente verificamos o acompanhamento de produtos, através dos relatórios sistemáticos da Programa, bem como de seu acompanhamento pelo SIPMA, nos municípios que fora instalado;

3.2.1.7. Lições aprendidas na implementação (medias adotadas). Descreva de maneira concreta quais medidas foram adotadas a fim de obter a informação necessária (em quantidade e qualidade) para medir o desempenho do projeto.

- Acompanhamento sistemático;
- Assessoria Técnica;

O Programa manteve, durante todo o seu desenvolvimento, a integração das ações executadas nos municípios conveniados com o Governo do Estado. Esta integração e acompanhamento se deram em razão dos dois pólos de atuação do Projeto, a saber, o coordenador local do PROARES e os técnicos da Unidade Gerencial do Programa – UPG. O primeiro tem a função, delegada pelo gestor maior do município, de compilar informações, proceder a reuniões, intermediar as ações, abrir, tramitar e acompanhar processos administrativos diversos, representando, para todos os fins o município no Programa. Já a segunda, tem em seus técnicos o trabalho de propiciar aos Conveniados todo o assessoramento técnico, administrativo, legal e financeiro para que estes venham executar seus PPM's. Assim, com reuniões "in loco", visitas sistemáticas, realizações de relatórios e outros procedimentos, pudemos acompanhar os passos do Projeto, do início ao fim;

3.2.1.8. Lições aprendidas para a implementação (medidas alternativas). Com base em sua experiência neste projeto, descreva de maneira concreta quais medidas alternativas recomendada para melhorar a mensuração do desempenho durante a implementação de futuros projetos.

- Desenvolvimento de Sistema de Informação Gerencial que possibilite avaliação dos componentes e o desempenho de Programa em todas as suas etapas, no início do Programa;
- Capacitação sistemática das equipes para operacionalizar o referido sistema;

3.2.2. Fatores que afetaram a execução do projeto (segundo o ISDP/PPMR)

(Como informação útil para responder as perguntas da seção 3.2.3, convém revisar os fatores que afetaram a execução do projeto e que foram registrados no ISDP/PPMR. A representação poderá proporcionar esta informação).

Ao analisarmos as informações registradas no ISDP/PPMR, bem como em demais peças oriundas do Projeto, verifica-se que mesmo com um atraso de 42 meses na execução do Programa, ocasionados dentre outros fatores pelo grande número de licitações e procedimentos administrativos tramitados pelos conveniados, grande número de obras, debilidades de execução pelos municípios e mudanças de Governo Estadual e Municipal, o PROARES se finda de maneira exitosa, haja vista que ultrapassou metas e objetivos de desenvolvimento previamente estabelecidos.

3.2.3. Análise de fatores críticos par ao êxito do projeto fatores críticos para a obtenção dos produtos (outputs)

3.2.3.1. Identificação de fatores negativos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3), que afetaram negativamente a execução em termos de quantidade, qualidade e oportunidade, e analise o por que.

- Planos Municipais com extenso período de vigência para execução, exigindo constantes ajustes de metas e orçamentos;
- Estrangulamento do repasse financeiro aos municípios por fundo rotativo insuficiente;
- Debilidade gerencial dos Municípios;
- Rotatividade das equipes municipais;
- Mudança de gestão municipal durante a execução do Programa;
- Atraso na execução do cronograma de obras.

3.2.3.2. Identificação de fatores positivos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3) que contribuíram à implantação dos componentes do projeto e a obtenção de seus produtos (outputs) em termos de quantidade, qualidade e oportunidade, e analise o por quê.

- Implementação de plantas padrões de obras a serem executadas pelos Municípios;
- Assessoramento técnico sistemático da equipe estadual às equipes municipais;
- Descentralização das políticas de atenção à criança e ao adolescente;
- A taxa de câmbio, visto que a variação cambial ocorrida ao longo dos anos de execução do Projeto, como já mencionado, viabilizou economia em dólares para execução dos convênios e contratos firmados em moeda local;

3.2.3.3. Identificação de fatores negativos para obter os efeitos (outcomes). Descreva quais foram em perspectivas, os principais fatores (máximo 3) que afetaram negativamente o alcance dos efeitos (outcomes) do projeto, e analise o por quê.

- Agentes de controles sociais com atuação insuficiente;
- Restrições da capacidade de contrapartida dos municípios, face as demandas sociais;
- Atraso no cronograma de obras e na aquisição de equipamentos;

3.2.3.4. Identificação de fatores positivos para obter os efeitos (outcomes). Descreva quais foram em perspectivas, os principais fatores que contribuíram positivamente à possibilidade de alcançar a tempo os efeitos do projeto (outcomes), e analise o por que.

- Definição dos equipamentos sociais de conformidade com as demandas e necessidades locais;
- Aceitabilidade de contrapartidas não financeira.

3.2.4. Análise da gestão e lições aprendidas

3.2.4.1. Análise da gestão. Identifique e analise a efetividade das medidas adotadas para resolver os problemas e aproveitar as oportunidades relacionadas com a análise de fatores críticos e explique como foram levadas à prática.

- O Programa atravessou 03 eleições municipais e 02 estaduais, o que motivou a unidade gerencial estadual a negociar com os novos gestores alternativas de ajustes e adaptações dos planos participativos à nova realidade local, sem alterar a essência do Programa;
- Os Municípios encontraram dificuldades na execução do PPM no que tange a execução dos contratos/convênios com terceiros envolvidos nas transações (licitantes, co-gestores, etc), haja vista a desistência e/ou inexecução de suas obrigações/parcerias. Diante desta dificuldade, a UGP agiu de maneira mediadora, prestando assessoria técnica e jurídica para a resolução dos problemas;
- A troca de gerentes, por mais de uma vez, não afetou a continuidade das ações, tendo a UGP apresentado competência para sustentar o processo com qualidade, haja vista que do quadro funcional da Secretaria da Ação Social – SAS, Ente no qual se integra a Unidade gerencial do Programa, emergiram pessoas capazes de preencher as vagas, em virtude da experiência e conhecimentos acumulados.

3.2.4.2. Lições aprendidas sobre gestão de projetos. Com base em sua experiência neste projeto, e levando-se em conta a efetividade das medidas adotadas mencionadas o item anterior, descreva de forma concreta quais medidas alternativas recomenda para enfrentar os problemas que possam surgir durante a implementação de futuros projetos similares a este.

- Respeito aos princípios, estratégias e critérios de elegibilidade do Programa. Adotando tal comportamento é de fácil compreensão e execução o Programa por parte de seus agentes diretos e indiretos;
- Assessoramento técnico contínuo e permanente, a partir de uma prática intersetorial e de monitoramento e avaliação processual. O acompanhamento “in loco” pelos técnicos da UGP nos municípios conveniados garantiu o saneamento imediato de entraves que apareceram no processo de execução do Programa, bem como, por várias vezes, trouxe o condão de prevenir possíveis estrangulamentos na tramitação de processos e na execução de procedimentos. As experiências vivificadas pelos técnicos em um município do Programa fora multiplicada para boa execução dos outros PPM’s;
- A implementação de gestão participativa nos municípios conveniados. A utilização de Co-gestão e de outras formas de participação da comunidade local na execução do Programa tem suma importância no sucesso do mesmo. O envolvimento da população trás para o Projeto o benefício da continuidade das ações, visto o interesse de

- participação dos mesmos, a preservação dos bens móveis e imóveis, diante do senso de responsabilidade pelos mesmos e a melhor gestão dos recursos aplicados, visto a maior cobrança de sua aplicabilidade;
- Modalidade de execução financeira utilizada no Projeto.

Qualificação da implementação do projeto (IP)

3.2.4.3. Qualificação da implementação do projeto. Qualifique a implementação do projeto, a partir da análise da questão anterior e os produtos (outputs) obtidos na quantidade e com a qualidade esperada, em tempo razoável e a custos razoáveis.

☐ Muito satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Explique sua qualificação

Considerando a complexidade do Programa, sua abrangência e os resultados obtidos, verifica-se que a execução aconteceu de forma satisfatória.

3.3. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

3.3.1. Fortalecimento Institucional/Organizacional (FIO)

3.3.1.1. Áreas fortalecidas ou melhoradas pelo projeto. Identifique as áreas institucionais fortalecidas ou melhoradas pelo projeto, direta ou indiretamente, e indique o nível de sua influência (nacional, regional, local).

Área Institucional/Organizacional	Sim	Não	N/A	Nível		
				Nacional	Regional	Local
1. Marco legal e regulatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Procedimentos, manuais, guia operacionais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3. Capacidade						
3.1. Capacidade da alta gerência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.2. Capacidade da mediana gerência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.3. Capacidade de sistemas de informação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.4. Medição do desempenho (capacidade de M&E)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.5. Serviço ao cliente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4. Estrutura funcional e organizacional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5. Planejamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
6. Orçamento/gerência financeira	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7. Coordenação Intra/Intersetorial	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
8. Coordenação Intra/Interrorganizacional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
9. Pessoal/Desenvolvimento de recursos humanos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
10. aquisições	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
11. Auto-avaliação, auditoria & prestação de contas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

3.3.1.2. Fortalecimento alcançado pelo projeto no Estado. Descreva as contribuições mais significativas do projeto (máximo 3) ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no Estado.

- Fortalecimentos das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, exemplificados aqui pelas propostas pedagógicas apresentadas; pela execução dos 53 PPM's, com execução pela gestão municipal e pela implantação e/ou reforma de equipamentos voltados para melhoria de vida deste público alvo;
- Aplicabilidade do conceito de intersetorialidade nas ações governamentais, com destaque para os Entes da administração estadual envolvidas, a exemplificar pela manutenção de equipamentos reformados e/ou implantados de maneira intersetorial.

3.3.1.3. Fortalecimento alcançado pelo projeto no órgão Executor. Descreva as contribuições significativas do projeto (máximo 3), ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no Órgão Executor. Descreva a situação antes-depois do projeto.

- Ampliação e fortalecimento da rede de tecnologia da informação. A rede de tecnologia da informação da Secretaria de Ação Social funcionava de maneira precária, considerando o tempo de vida dos equipamentos e o grau de modernidade dos mesmos. Após a intervenção do Programa fora modernizado todo o equipamento, com a aquisição, através do devido processo legal, de máquinas e programas de informática capazes de atender às necessidades da Secretaria, contribuindo para sua finalidade e missão. No campo do capital humano, tal modernização também propiciou capacitação e aquisição de pessoal qualificado para trabalhar no quadro funcional do Órgão;
- Formação e qualificação da equipe para gerenciar o programa, visto a necessidade de estrutura de grupo de trabalho intersetorial e interdisciplinar que respondesse as peculiaridades do Programa. Diante do público alvo do PROARES, pode-se providenciar na SAS e nos profissionais dos Órgãos envolvidos intersetorialmente no Projeto, equipe atualizada com experiências recentes e exitosas, reconhecidas nacional e internacionalmente, para aplicação e atendimento pelo Programa.

3.3.1.4. Qualificação da contribuição do projeto ao FIO.

☐ Muito relevante (MR) ☒ Relevante (R) ☐ Pouco relevante (PR) ☐ Irrelevante (I)

Explique sua qualificação

Como bem já explicitamos no presente documento, o Programa em questão trouxe ao Governo do Estado do Ceará, ao quadro funcional dos Entes da administração estadual e até municipal envolvidos, maiores condições de infra-estrutura, e de qualidade profissional para compreensão do universo no qual se encontra o público alvo atendido pelo Projeto, contribuindo, assim, de maneira substancial para mudanças nas condições de vidas de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, seja através dos equipamentos oferecidos, seja pela especialidade dos profissionais no atendimento.

3.3.2. Sustentabilidade do projeto

3.3.2.1. Alcance da sustentabilidade do projeto. Em consulta com o Órgão Executor, defina quais ações, serviços e/ou produtos deveriam seguir sendo sustentáveis e durante quanto tempo, a fim de assegurar a sustentabilidade dos efeitos e futuros impactos do projeto.

- Manutenção da rede de atendimentos às crianças e adolescentes (município e sociedade civil), viabilizada pela parceria entre o poder público e o poder privado, em convênios, doações e afins, bem como pela garantia, através da definição, pela Câmara Municipal dos Conveniados, de recursos no orçamento anual do município, vislumbrando a continuidade das ações implantadas e/ou fortalecidas pelo Programa. Estas ações tem natureza contínua e permanente;
- Assessoria técnica estadual aos municípios contemplados com o Programa, como parte da política social do Estado, integrando-se as ações do PROARES aos Entes intersetorialmente envolvidos, sendo as ações absorvidas pelos diversos Programas já existentes e de natureza e público alvo semelhantes aos atendido no Projeto em questão;
- Plano de conservação da rede física dos equipamentos sociais pelos municípios, conforme orientação da Secretaria da Ação Social – SAS.

3.3.2.2 Bases para a análise de sustentabilidade. Estime a probabilidade (numa escala de 1 a 4) de que durante o ano seguinte ao término do projeto (e do financiamento do Banco), existiam os seguintes arranjos e recursos institucionais/organizacionais no país, necessários para manter as ações, serviços, produtos, efeitos e futuros impactos iniciados pelo projeto e definidos no item 3.3.2.1:

Ajustes institucionais e recursos	Probabilidade					
1. Apoio da alta gerência na Agência Executora	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
2. Marco legal e regulatório	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
3. Preparativos e capacidade organizacional	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
4. Coordenação intra-organizacional	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
5. Disponibilidade de recursos financeiros	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
6. Pessoal idôneo	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
7. Recursos para manutenção da infra-estrutura Física	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
8. Apoio dos beneficiários do projeto	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A
9. Apoio do governo nacional	Baixa ←	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta →	<input type="checkbox"/> N/A

3.3.2.3. Análise de origem das causas que afetam negativamente a sustentabilidade. Baseando-se no item anterior, e considerando os possíveis fatores que possam afetar a sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais considera que todos ou alguns dos impactos, efeitos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto 3.3.2.1. podem não ser sustentáveis, e explique por quê.

- Descontinuidade das ações executadas pelos PPM's, em razão das dificuldades de sustentabilidade dos componentes pelos municípios. Considerando a atual situação econômica dos municípios e suas dificuldades em garantir recursos para manutenção e ampliação dos serviços prestados às suas comunidades, vemos a possibilidade de entraves para continuidade dos serviços ofertados em nossos equipamentos. A priorização na continuidade dos mesmos, partirá, principalmente da razão e da boa vontade dos gestores municipais em reconhecer o Programa como de primordial importância para desenvolvimento do município, e ainda da participação da sociedade civil, na cobrança desta continuidade e na apresentação de meios (parcerias, convênios, etc...) para sua subsistência.

3.3.2.4. Análise da fonte de causas que contribuem favoravelmente à sustentabilidade. Baseando-se nas análises prévias e considerando os possíveis fatores que podem contribuir à sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais considera que os futuros impactos, efeitos imediatos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto 3.3.2.1 poderão ser sustentáveis, e explique por quê.

Quando da elaboração do Plano Plurianual – PPA do Governo do Estado do Ceará, realizado de forma regionalizada, a demanda mais expressiva dos municípios participantes foi pela continuidade e ampliação do PROARES no Estado do Ceará.

3.3.2.5. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas adotadas). Baseando-se em sua experiência neste projeto e levando-se em conta as análises anteriores, descreva de maneira concisa as medidas adotadas em sua elaboração e/ou na implementação que foram eficazes para melhorar sustentabilidade do projeto e explique como foram levadas à prática.

- Fortalecimento dos conselhos tutelares como mecanismo de controle social;
- A partir do Plano de Governo – Ceará Cidadania – o PROARES, como estratégia de apoio às reformas sociais do Estado, representa uma contribuição para que se possa ter um “Ceará cada vez melhor”. É uma das peças da rede de articulação e operacionalização por um “crescimento com inclusão social”.

- Em comunhão com o atual Plano de Governo estão os fundamentos do PROARES que combinam princípios de participação, parceria, descentralização, intersetorialidade e sustentabilidade.
- Um ganho a mais para o marco lógico do Programa foi captar do Plano de Governo atual o fundamento da "cearensidade": reconhecer a identidade do local, das classes e grupos sociais em meio as tendências homogeneizadoras da globalização, é uma forma de promoção humana e valorização da formação histórica e social do Estado.
- Outro ganho foi o tratamento da Assistência Social como uma política integrante do tripé da Seguridade Social: "O estado conduzirá a Assistência Social como política de proteção social, composta por um conjunto de direitos de civilização, estabelecida para a preservação, segurança e dignidade do cidadão". (Plano – 2003:100).
- No Plano de Governo para 2003-2006 identifica-se o Eixo 2 – Cará Vida Melhor – onde se enquadra o PROARES. Esse eixo possui todo um "escopo de propostas para o avanço na melhoria da qualidade de vida da população, buscando a elevação do padrão dos serviços sociais básicos, como educação, saúde, qualificação profissional, assistência social, segurança, justiça", ... (PLANO 2003:16)

3.3.2.6. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas alternativas). A partir de sua experiência neste projeto, e levando em conta as análises anteriores, descreva de maneira concisa que medidas alternativas recomenda levar em conta durante o desenho e/ou implementação para melhorar a sustentabilidade de futuros projetos.

- Regionalização do atendimento na área da proteção social e medidas sócio-educativas;
- Planos participativos municipais com metas a serem executadas e avaliadas anualmente e condicionantes para continuidade do plano nos anos seguintes;
- Critérios para definição e acompanhamento da poupança corrente municipal mais eficaz, ensejando a sustentabilidade das ações;
- Elaboração de atos convocatório/editais mais rigorosos para garantia de maior qualidade no fornecimento de bens e serviços;
- Considerando a insuficiência do fundo rotativo no Programa, faz-se necessário o emprego de modalidade de movimentação dos recursos de maneira a não prejudicar alguns conveniados em razão de outros.

3.3.2.7. Plano de Sustentabilidade. Levando-se em conta as análises anteriores, descreva as ações concretas que o País Mutuário e/ou o Banco deveriam realizar durante o próximo ano para assegurar a sustentabilidade dos futuros impactos, efeitos, produtos, ações e/ou serviços descritos no ponto.

- Estruturar e manter uma equipe intersetorial para assessorar os municípios parceiros, através do trabalho já desenvolvidos pelas Secretarias Intersetoriais do Estado envolvidas no Projeto, como no caso da figura dos Articuladores Regionais, num sistema de cooperação técnica entre Estado e Municípios;
- Garantir recursos para a manutenção das ações, nos municípios por meio das Câmaras de vereadores, quando da elaboração do custeio/orçamento anual, com a sociedade civil, através de convênios e parcerias;
- BID fomentar projetos de cooperação técnica/financeira
- Fomentar projetos complementares no âmbito do estadual e município, de maneira conjunta e separadamente, a depender da natureza dos mesmos e do recursos destinados;
- Desenvolver campanhas para despertar a sociedade no tocante ao controle social.

3.3.2.8. Qualificação de Sustentabilidade do Projeto. Baseando-se nas análises prévias e nas perspectivas do Plano de Sustentabilidade, qualifique a probabilidade de que o projeto seja sustentável durante os próximos três (3) anos:

☐ Muito Provável (MP) ☒ Provável (P) ☐ Pouco Provável (PP) ☐ Improvável (I)

Explique sua qualificação

3.4.1. Desempenho do Banco nas áreas crítica. Avalie o desempenho do Banco nas seguintes áreas:

- | | | | | | | | | |
|---|---------|--------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--------|--------------------------|-----|
| 1. Grau de facilitação para desenhar o projeto de maneira participativa com o Mutuário e o Órgão Executor | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |
| 2. Provisão de assistência técnica e capacitação, assim como acompanhamento sistemático para que o Órgão Executor cumpra com as políticas e procedimentos do Banco. | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |
| 3. Provisão de assistência técnica e capacitação ao Órgão Executor, para melhorar a gestão e a administração do projeto. | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |
| 4. Utilidade da supervisão e assessoramento do Banco para melhorar a gestão e a administração do projeto. | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |
| 5. Oportunidade da resposta do Banco aos requerimentos do Órgão Executor durante a implementação do projeto. | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |
| 6. Flexibilidade do Banco para responder a emergência e imprevistos durante a implementação do projeto. | Baixa ← | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Alta → | <input type="checkbox"/> | N/A |

3.4.2. Lições aprendidas par a organização e funcionamento da UEP (medidas alternativas). Baseado em sua experiência durante a implementação do projeto, identifique quais medidas alternativas com respeito à estrutura, organização e processos na Unidade Coordenadora/ Executora do Projeto. Assim como sua interação com o Banco resultaram eficazes e explique como foram levadas à prática.

- Considerando o grande número de profissionais no quadro funcional do estado, Formatou-se uma equipe intersetorial e interdisciplinar que possibilitou uma melhor execução do projeto, com uma visão multidimensional;
- Acompanhamento permanente ao projeto através dos especialistas e consultores do banco, possibilitando agilidade na resolução de problemas e na liberação de processos e procedimentos.

3.4.3. Lições aprendidas para a organização e funcionamento da UEP (medidas alternativas). Baseado em sua experiência durante a implementação do projeto, quais sugestões faria ao Banco para melhorar a estrutura, organização e processos da Unidade Coordenadora/Executora do Projeto e sua interação com o Banco em futuras operações?

- Maior capacitação pelo banco no tocante ao aprimoramento gerencial da equipe da UGP, no que tange aos aspectos administrativo financeiro e legal do Programa;
- Maior capacitação das equipes pelo banco na definição prévia de indicadores e na metodologia da avaliação de impacto, entre Banco e executor;
- Adequar a sistemática do fundo rotativo à realidade dos projetos sociais, principalmente quando os mesmos forem descentralizados e participativos;
- Modernização/atualização dos procedimentos e processos legais para aquisição de bens e serviços, utilizando-se de todos os procedimentos licitatórios previstos em lei.

3.4.4. Qualificação do desempenho do Banco. Com base no 3.4.1. e considerando a experiência da instituição mutuária e sua experiência como Órgão Executor, qualifique o desempenho do Banco durante as fases de elaboração e implementação do projeto:

☐ Muito satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)
Explique sua qualificação

- Realização de missões sistemáticas;
- Resolutividade nas soluções dos problemas;
- Cooperação e interação positivada da especialista com a equipe da UGP

3.5. BASES PARA A AVALIAÇÃO EX POST

3.5.1. Previsões para a avaliação ex post. Estabeleça se esta operação, de acordo com o Contrato de Empréstimo, requer uma avaliação ex post. Se for aplicável, forneça a seguinte informação sobre as previsões tomadas (revisar acordos entre o Banco, Mutuário e Executor na Ajuda Memória do Taller de Término de Projeto):

O contrato de Empréstimo requer uma avaliação ex post para esta operação? ☒ Não ☐ Sim

Para qual data está programada?

Data de início: Agosto
Data de término: Dezembro

Quem é o responsável por realizar a avaliação ex post?

☐ Banco ☐ Mutuário

Qual é o custo estimado?

US\$ 120.000

Qual é a fonte dos recursos financeiros para a avaliação ex post? ☐ Recursos de empréstimo BID

☐ Recursos do Mutuário

☐ Outras Fontes

**PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO CEARÁ – PROARES
EMPRÉSTIMO 955/OC-BR**

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

AJUDA MEMORIA

1. O Seminário de Encerramento do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no Estado do Ceará - PROARES foi realizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, durante os dias de 20 e 21 de fevereiro de 2006, no Centro de Convenções do Hotel Vila Galé.
2. O Seminário foi prestigiado com a presença e uma breve palestra de abertura do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Gonçalo de Alcântara, na qual o Governador destacou a elevada relevância do PROARES na consolidação da estratégia descentralizada de educação, saúde, e ação social, junto aos municípios do Estado em prol, principalmente de crianças e adolescentes das famílias mais necessitadas. O PROARES se tornou o modelo de ação social do Estado. O Governador enfatizou que o sucesso do Programa não deve ser medido meramente nas quantitativas de novas instalações e serviços mas pelo alcance dos objetivos de desenvolvimento do Programa, a qualidade dos serviços, os resultados previstos e obtidos, as perspectivas de proteger e transformar vidas, a criação de condições para um futuro melhor das crianças, adolescentes e famílias beneficiadas, e a sustentabilidade e permanência desses benefícios. O Governador agradeceu à dedicação e desempenho de todos envolvidos no Programa, agradecendo também a participação e o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expressando a expectativa da participação, em breve, do Banco na segunda etapa do PROARES que se encontra em fase de preparação.
3. Dra. Tânia Gurgel, Deputada Estadual, Dr. Carlos Colonna Filho, Secretário de Ação Social em exercício, Dr. Raimundo Gomes de Matos, Deputado Federal (Ex.-Secretário de Ação Social do Ceará), fizeram breves apresentações, expressando suas observações e elogios sobre um Programa acertado que é o PROARES. Dr. Tomás Engler, representando o BID, apresentou os agradecimentos e cumprimentos do Banco.

A platéia da abertura de mais que 420 pessoas incluiu profissionais da UGP e das Secretarias do Estado (SAS, SEDUC, SESA, SECULT, SETE, SEJUV, SIM e SEPLAN), a maioria dos prefeitos dos municípios participantes, representantes dos Conselhos Municipais, Gestores e Secretários de Ação Social e Coordenadores de todos os municípios do PROARES. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão – SEAIN, foi representada pela Dra. Lilia Cavalcante. Pelo Banco, participaram Dra. Márcia Arieira e Dr. Tomás Engler, ambos da Sede do BID, a Especialista Setorial responsável para a supervisão do Projeto, Ana Lúcia Dezolt, a Especialista Setorial Rita Sório, e a Especialista Financeira, Mônica Merlo. (Uma lista de todos os participantes das duas turmas do Seminário, encontra-se em anexo).

4. Tendo concluído a formalidade da abertura, e dando início ao trabalho do Seminário, a Maria de Fátima Rabelo Gadelha, Gerente Geral do PROARES, apresentou a metodologia do Seminário, seguido de uma explicação pela Especialista Setorial do Banco, Ana Lúcia Dezolt, sobre o propósito e as expectativas do Seminário.
5. A Metodologia

Para permitir a boa condução do Seminário, considerando o grande número de participantes e que cada município era representado por dois ou mais gestores e profissionais com experiência local na execução do Programa, o Seminário foi dividido em dois eventos, de um dia cada, de procedimento e teor idêntico. Os participantes do primeiro dia eram representantes dos primeiros 26 PPMs e de Fortaleza, enquanto os participantes no segundo dia representaram municípios dos 26 PPMs aprovados após a reformulação e expansão do Programa em 2000. A formalidade de abertura era limitada ao início do primeiro dia do Seminário e contou com a presença de 428 pessoas. Por outro lado, o número de pessoas constituindo os atuais grupos de trabalho dos municípios era 104 no primeiro dia e 71 no segundo dia, visto que no primeiro dia, participaram do Seminário não só técnicos mas também autoridades locais.

A preparação do Seminário foi iniciado em janeiro de 2006, com o envio para todos os municípios participantes de um documento de orientação e questionário estruturado, abrangendo as dimensões principais do Programa no que tange o desenho dos PPMs, o alcance das metas e objetivos do Programa, dos componentes, aspectos positivos, fatores limitantes, sugestões de melhorias, e lições aprendidas. Em cada município do PROARES foi conduzido um *workshop* em que os gestores municipais, conselheiros, técnicos, representantes da comunidade, refletiram sobre a experiência do Programa e, com base na enquête, responderam de antemão as mesmas perguntas utilizadas no Seminário. Dessa forma, durante o Seminário, os participantes apresentaram, discutiram, e compararam os resultados obtidos nos respectivos *workshops* realizados anteriormente no nível municipal.

No início de cada dia do Seminário, os participantes foram divididos, aleatoriamente, em cinco grupos temáticos de trabalho, a seguir:

- Grupo A: Componentes da Ação Social (CEIs, Pólos, Abrigo, Semiliberdade, SOS Criança, e Conselhos Tutelares)
- Grupo B: Componentes da Educação (Escola Viva, Aceleração de Aprendizagem, e Habilitação de Educadores Infantis)
- Grupo C: Componente da Saúde (PSF, Farmácia Viva e Aquisição de Veículos)
- Grupo D: Componentes da Cultura (Núcleo de Arte, Educação e Cultura,
- Grupo E: Fortalecimento Institucional

Cada Grupo iniciou seu trabalho com uma série de perguntas idênticas para todos os grupos, em seguida abordando os temas específicos de cada grupo. Cada grupo contou com o apoio de duas facilitadoras escolhidas do quadro de profissionais das equipes técnicas da UGP. Além do mais, cada grupo em si, no início do trabalho, escolheu uma pessoa relatora e outra coordenadora do trabalho.

Na tarde de cada dia, os grupos se reuniram em Plenário com a apresentação dos resultados de cada grupo, seguida de oportunidade de debate.

6. O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Ação Social, coordenadora e executora do Programa, está de acordo com a divulgação das informações pertinentes ao relatório de conclusão do PROARES – PCR, manifestando expressamente sua não objeção à publicação deste documento.

7. Revisão e Consolidação das Informações

Durante os primeiros dois dias, após do Seminário a equipe das facilitadoras da UGP consolidou as informações do Seminário, apresentado no Anexo 1:

ANEXOS, MEMORANDO DO SEMINÁRIO

Resultados do Seminário

Programação do Seminário

Lista dos Participantes

Ana Lúcia Dezolt
Especialista Setorial

Maria de Fátima Rabelo Gadelha
Gerente Geral do PROARES

**SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA
O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PROARES**

SEMINÁRIO DO PCR

PERGUNTAS ORIENTADORAS

1. Desenho do PPM	DESEMPENHO	
	Plenamente (especifique)	Parcialmente (especifique)
1.0 Os riscos elencados foram reduzidos?	Sim. Houve redução significativa dos riscos nas áreas priorizadas nos PPMs:	
1.1 As áreas priorizadas foram contempladas com as ações previstas?	Sim, já que os componentes foram implantados nas áreas priorizadas.	
1.2 Metas planejadas foram realizadas?	Sim. Salvo os municípios incorporados a partir do ano de 2002, que em virtude da limitação financeira tiveram seus orçamentos remanejados.	
1.3 - Metas aditivadas?	Sim. Houve ampliação nas metas de alguns municípios, considerando para tanto, sua capacidade financeira e o desempenho de seus PPMs, consoante previsão do desenho original do Programa.	

1.4 Com base na sua experiência na execução do PROARES, pontue aspectos positivos e fatores limitantes na efetividade dos princípios do Programa e sugira como melhorar.

Princípios	Aspectos Positivos	Fatores Limitantes	Sugestão para melhorar
Participação Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Receptividade do Programa pela comunidade; - Legitimidade do PPM pela comunidade quando da realização das oficinas participativas; - Co-Gestão com entidades comunitárias e ONG's em alguns municípios; - Envolvimento das famílias às atividades dos componentes; - Envolvimento das Entidades que exercem o controle social durante a elaboração do PPM e execução das atividades do Programa. - Participação comunitária em Seminário de Avaliação Final do Programa (usuários e Conselhos locais) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca tradição dos gestores e das comunidades em Programas com gestão participativa; - A preparação incipiente da equipe multiprofissional em trabalhar na comunidade com as famílias, no início do Programa; - Descrença nos processos de gestão participativa pela comunidade; - A comunidade ainda apresenta nível de negociação passiva no que diz respeito a tomada de decisões; - Baixo nível de escolaridade da comunidade; - Pouca compreensão da comunidade sobre a função dos equipamentos 	

Intersetorialidade	<ul style="list-style-type: none"> - Integração das políticas públicas e setoriais Municipais envolvidas no Programa; - Otimização de recursos e maior resolutividade das ações; - Construção e socialização de conhecimentos entre as diversas áreas envolvidas no Programa; - Transparência na gestão e execução do Programa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade na elaboração de planejamento e cronograma para o desenvolvimento das ações intersetoriais; - Ainda observa-se a influência da cultura política tradicional que confere concentração de poder e informação por alguns gestores; - Dificuldade no fluxo de comunicação intersetorial; - Cultura de centralização de resultados; - Pouca capacitação e rotatividade das equipes gerenciais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação continuada para as equipes municipais em especial funcionários efetivos; - Promover a realização de seminários fóruns e afins, objetivando a construção de uma rede do Programa no Estado;
Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia dos municípios no planejamento, redimensionamento das metas físicas e financeiras previstas no PPM, bem como gerenciamento das ações executadas no Programa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade dos municípios em entender as competências da gestão descentralizada; - Pouca qualificação dos técnicos municipais para trabalhar com a municipalidade do Programa; - Dificuldade na compreensão e execução do fluxo administrativo - financeiros do Programa; - Dificuldade no aporte financeiro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação continuada dos agentes envolvidos no processo a fim de esclarecer suas competências; - Promover adequação do Programa com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS; - Fortalecer a participação dos Conselhos locais; - Proporcionalidade do aporte financeiro do Programa, conforme a situação financeira dos municípios;

<p>Fortalecimento das Instituições Municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Exercício da gestão de recursos com co-responsabilidade, fomentando a autonomia das gestões municipais; - Integração entre governo e sociedade civil, ampliando a compreensão da comunidade sobre os serviços ofertados; - Troca de experiências exitosas; - Processo de qualificação de profissionais; - Instalação de infra-estrutura de qualidade e humanização dos serviços ofertados; - Fortalecimento e valorização do papel dos Conselhos locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade nas gestões municipais e estaduais; - Descontinuidade do processo de capacitação; - Insuficiente quadro de recursos humanos com perfil técnico adequado; - Rotatividade de profissionais; - Influência da política partidária na gestão das ações do Programa; - Volatilidade dos profissionais capacitados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar os gestores da manutenção dos profissionais capacitados; - Realização de capacitação continuada, antes e durante o processo de implantação e execução dos componentes. - Ampliação da equipe estadual para melhor execução do Programa; - Garantia de recursos para realização do fortalecimento institucional; - Realização de estudos e pesquisas dos componentes; - Captação de recursos para execução de projetos sociais; - Organizar Fóruns e debates junto aos gestores municipais, para fomentar uma nova cultura institucional ; - Exclusividade do coordenador municipal para o Programa;
--	---	---	---

2. Na execução das atividades dos componentes, explicita:

Componentes	O que funcionou bem	Fatores Limitantes
CEI	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço adequado saudável e acolhedor; – Alimentação nos padrões nutricionais para a faixa etária atendida; – Resgate da auto estima das famílias; – 100% dos educadores infantis com nível superior ou em processo de formação; – Implementação de planejamento pedagógico mensal; – Interface com as setoriais envolvidas no Programa, em especial com o PSF; A proposta pedagógica bem executada; – Envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Rotatividade das equipes técnicas, especialmente no período de mudança de gestores; - Oferta menor do que a demanda;
Pólo de Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> – Acesso das famílias e comunidade à capacitação de iniciação profissional; – Cursos de iniciação profissional, através de parcerias com entidades formadoras, empresas locais e ONG's; – Melhoria do comportamento e auto-estima das crianças e adolescentes atendidas; – Envolvimento das famílias nas atividades e eventos dos Pólos; – Credibilidade do Pólo perante a comunidade; – Integração dos serviços sócio-assistenciais no pólo (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, dentre outros), fortalecendo o Sistema único de Assistência Social; – Oficinas permanentes (culturais, esportivas, incentivo à escolaridade e informática); – Elaboração de planos de intervenção social; 	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficiência da oferta de oficinas de iniciação profissional rotativas, devido a Carência de recursos e profissionais especializados; – Limitação na captação de parcerias; – Inexistência de dotação orçamentária específica para manutenção do Pólo; – Pouca interface do serviço de incentivo à escolaridade entre a Escola e o Pólo;
Abrigo Domiciliar	<ul style="list-style-type: none"> – Recepção e acolhida das crianças e adolescentes; – Parceria com SOS criança e Conselho Tutelar; – Retorno dos abrigados à família de origem ou substituta; – Integração das crianças /adolescentes junto à comunidade; – Lazer para os abrigados; 	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficientes parcerias com OG's e ONG's para atendimento psicológico; – Poucos transportes para os abrigos; – Falta de compreensão por parte do Poder Judiciário quanto à função do Abrigo; – Falta de proposta pedagógica; – Atendimento restrito somente ao município sede do Abrigo

Unidade de Semiliberdade	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalho com as famílias; – Metas de atendimento atingidas; – Curso profissionalizante junto à comunidade; – Capacitação da equipe de profissionais; – Atendimento psicológico, jurídico, social e pedagógico; – Estrutura física compatíveis com que recomenda o Estatuto da Criança e Adolescente; – 	<ul style="list-style-type: none"> – Morosidade da justiça em solucionar os processos dos adolescentes atendidos; – Falta de compreensão por parte do Poder Judiciário e da comunidade quanto à função da Unidade de Semiliberdade; – Dificuldade de ingresso dos adolescentes egressos de medidas sócio-educativas à rede formal de ensino;
SOS Criança E Conselho Tutelar	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalho com as famílias; – Parcerias com OG'S e ONG'S; – Transportes para todos os SOS; – Trabalhos educativos; – Abordagem de rua; 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de recursos para a manutenção de transportes (por parte dos municípios); – Falta de instalação do disque denúncia em alguns municípios; – Conflito de papéis entre Conselho Tutelar e SOS, em alguns municípios; – Em alguns municípios, observa-se o conflito dos Conselhos Tutelares com a gestão municipal;
NAEC	<ul style="list-style-type: none"> – Formação de platéia; – Criação de um Centro de Referência específico da cultura; – Fortalecimento da Política Cultural do Estado e dos municípios; – Descoberta de talentos; – Expansão e surgimento de novos grupos; – Geração de ocupação e renda; – Retirada das crianças e adolescentes da situação de ociosidade e elevação da auto-estima; – Resgate e valorização da cultura fortalecendo a identidade local; – Engajamento das famílias, da comunidade e das escolas no projeto; – Ampliação de calendários culturais; – O acesso a equipamentos de moderna tecnologia para serem utilizados na área da cultura gerando conhecimentos específicos e desdobramentos de ações por parte do público alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Não houve itinerância entre os núcleos para a realimentação e troca de experiência; – Não houve capacitação a nível regional ; – Inexistência de um plano de gestão artístico- pedagógico; – Inexistência de indicadores específicos para a Cultura;

PSF	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão do atendimento e melhoria dos serviços ofertados, através da implantação de infra-estrutura de qualidade; - Incremento das ações executadas pelo Programa na atenção primária, favorecendo a diminuição dos indicadores de riscos; - Maior envolvimento da comunidade nos Programas ofertados na atenção à Saúde; - Possibilidade de acesso à comunidade rural, por meio da aquisição de veículos; - Implantação de serviço de atendimento em saúde bucal e farmácia viva; - Aumento da cobertura do PSF/PAC's - Programa de Agente Comunitário de Saúde; - Interface da estrutura do PSF com Instituições formadoras de profissionais da área do Programa Saúde da Família; - Incentivo da cultura de utilização de medicamentos fitoterápicos, através das farmácias vivas; - Fortalecimento dos serviços de educação e saúde; - Capacitação dos profissionais para o atendimento no Programa de Saúde da Família; 	<ul style="list-style-type: none"> - Rotatividade dos profissionais, diminuindo a referência na comunidade e o vínculo com as famílias; - Não houve capacitação continuada dos profissionais; - Fragilidade, por parte de alguns municípios, no acompanhamento da execução das obras, quanto a adequação das plantas às exigências do Ministério da Saúde;
Concepção de Escola Viva	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e disseminação da concepção de Escola Viva, de forma efetiva e em alguns municípios; - Participação efetiva da comunidade na Escola; - Potencializou a formação de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis; - Fomentou e disseminou a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP e Projetos de Desenvolvimento da Escola; - Efetiva redução dos indicadores de repetência e evasão escolar; - Incremento das ações curriculares, com a introdução das linguagens artísticas e esportivas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade no foco da concepção Escola Viva por parte de alguns profissionais da Educação; - Falta de acompanhamento e monitoramento dos Centros Regionais de Educação – CREDE; - Descontinuidade de capacitação dos profissionais da área na concepção Escola Viva;
Aceleração de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos profissionais de educação; - O desenvolvimento de metodologia específica; - Elaboração e publicação de material pedagógico específicos; - redução de indicadores e regularização do fluxo escolar; - elevação da auto-estima dos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência de estudantes, professores e comunidade à proposta; - Baixa qualidade na aprendizagem; - Ineficiência no acompanhamento e monitoramento pelos CREDE; - Pouco estímulo aos profissionais envolvidos e sensibilizados na ação;
Habilitação de Educadores Infantis	<ul style="list-style-type: none"> - profissionais habilitados e capacitados; - qualidade na aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção de profissionais habilitados para assumir outras funções;

3. No monitoramento dos Componentes, destaque.

Pela Equipe Estadual		Pela Equipe Municipal	
Aspectos Positivos	Fatores Limitantes	Aspectos Positivos	Fatores Limitantes
<ul style="list-style-type: none"> – Visitas técnica; – Capacitações dos técnicos do Estado junto aos municípios; – Nível de qualificação profissional elevado; – Conteúdo e metodologia adequados nas capacitações; – Resolutividade dos problemas em tempo hábil; – Boa comunicação e receptividade no atendimento aos municípios; – Elaboração e acompanhamento dos PPM's; 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de indicadores de acompanhamento e monitoramento, em especial nas áreas da ação social e cultura; - Descontinuidade das capacitações; - Pouco apoio e interlocução das setoriais aos técnicos lotados na UGP estadual; 	<ul style="list-style-type: none"> – Ações de intersetorialidade e parcerias; – Execução descentralizada dos PPM's e do Programa de maneira geral; 	<ul style="list-style-type: none"> – Rotatividade da equipe de acompanhamento do município; – Ausência de indicadores de acompanhamento; – Acompanhamento pouco sistemático pela equipe do município ; – Centralização das informações repassadas pela equipe técnica do Estado, pelo coordenador municipal; – Diversidade e sobrecarga das funções do coordenador; - Descontinuidade das capacitações;

4. Lições aprendidas durante o percurso do PROARES

- O funcionamento da intersectorialidade refletiu positivamente na ação municipal, sendo fundamental investir mais esforços neste Princípio;
- Evitar a contratação de empresas com capital restrito e sem condições físico-financeira de cumprir o cronograma de obras contratado comprometendo a conclusão e qualidade das edificações do Programa;
- Evitar o remanejamento de recursos de uma área para outra causando prejuízo ao desenvolvimento do PPM;
- Adequação da contrapartida às condições financeiras e de arrecadação do município;
- Desenvolvimento de uma cultura que permita a preservação dos equipamentos públicos;
- A manutenção das equipes técnicas permite a continuidade e evolução dos processos;
- Não vinculação do repasse de recursos aos municípios via fundo rotativo;
- A publicação de material didático e proposta pedagógica específicos para o Centro de Educação Infantil, Unidade de Semiliberdade e Internação, promoveu um salto de qualidade nestes serviços, devendo extendê-lo aos outros equipamentos;
- Elaboração do PPM via oficinas participativas permitiu credibilidade do Programa e a visualização da realidade (riscos e potencialidades);
- A imprecisão dos indicadores não permitiu a mensuração exata do impacto do Programa;
- Faz-se necessário sistematizar as capacitações regionais, promovendo a sinergia e a construção de uma rede de abrangência estadual;
- Faz-se necessário mais investimento sistemático nas capacitações contínuas de todos os profissionais envolvidos no Programa;
- Intensificar as ações do Programa à política de atenção às pessoas portadoras de deficiência, no que tange ao público alvo do Programa;
- Integração do Programa às Políticas Públicas que regem as setoriais;
- O modelo de gestão participativa e descentralizada, utilizado no Programa, é referência no Estado do Ceará;
- O Programa provocou a co-responsabilidade municipal através da contrapartida financeira, contribuindo para o desenvolvimento das gestões municipais;
- O descompasso entre os desembolsos atrasou o desenvolvimento das ações do Programa;
- A excelência na Infra-estrutura dos equipamentos do Programa imprimiu um elevado padrão de qualidade dos serviços no Estado do Ceará;
- Faz-se necessária a realização de Fóruns de sensibilização dos gestores municipais, no que se refere às suas responsabilidades para com o Programa;

5. Medidas tomadas para garantir a sustentabilidade dos componentes.

Qual medida	Com quem (parceiros)	Com que recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de planos de ação que garantam a sustentabilidade dos equipamentos, notadamente na área da cultura; - Criação de um fundo municipal de cultura; - Trabalho de parcerias com entes públicos e privados; - Definição do orçamento municipal, para garantia da manutenção dos equipamentos; 	Setoriais, Entidades Públicas e Privadas, Câmaras Municipais, Prefeituras Municipais.	Fundos, doações, dotações orçamentárias;

6. No aspecto institucional financeiro, destaque:

O QUE FUNCIONOU BEM	QUE NÃO FUNCIONOU BEM
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aporte de contrapartida em alguns municípios, superior a 30% 2. Garantia de recursos para execução dos PPMS; 3. Rigor na Composição dos Processos; 4. Comunicação da UGP com os municípios; 5. Visita dos Auditores; 6. Controle na Execução (gestão e atividades fins); 7. Elaboração dos PPMs de Forma Participativa; 8. Credibilidade do Programa facilitou a intersetorialidade; 9. Relação BID X Governo do Estado; 10. Relação BID X UGP; 11. Variação cambial permitindo ampliação dos PPMs; 12. Complementação da Contrapartida local com recursos do FECOP e BNDES; 13. Organização dos Processos facilitando o atendimento das auditorias externas e internas; 14. Cumprimento do Cronograma de ações estabelecidas pelo Programa; 15. Sistema único de protocolo da SAS/UGP; 16. Contrapartida não financeira aceita parcialmente (Recursos Humanos); 17. Revisão anual do PPM; 18. Monitoramento da equipe responsável pela prestação de contas; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistemática de fundo rotativo no aspecto de atrelar, a liberação dos recursos, a prestação de contas de todos os municípios; 2. Dificuldades temporárias no aporte da contrapartida de alguns municípios; 3. Descontinuidade das gestões; 4. Equipamentos de Informática obsoletos; 5. Não dedicação exclusiva dos coordenadores; 6. Falta de observação dos Municípios do perfil do coordenador; 7. Rotatividade das equipes envolvidas no Programa, especialmente na mudança de gestores; 8. Deficiência de acompanhamento das obras pelo engenheiro do município; 9. Inexistência de um controle interno interligando às gerências; 10. Deficiência na articulação do Financeiro com o DERT e os demais municípios; 11. Morosidade da SESA na aprovação / liberação dos projetos arquitetônicos do PSF e Farmácia Viva; 12. Acompanhamento deficitário dos Componentes da SESA pelo DERT; 13. Pouco apoio da equipe financeira contábil do município ao coordenador municipal do PROARES;

19. A Seriedade na aplicação dos recursos públicos (Medições, licitações e outros serviços); 20. Agilidade da UGP em liberar os processos; 21. Flexibilidade em remanejar recursos dentro do PPM; 22. Domínio / visão do programa pela UGP; 23. Conhecimentos adquiridos por todos os envolvidos no Programa; 24. Compromisso dos coordenadores municipais do PROARES.	
---	--

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL - FI

O QUE FUNCIONOU BEM	O QUE NÃO FUNCIONOU BEM
1. As publicações valorizaram os estudos, pesquisas e avaliações, divulgando e publicando as informações; 2. As auditorias sistemáticas independentes e com retorno ao município; 3. Capacitações nos vários níveis com qualidade e aprendizado satisfatório; 4. Fortalecimento da Política de Assistência Social; 5. Credibilidade nas capacitações efetuadas pelo PROARES; 6. Qualidade exigida no perfil do instrutor e conteúdos programáticos; 7. Fortalecimento dos Conselhos e dos Componentes das diversas IEPs; 8. EXOPROARES; 9. Encontrarte; 10. Boa relação da equipe UGP com os municípios; 11. As capacitações do CEI, Pólo, Escola Viva, NAEC proporcionaram melhoria da qualidade do atendimento, norteadas a operacionalização dos componentes; 12. O monitoramento e acompanhamento técnico da UGP, fortalecendo as equipes municipais; 13. As capacitações regionalizadas propiciaram a troca de experiência entre os municípios; 14. A logomarca do Programa dá visibilidade nos municípios, Secretarias e Governo do Estado; 15. Produção das propostas pedagógicas para os componentes CEI, Unidades de Semiliberdade e Internação; 16. Avaliação intermediária e Final do PROARES.	1. Deficiência na troca de experiência entre Municípios / Estado; 2. Descontinuidade das equipes capacitadas a partir da mudança de gestores; 3. Capacitação não continuada para gestores / coordenadores / equipes UGP; 4. Equipamentos de Informática obsoletos; 5. Os municípios conveniados a partir de 2002 não foram plenamente contemplados com as ações do FI, em função do remanejamento de recursos para outras categorias; 6. Algumas Setoriais, embora contempladas com recursos do FI, não executaram as propostas plenamente;

LIÇÕES APRENDIDAS

1. A apresentação da revisão do Plano Operativo anualmente – PPM teve impacto positivo no Programa;
2. O Território de risco priorizado deve ser o território de risco trabalhado (não pulverizar recursos);
3. O conhecimento dos Componentes propiciou a visibilidade do Programa;
4. O Município reforçou a priorização do atendimento a crianças e adolescentes;
5. O Programa Fortaleceu a consciência de cidadania;
6. Necessidade de troca de experiência entre município e estado;
7. Faz-se necessário o retorno, ao município, dos relatórios gerados a partir das visitas de supervisão técnica;
8. Verificamos a necessidade de um sistema de monitoramento e avaliação informatizado;
9. Sugerimos a implantação de Sistema de Acompanhamento do Programa paralelo à elaboração do PPM;
10. Rodízio de atividades entre a equipe favoreceu o conhecimento do Programa por todos os envolvidos;
11. O longo prazo de execução do Programa prejudicou o cumprimento de metas estabelecidas inicialmente;
12. Em alguns municípios a contrapartida não ocorreu em forma PARI-PASSU com o Estado;
13. Necessidade de fortalecer mais a intersetorialidade e criatividade na busca de parcerias;
14. É importante a realização de Encontros sistemáticos com as comunidades para o FEEDBACK (Elaboração, execução e avaliação) do PPM;
15. É necessário o maior investimento em capacitações;
16. Valorização / priorização das áreas respeitando os indicadores, facilita a execução do Programa;
17. É necessário assegurar recursos para manutenção / conservação de obras e equipamentos;
18. É necessário maior intercâmbio entre coordenadores municipais para troca de experiências e fortalecimento do trabalho;
19. Sintonia das equipes favoreceu o melhor desempenho das ações;
20. Maior investimento em capacitações;

SUSTENTABILIDADE

1. Complementação de verbas para manutenção dos componentes;
2. Definir percentual no orçamento do município, para manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente;
3. Estabelecer parcerias e realizar campanhas;
4. Formar parcerias com SESC, SENAC, SESI, BANCO DO BRASIL e outros para desenvolvimento de atividades de arte, educação, esporte e cultura;
5. Articulação com o Ministério Público para que os recursos oriundos das penalidades alternativas sejam destinados aos programas sociais para crianças e adolescentes;
6. Contribuição voluntária da clientela capacitada (multiplicadores).
7. Encontros sistemáticos com as comunidades para o FEEDBACK (Elaboração, Execução e Avaliação);
8. Monitoramento através de indicadores definidos quando da elaboração do PPM;
9. Valorização / priorização das áreas respeitando os indicadores, facilita a execução;
10. Município deve comprovar capacidade financeira e técnica para desenvolver o programa;
11. Implantação do sistema informatizado com informações técnica / gerenciais, físicas, contábeis e financeiras, interligado com os municípios, desde o início do programa;
12. Assegurar recursos para manutenção / conservação de obras e equipamentos;
13. A necessidade de um intercâmbio entre coordenadores municipais para troca de experiências e fortalecimento do trabalho;

LISTA DO PARTICIPANTE
DATA 20 E 21/02/2006

MUNICÍPIO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO
Itapipoca	Antônio Enibal Freitas	
BID	Rita Sório	
Juazeiro do Norte	Nívea Dias Gonçalves	
Quixeramobim	Anna Edna L. Lautal	
Quixeramobim	Marina Nádia de Souza Silva	Conselho Tutelar
Aratuba	Vérbia Valéria gonçalves Loiola	
Fortaleza	Aliete Mascarinhas	
SAS/Fortaleza	Sâmia Margarida de Sá Benevides	Gerente do Núcleo de Informação/Planejamento
SAS/Fortaleza	Verônica Maciel Medeiros de Brito	
SASC/Beberibe	Helena Cordeiro	
Sobral/JASM	Carmem Soares de Sousa	
Aratuba	Maria Eliane Silva Santos	Secretária Municipal de Assistência Social
Crateús	Rosalina Ribeiro Pinto	Secretária Municipal de Assistência Social
São Gonçalo do Amarante	Ana Kelvia de Castro	
Brejo Santo	Cristiane Alencar dos Santos	Secretária Municipal da Ação Social
Quixeramobim	Soraya Maria Medeiros da C. Martins	
UGP/PROARES	Maria da Conceição Ribeiro Solon	Gerente Operacional do PROARES em exercício
Maranguape	Michelle Ales de Oliveira	Agente Administrativa
UGP/PROARES	Maria Meirilene Lopes Lemos	Gerente Técnica do PROARES
Quixadá	Lígia Maria Saraiva Leão	Coordenadora Municipal do PROARES
Quixadá	Lucilane Xavier	Conselheira/ Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
UGP/PROARES	Rômulo Craveiro	Engenheiro do PROARES
UGP/PROARES	Francisco Ely da Costa	Advogado do PROARES
São Gonçalo do Amarante	Maria Auxiliadora da Silva	Coordenadora Municipal do PROARES
Horizonte	Florilda Martins de Almeida	Presidenta da COMDICA
Itapipoca	Joaquim Pontes Brito	Coordenador Municipal do PROARES
Morada Nova	Francisco Cavalcante Júnior	Coordenador Municipal do PROARES
Horizonte/SAS	Elieuma Souza	Pedagoga
Horizonte	Hécia Maria Silva	Coordenadora Municipal do PROARES
Brejo Santo	Maria do Socorro Teles Cavalcante de Sá	Coordenadora Municipal do PROARES
Crato	Antônia Josefina de Araújo Conrado	Coordenadora Municipal do PROARES
SETE/Fortaleza	Olga Valéria Barbosa Ferreira	Representante da SETE

MUNICÍPIO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO
UGP/PROARES	Ana Cione Rodrigues Alves	Prestação de Contas
UGP/PROARES	Lidiane Rodrigues Alves	Prestação de Contas
UGP/PROARES	Nara Telânie Tavares dos Santos	Agente Administrativa
UGP/PROARES	Marelda de Paula Garcia	Agente Administrativa
Beberibe	Daniel Andrade Santos	Psicólogo
BID	Mônica Merlo	Especialista Financeira
Itaitinga	Josefa Mota Silva	Secretária Municipal da Ação Social
UGP/PROARES	Maria de Fátima Rabelo Gadelha	Gerente Geral do PROARES
UGP/PROARES	Elisabete Roberto	Técnica do PROARES
Boa Viagem	Maria da Penha de Carvalho	Ex-coordenadora Municipal do PROARES
Uruburetama	Rita Rodrigues Batista	Secretária Municipal de Ação Social
Uruburetama	Fernanda Cláudia Fonteles Pinheiro	Coordenadora Municipal do PROARES
Horizonte	Vânia Dutra Sousa	Núcleo de Cultura
Eusébio	Marluce Maira Castelo de Andrade Furtado	Secretária Municipal de Educação
Guaiúba	João Evangelista Batista	Núcleo de Arte
Maracanaú	Izabel Cristina Vasconcelos Pinto	Núcleo de Arte
Aquiraz	Jadina Ramos Bezerra Sampaio	Secretária de Cultura/ONG Tapera das Artes
SAS/Fortaleza	José Eduardo Porto Fernandes	Projeto Viva Gente
SAS/Fortaleza	Valeska Medeiros de Brito Lima	Projeto Viva Gente
Beberibe	Maria Freitas dos Santos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Beberibe	Solange Alves de Lima	Conselho Tutelar
UGP/PROARES	Maria Eugênia de Queiroz Ferreira	Técnica do PROARES
SECULT/ESTADO	Francisco Eduardo Fideles Dutra	
Guaiúba	Mônica Suely Paula da Silva	
Horizonte	José Neto Maria	Secretário Municipal de Saúde
Crateús	Francineide Sales	Primeira Dama Municipal
Brejo Santo	Ana Cristina Monte dos Santos	Técnica da Secretaria Municipal de Ação Social
Morada Nova	Regina Felipe dos Santos	Técnica da Secretaria Municipal de Ação Social
SEDUC/Fortaleza	Ofélia Maná Gomes de Matos	
Aquiraz	Isabel Maria Magalhães Freitas	Secretária Municipal de Educação
Horizonte	Dário Rodrigues da Silva Júnior	Secretária Municipal de Ação Social
Quixadá	Maria de Fátima de Oliveira Cardoso	
Iguatu	Jacira Gonçalves Lima França	Conselheira/Conselho Tutelar
Caucaia	Conceição de Maria Passos da Silva	Coordenadora Municipal do PROARES
São Gonçalo do Amarante	Gilberto Uchôa do Nascimento	Coordenador do SOS-Criança
Maranguape	José Henrique Pinto Lima	Coordenador Municipal do PROARES
Horizonte	Everardo Cavalcante Domingos	Secretário Municipal de Educação

MUNICÍPIO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO
Crateús	Maria Carmem Barroso Bezerra	Assistente Social
Pacatuba	Erica Marques de Oliveira	Assistente Social
Quixadá	Maria Irisdalva de Almeida	Técnica da Secretaria Municipal de Ação Social
Itaitinga	Roberta Magda Dias	Coordenadora Municipal do PROARES
Sobral	Maria do Socorro Costa Lourenço	Conselheira/Conselho Tutelar
Aratuba	Júlio de Paula Pereira	Coordenador Municipal do PROARES
Iguatu	Eutina Maria Almeida Florentino	Conselheira/Conselho Tutelar
Aquiraz	Carmem Santos	Coordenadora do Pólo/Camará
Aquiraz	Eurení Alves de Araújo Lima	Secretária Municipal de Ação Social
Maranguape	Daniele Batista Magalhães	Secretária de Inclusão Social
SAS/Fortaleza	Glória Francisca Burlmaqui	FECOP/SAS
SAS/Fortaleza	Rosélia Farias	FECOP/SAS
SAS/Fortaleza	Margarida Heloísa Sá Maia	
SAS/Fortaleza	Márcia Maria de Medeiros Dutra	
SAS/Fortaleza	Rita de Cássia S. Marques	Assessora da Coordenadoria de Proteção Especial
Itapipoca	Maria Zilmar Viana Feitosa	Secretária Municipal de Ação Social
Crato	Lidiane Alves de Andrade	Secretária Municipal de Ação Social
Fortaleza	Maria Solange Pontes Gondim	Coordenadora do Centro Comunitário das Goiabeiras
SAS/Fortaleza	Simone Osterne Cavalcante	Coordenadora do Centro Comunitário Santa Terezinha
SAS/Fortaleza	Maria do Socorro Veras Ximenes	Técnica do Projeto Viva Gente
SAS/Fortaleza	Tereza Cristina do Vale Canabrava	Coordenadora do Centro Com. Dias Macedo
Nova Russas	Manuel Gregório de Carvalho	Conselheiro Conselho Tutelar
Nova Russas	Maria de Fátima Câmelô Pereira	Coordenadora Municipal do PROARES
Barbalha	Alexandre José Feitosa	Coordenador Municipal do PROARES
Iguatu	Rusvel Lacerda	Coordenador Municipal do PROARES
Fortaleza	Germana Sampaio de Castro	Conselheira do Conselho Estadual de Segurança Alimentar
Beberibe	Regina Célia Costa Dantas	Secretária Municipal de Ação Social
Beberibe	Maria Joacé Alves Lima	Conselho Tutelar
Fortaleza	Francisco Gilberto Rodrigues da Silva	Conselho das Creches
Fortaleza	Ivo Cândia	Pedagogo
	José Gildeiros Barbosa	
Guaiúba	Edite Castro Rodrigues Ximenes	Coordenadora Municipal do PROARES
Aquiraz	Francisco Studart	Conselho Tutelar
Jijoca de Jericoacoara	Maria Vera Vasconcelos	Secretária de Educação e Cultura
Jijoca de Jericoacoara	Josedna da Silva Dias	Coordenadora Municipal do PROARES
Jijoca de Jericoacoara	Edna Maria Araújo Sousa	COMDICA
Itarema	Evânia Oliveira Lucena	Secretária de Ação Social
São Benedito	José Gomes Sobrinho	COMDICA

MUNICÍPIO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO
Cascavel	Marliane Monteiro da Rocha	Secretaria da Ação Social
Chorozinho	Lilian Alexandre de Freitas	Coordenadora Municipal do PROARES
Viçosa do Ceará	Maria do Socorro Aragão da Cunha	Secretária Municipal de Ação Social
Umirim	Andréa P. Linhares	Secretária Municipal de Ação Social
Russas	Maria Bernadete de S. Ribeiro	Secretária Municipal de Educação
Jaguaribe	José Gomes de Miranda	Secretário Municipal de Ação Social
Itarema	Maria Valda da Costa	Coordenadora Municipal do PROARES
Nova Olinda	Maria Eliane Nascimento	Conselheira COMDICA
Nova Olinda	Rosimeire Sampaio	Secretária de Ação Social
Russas	Marta Dantas	Psicóloga
Boa Viagem	Francisco Rodrigues O. Diniz	Conselheiro Conselho Tutelar
Tianguá	Manoel Sampaio	Conselheiro Conselho Tutelar
São Benedito	Letícia Dane Lins Maciel	Secretaria Municipal de Saúde
Camocim	Delcio Barbosa	Coordenador Municipal do PROARES
Jaguaruana	Karina Kelly Souza Dourado	Coordenadora Municipal do PROARES
Quiterianópolis	Ana Frutuosa de Souza Costa	Secretária de Ação Social
Quiterianópolis	Maria Leide Sá Vieira	Coordenador Municipal do Pólo de Atendimento
Cascavel	José Valdisio Barreira	Coordenador Municipal do PROARES
Fortaleza	Raimunda Castro	
UGP/PROARES	Nádia Maria Laurindo	Agente Administrativa
UGP/PROARES	Luíza Flávia Gadelha Nascimento	Prestação de Contas
UGP/PROARES	Sandra Maria Braga Libânio	Economista
Russas	Raimunda Rosélia Freitas	Coordenadora Municipal do PROARES
Pentecoste	Francisca Vilânia de Freitas	Coordenadora Municipal do PROARES
Massapê	Cristina Régia de O. S. Campos	Coordenadora Municipal do PROARES
Jaguaribe	Delfina Régia de Lima Lopes	Secretária Municipal de Ação Social
Pedra Branca/Trairi	Solimar Carneiro Arnould	Coordenadora Municipal do PROARES
São Benedito	Raimunda Costa Gomes	Coordenadora Municipal do PROARES
Tianguá	Maria das Graças Silva da Rocha	Coordenadora Municipal do PROARES
Viçosa do Ceará	Adriana Brito Fontenele	Coordenadora Municipal do PROARES
Nova Olinda	Mônica Ivo de Oliveira	SEDES
Paraipaba	Francisca Elze Porfirio dos Santos	Secretária de Desenvolvimento Social
Acopiara	Maria Sônia Taveira	COMDICA
Boa Viagem	Kelma Cristina Rabelo do Vale	Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social
Limoeiro do Norte	Hermosa Maria Lopes	Coordenadora Municipal do PROARES
São Benedito	Aldenira Venâncio Mota	Secretária Municipal de Ação Social
Maracanaú	Alexandra Souza de Carvalho	Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano
Aracati	Vanda Anselmo Braga dos Santos	Coordenadora Municipal do PROARES

MUNICIPIO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO
Massapê	Ana Maria Pinto	COMDICA
Cascavel	Flávio Carneiro Neto	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico
Itarema	Irene Brandão	Secretária Municipal de Ação Social
Umirim	Isbel Mota Brito	Fundação Joana Gomes de Silva
Mombaça	Silvia Helena Alcântara	Coordenadora Municipal do PROARES
Acopiara	Maria Aldenilda S. H Oliveira	Secretária Municipal de Ação Social
Camocim	Selma de Sousa Nogueira	Assistente Social
Jaguaruana	Marcilene de Lima Silva	Secretária Municipal de Ação Social
Boa Viagem	Airan Teixeira Lima	Secretário Municipal do Trabalho e Ação Social
Massapê	Liliam S.C de Aguiar	Técnica Municipal de Ação Social
São Benedito	Bismarck Bastos Alcântara	Conselheiro/Conselho Tutelar
Pentecoste	Cláudia Maria Rodrigues Furtado	Conselho Tutelar
Umirim	Rivânia Maria Gomes Raquel	Coordenadora Municipal do PROARES
Pedra Branca	Danielle Araújo Monteiro	Técnica Municipal da Secretaria do Trabalho e Ação Social
Tianguá	Socorro Edna B. Nogueira	Secretaria Municipal de Ação Social
Paraipaba	Maria Marlene Pereira	Assistente Social
Acopiara/Baturité	Lúcia Maria Linhares Pontes	Coordenadora Municipal do PROARES
Baturité	Lúcia Magalhães Pereira	Secretaria da Ação Social

**PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO CEARÁ - PROARES
EMPRESTIMO 955/OC-BR**

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

AJUDA MEMORIA

1. O Seminário de Encerramento do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no Estado do Ceará - PROARES foi realizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, durante os dias de 20 e 21 de fevereiro de 2006, no Centro de Convenções do Hotel Vila Galé.
 2. O Seminário foi prestigiado com a presença e uma breve palestra de abertura do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Gonçalo de Alcântara, na qual o Governador destacou a elevada relevância do PROARES na consolidação da estratégia descentralizada de educação, saúde, e ação social, junto aos municípios do Estado em prol, principalmente de crianças e adolescentes das famílias mais necessitadas. O PROARES se tornou o modelo de ação social do Estado. O Governador enfatizou que o sucesso do Programa não deve ser medido meramente nas quantitativas de novas instalações e serviços mas pelo alcance dos objetivos de desenvolvimento do Programa, a qualidade dos serviços, os resultados previstos e obtidos, as perspectivas de proteger e transformar vidas, a criação de condições para um futuro melhor das crianças, adolescentes e famílias beneficiadas, e a sustentabilidade e permanência desses benefícios. O Governador agradeceu a dedicação e desempenho de todos envolvidos no Programa, agradecendo também a participação e o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expressando a expectativa da participação, em breve, do Banco na segunda etapa do PROARES que se encontra em fase de preparação.
 3. Dra. Tânia Gurgel, Deputada Estadual, Dr. Carlos Colonna Filho, Secretário de Ação Social em exercício, Dr. Raimundo Gomes de Matos, Deputado Federal (Ex-Secretário de Ação Social do Ceará), fizeram breves apresentações, expressando suas observações e elogios sobre um Programa acertado que é o PROARES. Dr. Tomás Engler, representando o BID, apresentou os agradecimentos e cumprimentos do Banco.
- A platéia da abertura de mais que 420 pessoas incluiu profissionais da UGP e das Secretarias do Estado (SAS, SEDUC, SESA, SECULT, SETE, SEJUV, SIM e SEPLAN), a maioria dos prefeitos dos municípios participantes, representantes dos Conselhos Municipais, Gestores e Secretários de Ação Social e Coordenadores de todos os municípios do PROARES. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão - SEAIN, foi representada pela Dra. Lilia Cavalcante. Pelo Banco, participaram Dra. Márcia Arleira e Dr. Tomás Engler, ambos da Sede do BID, a Especialista Setorial responsável para a supervisão do Projeto, Ana Lúcia Dezolt, a Especialista Setorial Rita Sório, e a Especialista Financeira, Mônica Merlo. (Uma lista de todos os participantes das duas turmas do Seminário, encontra-se em anexo).
4. Tendo concluído a formalidade da abertura, e dando início ao trabalho do Seminário, a Maria de Fátima Rabelo Gadeffa, Gerente Geral do PROARES, apresentou a metodologia do Seminário, seguido de uma explicação pela Especialista Setorial do Banco, Ana Lúcia Dezolt, sobre o propósito e as expectativas do Seminário.

5. A Metodologia

Para permitir a boa condução do Seminário, considerando o grande número de participantes e que cada município era representado por dois ou mais gestores e profissionais com experiência local na execução do Programa, o Seminário foi dividido em dois eventos, de um dia cada, de procedimento e teor idêntico. Os participantes do primeiro dia eram representantes dos primeiros 26 PPMs e de Fortaleza, enquanto os participantes no segundo dia representaram municípios dos 26 PPMs aprovados após a reformulação e expansão do Programa em 2000. A formalidade de abertura era limitada ao início do primeiro dia do Seminário e contou com a presença de 428 pessoas. Por outro lado, o número de pessoas constituindo os atuais grupos de trabalho dos municípios era 104 no primeiro dia e 71 no segundo dia, visto que no primeiro dia, participaram do Seminário não só técnicos mas também autoridades locais.

A preparação do Seminário foi iniciada em janeiro de 2006, com o envio para todos os municípios participantes de um documento de orientação e questionário estruturado, abrangendo as dimensões principais do Programa no que tange o desenho dos PPMs, o alcance das metas e objetivos do Programa, dos componentes, aspectos positivos, fatores limitantes, sugestões de melhorias, e lições aprendidas. Em cada município do PROARES foi conduzido um *workshop* em que os gestores municipais, conselheiros, técnicos, representantes da comunidade, refletiram sobre a experiência do Programa e, com base da enquête, responderam antenão as mesmas perguntas utilizadas no Seminário. Dessa forma, durante o Seminário, os participantes apresentaram, discutiram, e compararam os resultados obtidos nos respectivos *workshops* realizados anteriormente no nível municipal.

No início de cada dia do Seminário, os participantes foram divididos, aleatoriamente, em cinco grupos temáticos de trabalho, a seguir:

- Grupo A: Componentes da Ação Social (CEIs, Pólos, Abrigo, Semiliberdade, SOS Criança, e Conselhos Tutelares)
- Grupo B: Componentes da Educação (Escola Viva, Aceleração de Aprendizagem, e Habilitação de Educadores Infantis)
- Grupo C: Componente da Saúde (PSF, Farmácia Viva e Aquisição de Veículos)
- Grupo D: Componentes da Cultura (Núcleo de Arte, Educação e Cultura,
- Grupo E: Fortalecimento Institucional

Cada Grupo iniciou seu trabalho com uma série de perguntas idênticas para todos os grupos, em seguida abordando os temas específicos de cada grupo. Cada grupo contou com o apoio de duas facilitadoras escolhidas do quadro de profissionais das equipes técnicas da UGP. Além do mais, cada grupo em si, no início do trabalho, escolheu uma pessoa relatora e outra coordenadora do trabalho.

Na tarde de cada dia, os grupos se reuniram em Plenário com a apresentação dos resultados de cada grupo, seguida de oportunidade de debate.

6. O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Ação Social, coordenadora e executora do Programa, está de acordo com a divulgação das informações pertinentes ao relatório de conclusão do PROARES – PCR, manifestando expressamente sua não objeção à publicação deste documento.

7. Revisão e Consolidação das Informações


Durante os primeiros dois dias, após do Seminário a equipe das facilitadoras da UGP consolidou as informações do Seminário, apresentado no Anexo I;


ANEXOS, MEMORANDO DO SEMINÁRIO

Resultados do Seminário

Programação do Seminário

Lista dos Participantes


Ana Lúcia Dezolt
Especialista Setorial


Maria de Fátima Rabelo Gadelha
Gerente Geral do PROARES